Número: 34

Horta, Quinta-Feira, 28 de Novembro de 1985.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura

II Sessão legislativa

**Presidente:** Deputado Reis Leite

**Secretários:** Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart (substituído aquando da sua intervenção por João Carlos Macedo)

## S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

Não houve Período de Antes da Ordem do Dia.

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à apreciação das **Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1986.**

Intervieram, nos debates, os Srs. Deputados Nogueira de Castro (PSD), Manuel Serpa (PS), Raimundo Mesquita (PS), José Manuel Bettencourt (PS), Francisco Sousa (PS), João de Brito (PSD), José Decq Mota (PCP), Mário Maciel (PSD), Jorge Cruz (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), Madruga da Costa (PSD), José Ramos Dias (CDS), João Carlos Macedo (PS), Manuel de Melo (PSD), Carlos César (PS), Dionísio de Sousa (PS), Álvaro Monjardino (PSD), João Vasco Paiva (PSD), Manuel Goulart (PS), António Silveira (PSD), Borges de Carvalho (PSD) e Ivo Soares (PS).

Durante os debates intervieram também os seguintes Membros do Governo: Secretário Regional da Educação e Cultura, António Maria Mendes; Secretário Regional do Equipamento Social. Germano Domingos; Secretário Regional do Trabalho, Manuel Arruda; Secretário Regional da Administração Pública, António Meneses; Secretário Regional dos Transportes e Turismo, Tomaz Duarte; Secretário Regional do Comércio e Indústria, Costa Santos; Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves e o Secretário Regional da Agricultura e Pescas Adolfo Lima.

A continuação dos debates ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 00,25 horas.

---

**Presidente:** Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,00 horas).

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alberto Romão, Álvaro Monjardino, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, Fernando Faria, Filomena Silva, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Simas Raposo, Mário Belo Maciel, Manuel Ávila, Manuel Melo, Mário Castro, Mário Freitas, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Francisco Sousa, Ivo Soares, João Macedo, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa; **PCP** - José Decq Mota).

**Presidente:** Estão presentes 31 Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos com a continuação dos debates sobre as **Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1986.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Castro.

**Deputado Nogueira de Castro** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As tarefas da Educação assumem no mundo actual um papel primordial. E numa Região como a nossa, que pretende ultrapassar atrasos velhos de séculos, decorrentes do quase abandono a que estivemos sujeitos, a tarefa não é fácil. Mas se queremos alcançar a Europa que hoje nos abre as portas, se queremos que esses povos muito mais educados e avançados nos tratem como iguais e não como cidadãos de 2ª, então a tarefa educacional apresenta-se como de extrema importância.

Com efeito, penalizados por elevada taxa de analfabetismo e por uma rede escolar ainda incompleta, muito terão de trabalhar os Açorianos para serem tratados em pé de igualdade com os membros de uma Comunidade Europeia que é extremamente evoluída e nos leva anos de avanço.

A **tarefa é pois urgente.** E o Governo a ela se tem dedicado, sem tibiezas, estabelecendo prioridades a partir dos graus inferiores do ensino. Começou-se pelo **Pré-Escolar.** Hoje, todas as ilhas, à excepção do Corvo, dispõem deste grau de ensino, sendo cada vez maior o número de educadores de infância a leccionar, substituindo progressivamente os professores primários.

No referente ao **Ensino Primário** temos em funcionamento 353 escolas, das quais 292 (82,7%) são construções específicas. O número de professores efectivos atingiu a percentagem de 79,2%. É pois uma rede de ensino quase totalmente realizada, mas que o Plano 86 continua a completar através de obras de construção em 10 escolas.

Em relação ao **Ensino Preparatório** existem hoje na Região 18 Escolas Preparatórias, 4 das quais construídas no último triénio. Quanto à qualidade dos professores, se tem aumentado o número dos efectivos e dos que possuem habilitação própria e suficiente, o certo é que a taxa dos professores, que não têm habilitação legal, subiu para 22,6%, com algumas escolas a ultrapassarem os 50% - caso das Lajes do Pico e Vila Franca. Parece pois aconselhável encontrar os meios para intensificar a formação de professores, incluindo um processo que ajude aqueles que, sem habilitação legal, possuem, no entanto, experiência, vocação e vontade de servir o Ensino.

Prevê **o Plano para 86** a realização de um vultuoso investimento no ensino preparatório, através de obras de construção em 7 escolas, das quais uma será iniciada na Ilha das Flores.

No que respeita ao Ensino Secundário verifica-se que ainda haverá muito a fazer, nomeadamente quanto a edifícios próprios. De facto, dos 17 estabelecimentos em que é leccionado ao nível oficial, 13 são Escolas Preparatórias, algumas superlotadas e funcionando em regime de desdobramento. As habilitações dos professores enquadram-se no dito anteriormente para os do Ensino Preparatório, isto é, continua a subir o número dos que não possuem habilitação legal - 13,7% em 83/84; 20,7% em 84/85.

**Para 1986** prevê o Plano apenas o início da construção de uma Escola Secundária na Terceira, ampliação da do Faial e aquisição de terrenos para outra na Praia da Vitória.

Uma análise à situação actual revela, portanto, que ainda não há nem estão previstas Escolas Secundárias para as ilhas onde não existem cidades. E nestas, poderá este problema continuar a ser resolvido através das Escolas Preparatórias que leccionam até ao 9º Ano? Parecendo que sim, até que ponto isso poderá ser viável a médio prazo devido à subida em flecha da população estudantil? E para quando o ensino nessas ilhas aos 10º, 11º e 12º Anos? Gostaríamos de ouvir o Sr. Secretário da Educação sobre o assunto.

No que concerne à escolarização, verifica-se que ela é total no escalão etário entre os 6 e os 10 anos, quase total entre os 6 e os 12 anos (96,1%), mas já baixa bastante para 69,5% entre os 10 e os 14 anos.

Isto não é satisfatório, pois cada vez mais se torna imprescindível prolongar a idade da escolarização obrigatória. Ora, ainda nos falta muito para atingirmos a meta do, pelo menos, ensino unificado (9º Ano) para todos. De resto, o acesso ao ensino secundário, e principalmente ao ensino superior, é ainda inferior ao registado no Continente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabemos bem que vivemos numa Região onde o isolamento, determinado pelo Oceano, impõe que uma parte importante das verbas a dispender sejam atribuídas ao sector dos transportes e comunicações. Porém, já nos parecem legítimos os anseios de que o sector da Edcuação seja dotado com uma verba que nos permita evoluir de uma forma mais rápida, sem esquecermos que o atraso é um problema comum a todos os sectores da Região e que impõe a todos nós um sério esforço no sentido de encurtarmos, com a imprescindível celeridade, o espaço que nos separa dos padrões europeus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere especialmente ao Ensino na Ilha do Pico, gostaria ainda de tecer algumas considerações e solicitar ao Governo alguns esclarecimentos.

Assim, verificamos que no Plano 86 está previs-

to para a Ilha do Pico e para o Ensino Primário:

- conclusão da Escola da Madalena para 6 salas;
- início da Escola das Terras para 2 salas.

Em relação à escola primária da Madalena, é um assunto que tem estado em ponto morto, pois houve uns problemas com a colocação do telhado de fibrocimento e parece que a obra está parada.

Quanto ao Ensino Preparatório, verificamos que no Plano de 86 está apenas inscrita uma verba para ampliação da Escola de S. Roque, dotada com 19 mil contos. Eu penso que não será ampliação mas, sim, uma conclusão de obras.

Mais particularmente no que diz respeito à Escola Preparatória da Madalena, gostaria de dizer ainda o seguinte:

Quando em Novembro de 1984 discutíamos nesta Assembleia a aprovação do Plano de Médio Prazo 85/88, tive a oportunidade de fazer uma intervenção sobre o sector da Educação, na qual abordei sobretudo a necessidade de ser criado na Ilha do Pico o ensino oficial complementar (10º, 11º e 12º anos), para que os jovens estudantes do Pico não fossem forçados a abandonar prematuramente a sua ilha, com todos os prejuízos daí decorrentes e por mais de uma vez focados nesta Casa.

Sobre a Escola Preparatória Oficial da Madalena do Pico fazia apenas a seguinte referência: "no Concelho da Madalena continuamos a não ter a Escola Preparatória Oficial e o respectivo Pavilhão Gimnodesportivo. Neste aspecto a situação é preocupante: não somos contra o ensino particular mas, neste momento, o Externato Particular corre o risco de rebentar pelas costuras devido ao aumento da população estudantil. **E continuamos ainda sem saber quando é que as obras do Ensino Oficial serão iniciadas".** Isto, portanto, faz agora um ano. E se na altura não fui mais longe, foi porque me sentia confiante em que o assunto seria resolvido a curto prazo, uma vez que no PMP 85/88 estava prevista a construção de uma nova Escola Preparatória no Pico.

Pouco depois, sinal de que a situação era de facto grave, a Secretaria Regional da Educação e Cultura teve de conceder um subsídio de cerca de 2 mil contos para a construção de 3 salas de aula no Externato da Madalena.

Hoje, um ano passado, a situação do Ensino no Concelho da Madalena é idêntica, ainda mais preocupante, se possível.

O número de estudantes do Externato Particular continua a aumentar (485 este ano, mais 54 do que no ano anterior); as instalações escolares e desportivas mantêm-se exíguas; o nível de habilitações dos professores, que há meia dúzia de anos era superior ao das Escolas Oficiais da Ilha, continua a baixar de qualidade. Apenas um exemplo: há 3 anos leccionavam no Externato da Madalena, embora em acumulação, 6 professores profissionalizados e hoje resta apenas um e, mesmo esse, reformado da Escola Secundária da Horta.

- Qual será o grau de preparação dos alunos que saem desta Casa?!
- Mas, se a situação na Ilha é idêntica à de um ano atrás, porque é que eu estou agora muito mais preocupado?

A razão é simples: é que, como já disse, no PMP 85/88 só estava prevista a construção de 5 novas Escolas Preparatórias - 4 em S. Miguel e uma no Pico. Agora, no Plano 86, aparece o início da construção de uma outra Escola Preparatória dotada com a verba de 50 mil contos.

No que respeita à **Escola Preparatória da Madalena** regista-se a ausência de qualquer referência. É óbvio que não desconheço que o facto de ela estar prevista no PMP 85/88 não obrigava a que a sua construção se iniciasse já em 86. **O que se estranha** é que nem sequer se refere a compra de terrenos, situação aliás mencionada no comunicado do Governo aquando da sua última visita ao Pico, em Agosto: "iniciar o processo de localização e aquisição de terrenos para a construção da Escola Preparatória da Madalena, incluindo o respectivo Pavilhão Gimnodesportivo."

Por outro lado, provoca apreensão o facto de aparecerem novos encargos que não estavam previstos no PMP 85/88. Sabendo que o dinheiro escasseia cada vez mais, e todos se queixam dos cortes orçamentais, pode duvidar-se que exista ainda verba suficiente para construir a Escola Preparatória da Madalena em simultâneo com outras construções anteriormente não programadas. Sendo assim, faço o meu primeiro pedido de esclarecimento ao Governo:

- Para quando a aquisição dos terrenos da Escola Preparatória da Madalena?
- Para quando o início da sua construção e respectiva conclusão?

Esta minha preocupação não poderá, com certeza, ser entendida como falta de respeito pelos legítimos anseios de outras parcelas da Região Açoriana. Mas, a realidade, é que a população do progressivo Concelho da Madalena está preocupada com a situação.

A propósito do PMP permito-me recordar um ofício-resposta da Secretaria Regional da Educação e Cultura, datado de 12/4/83, onde se lê o seguinte:

"1. Como é do conhecimento de V. Exa., a construção de instalações escolares e desportivas obedece a programações inscritas nos Planos Regionais de médio prazo que, destes, são escalonados para os Planos Anuais".

Ora bem, a conclusão a tirar é que, nessa altura, a Escola da Madalena não podia ser cons-

truída por não estar prevista no Plano de Médio Prazo. Se agora já está prevista, por que é que não arranca de imediato?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

- Há quantos anos vem sendo reclamada a construção da Escola Preparatória da Madalena?

Recordo um segundo ofício- resposta da Secretaria Regional da Educação e Cultura, datado de 1/2/78:

"Ainda recentemente a Ilha do Pico passou a contar com a criação de duas Escolas Preparatórias, uma nas Lajes, outra em S. Roque. A frequência dos dois estabelecimentos é respectivamente de 113 e 91 alunos. A Vila da Madalena dispõe de um estabelecimento de ensino particular que tem sido a solução para as carências existentes na localidade. A frequência é de 210 alunos. A carência de ensino oficial nesta vila terá de ser resolvida **em breve.**"

O comentário a fazer é que, actualmente, o Externato da Madalena tem mais 71 alunos do que todo o Pico nessa época, e a palavra "breve" já dura 7 anos.

- Há quantos anos restam apenas 3 concelhos nos Açores sem Ensino Oficial?

- Por que é que não se resolve de vez este velho problema, fonte de tanta e tão justa reclamação?

- Como aceitar que os outros 2 concelhos da Ilha já há mais de 7 anos tenham as suas Escolas Oficiais e respectivos Gimnodesportivos e a Madalena ainda não?!

Não se estranhe esta referência aos outros concelhos da Ilha. É humano termos como referência aqueles que nos estão mais próximos. Neste caso, as Lajes, S. Roque e até a Horta.

Inclusivé, no âmbito do desporto regional, por que é que, enquanto uns já têm os seus estádios desportivos ou estão em vias de, outros ainda nem sequer possuem um Pavilhão Gimnodesportivo?

Quero deixar bem claro, porque é de inteira justiça, o seguinte: nada me move contra o Ensino Particular!

De facto, o Concelho da Madalena muito ficou a dever à acção desenvolvida, sobretudo no passado, pelo Ensino Particular. Mesmo hoje, é ele que continua a permitir que, nalgumas áreas, seja ministrado na Ilha o 10º e 11º Anos, mantendo assim a porta aberta para que esse grau de ensino se estenda a outras áreas e abrangendo outras partes da Ilha, o que se deseja venha a acontecer em 86/87.

Contudo, a realidade é que, num passado mais recente, no presente e provavelmente no futuro, os prejuízos sofridos pela população do Concelho sobrelevam, de ano para ano com maior intensidade, as vantagens recebidas.

Realmente, hoje em dia, o Ensino Particular não pode competir com o Ensino Oficial, quer em instalações, quer em pessoal docente.

Em instalações e material porque o dinheiro é sempre escasso. Em pessoal docente porque, além de pagar com atrasos de meses, não pode oferecer quaisquer garantias de continuidade e promoção na carreira dos professores.

Mas serão assim tantos os jovens envolvidos neste problema? Vejamos os números:

**No Preparatório:** S. Roque - 145 alunos;
Lajes - 201 alunos;
Externato da Madalena - 222 alunos.
**No Secundário Unificado:**
S. Roque - 94 alunos;
Lajes - 185 alunos;
Externato da Madalena - 200 alunos.
**No Complementar:**
Externato da Madalena - 63 alunos.
**No antigo 3º Ano dos Liceus:**
Lajes (nocturno) - 25 alunos.
**No antigo 6º Ano dos Liceus:**
S. Roque (nocturno) - 41 alunos;
Lajes (nocturno) - 75 alunos.
Total:
S. Roque - 280 alunos;
Lajes - 486 alunos;
Externato da Madalena - 485 alunos.

Não falam estes números por si?! Não são eles, porventura, **justificação suficiente** para a urgência da obra que reclamamos? Não conhece o Sr. Secretário Regional da tutela e respectivos Directores Regionais a situação que se vive no Externato da Madalena no que respeita à qualidade do ensino e das instalações e material?

Não será essa situação **condição necessária** para dar prioridade à obra? Pensará o Governo da mesma forma que nós?

Daí, o meu 2º pedido de esclarecimento:

- Considera o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura ser prioritária a construção da Escola Preparatória Oficial da Madalena?

- Se considera ser prioritária, por que é que não se inicia em 1986?

- Se não considera ser prioritária, quais os motivos?

- Que espera, enfim, o Sr. Secretário da Educação e Cultura para dar cumprimento àquilo que eu presumi (talvez?) ser uma declaração de intenções quando, relativamente ao Relatório e Parecer sobre o PMP 85/88, informou a Comissão dos Assuntos Sociais de que "considera o Sr. Secretário o Ensino Particular como complemento do ensino ministrado em estabelecimentos do Ensino Oficial"? Isso **será sem dúvida o ideal** - digo eu.

**O problema é que, na Madalena, o Ensino Particular não é um complemento.** Pelo contrário, ele substitui totalmente o Ensino Oficial. De

há anos a esta parte com claros prejuízos e contra a opinião várias vezes reiterada das Câmaras e Assembleias Municipais.

Este ano com mais um exemplo negativo: o facto de, nos outros dois concelhos, ter passado a ser leccionado o antigo Curso Geral dos Liceus, a alunos menos jovens e nocturno, o que não pôde acontecer na Madalena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino, fazendo votos para que o Governo possa resolver o assunto a contento de todos, começando em 1986 pela aquisição de terrenos e **estudo do projecto** para que em 1987 se possa dar início às obras.

E sublinho **Estudos do Projecto** para significar que, já que a Madalena esperou tanto tempo, já agora aproveite para ficar com uma **Escola** onde não hajam erros que, um pouco por toda a Região, se tem verificado existirem, quer nos estabelecimento de Ensino, quer nos Pavilhões Gimnodesportivos.

Se tal for possível, conseguir-se-ia que, no fim do Plano de Médio Prazo 85/88, o Concelho da Madalena tivesse finalmente a sua Escola Oficial a ministrar ensino de qualidade, eventualmente até aos 11º ou 12º Anos.

Estaria então dado mais um passo no sentido de cumprir um dos objectivos do Plano de Médio Prazo: "Criar as condições de igualdade de acesso ao **Ensino**".

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS).

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Nogueira de Castro: Muito obrigado pela sua intervenção. Estou de acordo com as considerações que teceu, pois correspondem efectivamente à verdade: os números que constatou aqui distribuídos pelos 3 Concelhos do Pico, o crescimento e a explosão da população escolar na Ilha é evidente e é manifesto.

Sabe também que é uma matéria que tem estado bastante sob a atenção da Secretaria Regional da Educação e Cultura, de tal maneira que, concretamente, em relação a algumas questões que colocou e que deseja saber em relação à Escola Preparatória da Madalena, conhece e sabe que na visita do Governo ao Pico, e nomeadamente ao Concelho da Madalena, ficou - e isso foi publicitado no comunicado final dessa mesma visita - estabelecido que se antecipava a aquisição de terrenos primeiro e a construção depois da Escola Preparatória da Madalena, porque se reconhecia que, realmente, se tornava urgente fazer essa antecipação em relação a uma intenção que estava marcada no Plano. Só que - e aí permita-me discordar de si - quando diz: "Por que é que uma obra que está marcada no Plano, num certo ano, não há-de ser antecipada? É o que vamos fazer, mas não por regra. Só em condições excepcionais porque, se está marcado o seu arranque ou a aquisição de terrenos em 87, é porque se supunha, na altura em que esse Plano foi elaborado, que seria essa a data e a época adequada para o fazer. Isso acontece com todas as realizações que, neste domínio, a Secretaria se propõe fazer.

No caso concreto da Ilha do Pico, e no caso concreto da Madalena, foi com efeito verificada a necessidade dessa antecipação e, tomada essa deliberação no Conselho do Governo, vamos dar execução já mesmo este ano - penso que com verbas libertadas que se conseguiram poderemos avançar para a aquisição de terrenos.

Temos, por outro lado, em 1987, uma verba inscrita de 42 mil e 500 contos, salvo erro, para dar início à construção da Escola. Pois, far-se-á também o possível para que, em 86 mesmo, essa construção se inicie e, portanto, antecipar-se-á de um ano a construção da Escola Preparatória da Madalena.

Colocou também o Sr. Deputado o problema da Escola Primária que se está a concluir e que nos disse estar paralizada.

Ora bem, como isso entra agora numa questão técnica, eu pediria aqui ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social que desse explicações complementares das razões por que, em certo momento, se verificou a paralização na construção dessa escola... e que eu bem espero que, a breve trecho, possa ser concluída! Ninguém está mais interessado nisso do que eu, e com certeza todos nós, e muito particularmente os habitantes da Ilha do Pico e, mais particularmente ainda, os da Madalena.

Pergunta-me se considero o Ensino Particular como complemento do Ensino Oficial. Com certeza que sim. É o ideal. Penso que a situação que todos nós temos por mais importante e por mais adequada será a existência de um Ensino Oficial. Evidentemente que o Governo também, como é sabido e como tem proclamado, é sua filosofia continuar a apoiar o Ensino Particular. Mas, de facto, onde deva aparecer o Ensino Oficial - e parece ser o caso da Madalena do Pico-pois com certeza que nós damos uma valência muito maior a esse tipo de estabelecimento de ensino.

Por outro lado, sabe que há coisa de 4 ou 5 meses, ou talvez menos, eu próprio me desloquei ao Pico com o Director Regional da Orientação Pedagógica para estudar, à semelhança do que tinha acontecido na Ilha de Santa Maria, a possibilidade de abrir, já este ano, o 10º Ano.

Foi possível fazer isso na Escola de S. Roque e na Escola das Lajes para o Curso Geral dos Liceus. E foi porque os próprios Conselhos Directivos dessas Escolas nos indicaram que seria este ano mais aconselhável e mais adequado fazer funcionar os cursos de completamento de habilitações dado o número - e citou aqui 41, mais 75 no Concelho de S. Roque e 25 no Concelho das Lajes - de pessoas que existiam interessadas em fazê-lo, do que propriamente avançar para um 10º Ano, cuja eficácia de funcionamento era ainda - segundo o parecer dos mesmos Conselhos Directivos - duvidosa. Mas penso também - e já o disse aqui uma vez - que é fatal, e terá que ser para breve, a resolução do problema do Secundário na Ilha do Pico. E quem diz na Ilha do Pico, dirá até noutras ilhas que não aquelas que tradicionalmente e há alguns anos já o têm!

Penso que "grosso modo" ficaram respondidas as suas questões e, concretamente, aquela que queria saber e que mais lhe interessava, que seria a aquisição de terrenos e construção da Escola Preparatória da Madalena. Penso que isso é possível em 86 e, nomeadamente a aquisição de terrenos, pode começar mesmo, a partir de agora, se quiser.

Por outro lado, creio que colocou o problema da conclusão da Escola de S. Roque. É efectivamente uma conclusão, e não um prosseguimento ou uma ampliação! No livro que têm na vossa frente não está correcto, e eu estive a confrontar com as fichas que foram enviadas para o DREPA e, de facto, há essa discrepância que, possivelmente, será um erro de dactilografia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário do Equipamento Social para prestar também um esclarecimento.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à Escola Primária da Madalena, direi que as obras pararam - mas que vão reiniciar-se o mais breve possível - pelo seguinte:

Nós todos sabemos e está na Ordem do Dia que as escolas, quer primárias, quer preparatórias na Região, foram lançadas porque havia urgência em ter escolas para o ensino primário, secundário e preparatório com muita rapidez e, por isso, aproveitaram-se projectos que vinham das Direcções Escolares do Continente.

Esses projectos, tanto lá como cá, têm vindo a ser alterados porque não correspondem às necessidades e têm problemas muito sérios de infiltração de água, principalmente numa Região como a nossa com chuvas e ventos fortes.

Optou-se (e julgo que bem!) depois de uma reunião na Secretaria da Educação e Cultura por, sempre que possível e enquanto fosse a tempo, alterar as coberturas, de modo a que não tivessemos, futuramente, problemas sérios com infiltrações de água. Também as caixilharias daquela escola estavam previstas nos moldes anteriores, e a experiência bem demonstra que não correspondem àquilo que é desejado. Houve um novo processo de estudo daquela escola, já está adjudicada a caixilharia - e já está em andamento - a um empreiteiro. Quanto à cobertura, o empreiteiro não fez nem os cálculos de estrutura nem os desenhos - que foram feitos pelos serviços e que já estão prontos e, portanto, vamos recomeçar com as obras. Julgámos ser preferível parar algum tempo para evitar o que viesse a seguir e que está a acontecer em toda a Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para um pedido de esclarecimento.

**Deputado Manuel Serpa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

Tudo o que aqui foi dito está correcto, mas muitas dúvidas surgem no meu espírito e, por isso, eu gostaria de obter uma resposta concreta ao seguinte:

- O que é que o Sr. Secretário pensa do ensino complementar na Ilha do Pico, "para breve", como disse que é uma necessidade?

É que, para mim, o aparecimento ou a necessidade da implementação do ensino complementar ou de uma Escola Secundária na Ilha do Pico, tem tanta prioridade como a Escola Preparatória da Madalena. E embora se deva começar por fases e a Escola Preparatória tenha prioridade, nós sabemos que o grande drama da Ilha do Pico, neste momento, em relação ao ensino, é a saída dos seus jovens para outras ilhas.

Este ano, mais do que em qualquer outro, sairam, apesar de tudo, jovens do Pico para Faial, Terceira e S. Miguel. Este é o nosso problema! E eu já estou muito "escaldado" de certos problemas da Ilha do Pico e da resolução deles, porque nós no Pico fizemos coisas extraordinárias: temos três Centros de Saúde e nenhum Hospital. Toda a gente sabe que isto é verdade e tem de ser dito!

Vai-se substituir um Centro de Saúde por outro Centro de Saúde e ficamos sempre sem nenhum Hospital por mais pequeno que fosse!

Nós temos três portos e nenhum porto, apesar dos benefícios que eles vieram trazer à nossa Ilha do Pico!

Fizemos um aeroporto sem condições e, talvez para resolver o problema, o melhor era fazer outro aeroporto no Pico, ou mais dois, o que daria origem a que, quando o vento soprasse de um lado ia-se para Santa Luzia; quando o vento pior fosse do outro lado ia-se para a

parte de trás do Pico!

Isto é um drama nosso! Ninguém pode levar a mal que nós punhamos aqui estes problemas!

Em relação ao ensino, nós lutamos - além daquela triologia sagrada que se mantém ainda em relação às ilhas - e nós precisamos urgentemente de ensino complementar. Os nossos jovens têm de sair!...

Aconteceu no Pico uma coisa extraordinária, e cantaram-se boas a esse grande descobrimento. Há um ano o Sr. Secretário disse aqui nesta Sala, que "não se podia implementar o ensino secundário ou complementar nalgumas ilhas porque não havia docentes".

Neste momento, no Pico, já temos 3 Escolas Secundárias e temos 3 núcleos onde se presta ensino complementar. Há um ano não havia docentes! Agora, apesar das imperfeições todas, temos 3 docentes?!.

Eu gostaria de saber se, além da construção da Escola Preparatória da Madalena, que é de facto uma necessidade, o Governo vai manter os 3 núcleos nas 3 escolas para contentar toda a gente, ou vai, de uma vez por todas, decidir com coragem a construção do ensino complementar, completo, total, global, para benefício da nossa ilha e de outras ilhas?

Isto é muito importante porque "gato escaldado tem medo" e nós, a 3... a 3... a 3, já estamos habituados e sabemos quais são as consequências.

Não levem a mal, mas isto tem, de facto, quer ser dito!

Em relação ao ensino particular, eu sou suspeito porque sou há 16 anos professor do ensino particular. Concordo perfeitamente com o que disse o Sr. Deputado Nogueira de Castro - prestou grandes benefícios - mas gostaria de esclarecer uma coisa que é importante.

De facto degradou-se de alguma maneira o ensino, apesar do apoio que ele teve sempre do nosso actual Presidente da Assembleia e do próprio Sr. Secretário actual. O ensino particular teve sempre apoio! Degradou-se até certo ponto o ensino porque nós, mais uma vez, quisemos amar a nossa ilha.e os professores que o Externato da Madalena tinha no ensino preparatório e secundário, tiveram que passar para o complementar para salvar a situação e a terra. Foi o que aconteceu! Eu se fui professor de Português durante muitos anos, sei dar Português, apesar das imperfeições, mas também já dei Educação Física porque a Secretaria autoriza que numa Escola Oficial qualquer "gajo" com o 5º Ano dê Educação Física, mas não autoriza, no Ensino Particular, que se leccione sem o 7º Ano completo.

Isto é verdade e todos sabem que é verdade! Já tive de dar Educação Física sem saber dar; já dei Filosofia, sabendo embora imperfeitamente; já dei Relações Públicas; já dei Jornalismo e Turismo. E porquê? Para que o Pico tivesse ensino complementar. Não é por habilitação! Foi por amor à terra, para que o ensino complementar se mantivesse!

Portanto, esta acção do Ensino Particular em relação ao passado e mesmo ao presente tem a sua importância. E de facto não há dúvida nenhuma que o Ensino Particular, apesar de todas as promessas e de todos os programas deste Governo ou dos outros, é o "parente pobre" desta situação. Todos os Srs. sabem perfeitamente bem - o Mário Nogueira de Casto que também é professor de lá sabe - por que é que os professores desandam do Externato. É fácil de entender! Um professor que tiver 15 anos de Ensino Particular e quiser concorrer a uma Escola Oficial, parte do zero: os anos do ensino não lhe valeram absolutamente nada! Se ele estiver um ano no Ensino Oficial e depois quiser concorrer já lhe contam esse ano e os 15 anos passados. É esta a aplicação da lei, suponho eu. Ora, isto é simplesmente caricato!

Bem, e agora qual é o futuro? Temos 3 Escolas Preparatórias com os núcleos do complementar, ou temos uma escola nova em qualquer lado na Ilha do Pico (os Srs. é que sabem e é que são técnicos), ou o Externato fecha as suas portas apesar do apoio e do dinheiro que tenha recebido do próprio Governo?

Claro que quando a Escola funcionar o Externato fecha e desapareceee evidentemente... ou será nesse Externato que se vai leccionar o complementar? O que é que o Sr. Secretário pensa disto?

Eu gostaria, de facto, de ouvir uma resposta precisa e concreta porque isto é muito importante, não só nos próximos 3 anos, mas todos nós no Pico temos filhos que daqui a 8,9 ou 10 anos continuarão a diáspora porque, apesar de tudo, também no Plano, continuam verbas inscritas para residências de estudantes. E eu suponho, por exemplo, aqui no caso concreto do Faial, que faz muito bem em lutar pelos seus direitos e pelos seus interesses e não só pelos de Castelo Branco ou das Angústias!

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Desculpe Sr. Deputado, eu não pretendo de forma nenhuma coagir a sua liberdade de expressão, mas pedia -lhe que quando fizesse pedidos de esclarecimento eles fossem concisos. Quando quiserem fazer mais longas reflexões, fazem uma intervenção, mas então terão que se inscrever na ordem de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram solicitados.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Manuel Serpa, muito obrigado pelas suas perguntas e considerações. De facto pôs problemas importantes a com um acaloramento que lhe é reconhecido, enfim, um certo nacionalismo picoense...

**Deputado Manuel Serpa** (PS): Não é por mal; é feitio!

**O Orador:** Eu não estou a dizer que é por mal! Até é bastante convicto e isso é bom.

Penso que não disse - o ano passado - que não funcionava o complementar por não haver docentes. O que eu disse - e continuo a dizer - é que, em certas ilhas ainda, o funcionamento eventual do complementar é difícil pela inexistência ou dificuldade de recrutamento de docentes - o que é um bocadinho diferente - e isso continua válido. Porém, não significa que se não avance e se não encare a sério o problama do funcionamento do complementar - nomeadamente agora no caso concreto - na Ilha do Pico.

O que é que eu penso do ensino complementar na Ilha do Pico, é uma das questões que me foi posta. Pois penso que tem que existir. Aliás, tinha acabado de dizer que, nos próximos tempos - e tempos que serão talvez mesmo ainda para este Plano - esse complementar tem que aparecer.

Quanto à construção de um edifício próprio, fique ele situado onde vier a ficar, é evidente que neste Plano de Médio Prazo não está marcado isso... nem é fácil! Como muito bem poderá compreender, o Governo não tem uma máquina de fabricar dinheiro e, quando estabeleceu este Plano para 4 anos, com certeza que procurou atingir as situações mais melindrosas e, apesar de tudo, esta não o é. E não o é porque admitindo que o complementar venha a funcionar a breve trecho no Pico, ele pode funcionar em instalações - admitamos que provisórias - numa das 3 Escolas Preparatórias - ou numa das 2 Escolas Preparatórias por enquanto, uma vez que a outra não está sequer iniciada, nem sequer com terrenos adquiridos - ou eventualmente mesmo (porque não?) no próprio Externato. Resta saber é quando é que nos aparece o momento mais adequado e mais oportuno para arrancar com esse ensino complementar.

Penso que não estamos longe, e penso que não tem que trazer aqui o temor que reflectiu em relação aos hospitais ou aos portos. Estou interessado em fazer funcionar esse complementar na Ilha do Pico mas, também, estou interessado em fazê-lo funcionar em condições de viabilidade e de dignidade, e concerteza também que o Sr. Deputado só nesta base ou neste pressuposto é que aceita o funcionamento de um ensino desse tipo.

Portanto, decidir a construção de uma Escola do Ensino Secundário, não é uma coisa que se possa dizer que é para tal ou tal data, ou possa garantir que para o ano se vai fazer isso. Vamos pensar seriamente o problema do complementar, tal como já o começámos a fazer no princípio deste ano lectivo, fazendo funcionar o antigo Curso Geral dos Liceus, que já está em curso.

Queria tranquilizá-lo quanto a este aspecto e ter, da minha parte, a garantia de que, com certeza, o complementar vai aparecer no Pico e noutras ilhas. E, quando aparecer, será fruto, não de pressões ou de interesses deste ou daquele concelho - sinto-me para além dessas tricas passe o termo - mas tentar que ele apareça onde parecer mais adequado e onde garanta à ilha melhores e mais eficazes condições de funcionamento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho para uma intervenção.

**Secretário Regional do Trabalho** (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As verbas do Plano para 1986 integradas na Secretaria Regional do Trabalho dizem unicamente respeito à área da formação profissional.

O Centro de Formação Profissional dos Açores é a estrutura de formação por excelência e nele deverão ser concentrados os investimentos com vista ao alargamento da área de intervenção, sem descurar, porém, alguns investimentos que proporcionem acções de formação desconcentradas.

Durante o ano de 1985 podem-se salientar três grandes vectores em que incidiram os investimentos: alargamento de áreas formativas, reapetrechamento das secções oficinais e valorização das zonas envolventes.

No primeiro caso, há a referir a criação de duas novas secções - a da informática e a da metalomecânica.

Com efeito, sendo a informática uma área vital para o desenvolvimento regional por ser considerada como de "tecnologia de ponta" e estando a implantar-se gradualmente quer no sector empresarial do Estado quer no sector privado, imperioso se tornava dar resposta cabal não só às necessidades das empresas, mas também às expectativas de especialização da nossa juventude nesta matéria.

Assim, ficaram afectadas a esta nova secção três salas que, para o efeito tiveram de ser em boa parte remodeladas e adaptadas aos conceitos mais modernos de formação profissional em informática. Também o equipamento para estas salas foi cuidadosamente seleccionado podendo afirmar-se que esta nova área, com todo o seu equipamento e funcionalidade, é verdadeiramente modelar.

Quanto à metalomecânica, é outra área sobremaneira importante pelas carências que se verificam nomeadamente nas especialidades de soldadura, serralharia civil, serralharia mecânica, torneamento e fresagem.

A Secretaria Regional do Trabalho, na prospec-

ção permanente que faz às necessidades do mercado regional em matéria de qualificação de mão de obra, conjugando-a com as disponibilidades de recursos humanos, não podia permanecer por mais tempo alheia a esta carência, pelo que decidiu pela implementação de tal secção com as valências atrás referidas.

Numa segunda fase, pensa-se mesmo que esta secção, pelas suas características e sobretudo pelo equipamento altamente sofisticado que possui, poderá vir a colaborar com as empresas, quer na realização de trabalhos para os quais elas não estão apetrechadas, quer efectuando testes de controlo de qualidade.

Outra área não menos importante é a ligada ao sector das pescas.

Tendo a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas dotado o Centro de Formação Profissional de equipamento adequado à realização de cursos para ajudantes de motoristas marítimos incluindo tecnologia de frio, coube à Secretaria Regional do Trabalho efectuar as obras necessárias à implantação da secção mencionada. E aproveito a oportunidade para dizer que esta formação profissional é a primeira que se faz no País nesta área. Aproveito igualmente a oportunidade para esclarecer o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que o Centro de Formação Profissional tem diversas valências, nenhuma delas exclusiva para a Função Pública. Tem diversas valências no âmbito do sector secundário e algumas do sector terciário, nomeadamente a área do Turismo, mas nenhuma especificamente para o funcionalismo Público.

Finalmente dotou-se com o equipamento necessário uma outra secção - a de sapateiros. Esta secção surge na sequência duma linha de orientação que tem sido traçada no sentido de recuperar determinadas profissões já em desuso e que necessitavam de se lhes conferir a dignidade que toda e qualquer profissão requer. Refira-se a propósito que o leque de habilitações literárias dos estagiários que no Centro de Formação Profissional dos Açores frequentam cursos é bastante alargado, indo desde a 4ª classe até ao 11º ano de escolaridade, havendo já muitos casos existentes com o 12º ano. Esta situação é extraordinàriamente importante, na nossa perspectiva, pois o convívio e o confronto de alunos com diferentes níveis culturais tem necessariamente aspectos muito positivos no que toca à aprendizagem da vivência em sociedade e ao respeito que cada qual têm de aprender a ter para com os outros.

Na mesma linha de orientação dotou-se a secção de talha, mobiliário antigo e pintura do Centro de Restauro dos Açores, que funciona na Ilha Terceira, com o equipamento necessário ao seu funcionamento, cuja entrega foi faseada em 1985 e 1986. Nesta secção está já em funcionamento um curso de Técnicos de Restauro.

Outras acções de formação têm vindo a ser ministradas e dirigidas, fundamentalmente ao sector terciário como cursos de pequena duração sobre contencioso, função de pessoal e gestão de pessoal.

O segundo vector referido é o do reapetrechamento das secções oficinais. Cabe aqui referir que a secção de agro-pecuária, já há alguns anos em funcionamento, mas sem instalações próprias e adequadas, foi objecto de construção de um espaço apropriado onde funcionarão as aulas teóricas e algumas práticas, bem como onde será guardado todo o equipamento. Esta mesma secção foi reapetrechada com diverso equipamento, nomeadamente dois tractores e respectivas alfaias agrícolas, bem como dois Jeeps.

Ainda neste ano deverão iniciar-se as obras de construção dum armazém geral para arrumo de material de consumo corrente de todas as secções em funcionamento no Centro de Formação e no qual será reservada uma área para recolha das viaturas afectas àquele Centro.

No tocante à urbanização do complexo que constitui actualmente o Centro de Formação Profissional dos Açores concluiu-se a terraplanagem das zonas necessárias à implantação do armazém atrás referido e da futura construção de mais dois pavilhões oficinais. Efectuou-se ainda a preparação do terreno para a construção de moradias que são executadas pelos cursos na área da construção civil.

Quanto ao programado para 1986 destacam-se as seguintes acções:

Elaboração, concurso e início da construção de um pavilhão oficinal para o ramo automóvel, elevando-se assim para três o número de pavilhões oficinais do Centro de Formação Profissional dos Açores. Sem dúvida que é outra das áreas carenciadas a nível da Região e que até aqui a resposta possível tem sido a de enviar 2 ou 3 candidatos anualmente para Centros de Formação no Continente.

A conclusão das obras referentes ao armazém geral iniciadas em 1985. Por outro lado, dar-se-á por concluída a obra relativa à instalação da secção de agro-pecuária igualmente iniciada no corrente ano.

A conclusão do armazém, bem como o início das obras do novo pavilhão oficinal obriga-nos a tarefas de urbanização das respectivas zonas envolventes. Tais trabalhos serão também extensivos à zona habitacional constituída pelas moradias há pouco referidas.

Além da parte de obras de construção civil há que ter particular atenção com o apetrechamento das secções do ramo automóvel cujas primeiras aquisições terão início já no próximo ano.

Na área da Direcção Regional do Trabalho salientamos os inúmeros esclarecimentos prestados acerca do cumprimento das normas de direito

do trabalho e dezenas de reuniões com sindicatos e entidades patronais para análise das mais diversas questões relacionadas com o mesmo assunto e, designadamente, sobre temas referentes à contratação colectiva.

Quanto a este último aspecto nunca é de mais salientar o importante papel levado a cabo por estes serviços, nomeadamente pelas suas Delegações, apoiando e acompanhando o desenrolar das negociações, muitas vezes conseguindo com a sua intervenção evitar ou diminuir conflitos.

As perspectivas de actuação para o ano de 1986 centram-se no levantamento e progressiva cobertura das chamadas "zonas brancas" da contratação colectiva, no acompanhamento da problemática laboral nas empresas públicas regionais, especialmente no que respeita à negociação colectiva e à aplicação das convenções, tendo em vista a definição das bases que permitam a reorientação das políticas de pessoal e de gestão de recursos humanos.

A participação activa no processo de elaboração, revisão e regulamentação da legislação do trabalho, por forma a obter-se a sua adaptação e adequação de necessidades da Região, bem como a criação de mecanismos de composição tripartida capazes de actuarem na resolução de conflitos individuais ou colectivos pela via da conciliação, mediação e arbitragem, são objectivos para o próximo ano.

A Secretaria Regional do Trabalho irá institucionalizar a participação activa dos parceiros sociais na promoção e efectivação da regulamentação colectiva pela via convencional e também pela via administrativa. Igualmente se implantará um sistema de análise económica e tratamento estatístico dos salários convencionais, categorias e remuneração e outros dados relevantes para o perfeito conhecimento da realidade socio-profissional da Região.

Em conjunto com os parceiros sociais e outros organismos públicos e ou privados ir-se-á desenvolver formas de combate ao absentismo através de acções de sensibilização dos agentes envolvidos no processo e do estudo dos meios susceptíveis de limitarem as baixas fraudulentas.

No decurso do próximo ano iremos proceder ao estudo da problemática do Balanço Social (já implementado pela Lei nº 141/85, de 14 de Novembro) na perspectiva da sua aplicação às empresas regionais.

Em consonância com as disposições constantes do respectivo Estatuto, a Inspecção Regional do Trabalho tem procurado exercer uma acção predominantemente educativa e orientadora, prestando às diversas entidades interessadas, informações e conselhos técnicos e actuando de molde a sensibilizá-las sobre o processo mais correcto de observarem as disposições legais.

Adentro das suas competências a Inspecção Regional do Trabalho apurou a favor dos trabalhadores mais de 22 mil contos que beneficiaram 820 trabalhadores, enquanto que para a Segurança Social e Fundo de Desemprego se contabilizaram cerca de 16.500 contos.

Os objectivos para o próximo ano são fundamentalmente dotar a Inspecção Regional do Trabalho com os meios humanos e técnicos imprescindíveis à assumpção das competências que legal e estatutariamente lhe estão cometidas, medida que passa necessáriamente pelo incremento da formação profissional do pessoal técnico da inspecção; realização de visitas inspectivas "de profundidade", mormente em sectores económicos e profissionais de relevante importância social; reforço das acções externas da Inspecção Regional do Trabalho, com particular acentuação da componente preventiva a fim de ser obviada a eventual eclosão de conflitos de trabalho.

A Secretaria Regional do Trabalho irá intensificar a especial atenção que tem vindo a ter em matéria de higiene e segurança do trabalho, através do desenvolvimento de acções e sensibilização das entidades interessadas, quer por iniciativa, quer em colaboração com outros Departamentos Governamentais, tais como o Gabinete de Higiene e Segurança do Trabalho, a Direcção Regional da Indústria e os Serviços de Saúde Pública.

Na área do emprego, salientamos que, face ao sistema político em que nos inserimos, não compete à Secretaria Regional do Trabalho a criação de postos de trabalho, mas sim facultar condições que permitam apoiar os investimentos.

O emprego está relacionado com o investimento, e este, por sua vez, com as oportunidades/potencialidades e possibilidades.

É da responsabilidade do investidor privado a identificação das oportunidades.

Cabe pois, ao Governo Regional criar as possibilidades ao investimento através dos incentivos e mecanismos disponíveis e em estudo, que permitam estimular a iniciativa privada.

Dentro destes mecanismos dispõe a Secretaria Regional do Trabalho da área da formação profissional, onde se tem vindo a fazer um enorme esforço no sentido de possibilitar às empresas a formação profissional mais adequada às realidades regionais.

Tem sido preocupação dominante dotar os estagiários dos diversos cursos de uma componente técnica altamente qualificada e, complementarmente, uma formação em termos sociais e culturais que permitam uma melhor transição para a vida activa.

De tal modo pretende-se alcançar um aumento de disciplina e produtividade aquando da integração no mundo do trabalho. Isso implicará, que a criação de um posto de trabalho por uma empresa

seja, à partida, um sinónimo de sucesso do investimento.

Aproveitava a oportunidade para referir - e em resposta a uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa sobre as "iniciativas locais de emprego" - que está a decorrer nos Concelhos de Nordeste e Povoação uma "iniciativa local de emprego" que abrangerá cerca de 100 pessoas do sexo feminino (mão de obra feminina) ligadas ao artesanato e que, hoje mesmo, estão a decorrer reuniões na freguesia de Rabo de Peixe com a Cáritas no sentido de se implementar em Rabo de Peixe uma "iniciativa local de emprego", possivelmente relacionada com uma indústria de conservas.

para além disso, é intenção da Secretaria Regional do Trabalho, no início de 86, reunir-se com as Câmaras Municipais, uma vez que é esse o poder que está mais próximo das populações, de modo a que se consigam alargar a outras zonas "iniciativa locais de emprego".

Gostaria também igualmente de esclarecer que o programa "Transição da Escola para o Mundo do Trabalho" não visa promessa de emprego para o aluno. O que se pretende, visto ser um programa dirigido apenas aos alunos que não pretendam continuar a estudar mas que tenham concluído o 9º Ano, ouvidos previamente os encarregados de educação sobre o assunto, (naturalmente que tem sido preenchido por alunos com idades acima dos 16 e 17 anos) é apenas, e aquando da sua colacação na empresa, lhe ser dada uma formação profissional. Obviamente que este objectivo visa ministrar conhecimentos técnicos a quem não os teria doutra forma, já que, da mesma maneira, iriam procurar emprego assim que acabassem o 9º Ano. É pois uma forma válida de contribuir para a facilidade de obtenção do 1º emprego.

Em termos gerais, são estes os objectivos que se pretende alcançar com o programa de "Transição da Escola para o Mundo do Trabalho".

Para finalizar, poderemos concluir que os incentivos facultados aos empresários no sentido de incrementar a criação de postos de trabalho aliados à formação profissional adequada às necessidades regionais são, no âmbito da Secretaria Regional do Trabalho os instrumentos capazes de proporcionar um desenvolvimento económico a par de uma política de promoção de emprego ajustada ao tecido social da Região.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita para um pedido de esclarecimento.

**Deputado Raimundo Mesquita** (PS): Sr. Presidente. Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Eu queria fazer três pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

O primeiro é se, efectivamente, existe alguma prática real, ou protocolo formal, entre a sua Secretaria e a do Equipamento Social ou outra qualquer para as situações de adjudicação de obras públicas, ou seja, se existe na prática real a protecção dos trabalhadores da Região; ou se são permitidas outras situações que não defendam exactamente a mão de obra regional.

A segunda pergunta que eu faria é se, na colocação de contratados em situações especiais, tais como contratos a prazo e tarefeiros, contratos esses efectuados pelos organismos e empresas públicas se, em dignificação de um serviço de emprego que também ele próprio é um serviço público, os órgãos do Governo recorrem a esse serviço, quer por "moto próprio", quer por obrigação legal.

A terceira pergunta é se, efectivamente, o Sr. Secretário tem conhecimento neste momento, e se me poderá dar, quais os resultados reais do programa de incentivos à admissão de candidatos a 1º emprego, ou seja, quais os resultados reais que esse programa trouxe na absorção pelas empresas do 1º emprego.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt também para pedidos de esclarecimento, suponho eu.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava perguntar ao Sr. Secretário Regional do Trabalho o que tem feito a sua Secretaria, em termos concretos e devidamente localizados no espaço e no tempo, no âmbito da higiene e segurança no trabalho. Esta é a primeira questão.

A segunda questão é se possui a Secretaria Regional do Trabalho, ou outro departamento do Governo para tal também responsável, uma listagem dos médicos residentes na Região com a especialização de "medicina do trabalho"; quais os que já foram contactados e quais os que se predispuseram à prestação desse serviços em unidades de trabalho.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho para prestar os esclarecimentos solicitados.

**Secretário Regional do Trabalho** (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta ao Sr. Deputado Raimundo Mesquita sobre a sua primeira questão da "protecção da mão de obra local", eu direi que o Conselho do Governo, segundo creio em Fevereiro, aprovou uma adenda, aos contratos que são assinados com as empresas a que são adjudicadas determinadas obras, que visa a protecção da mão de obra local.

Com esta adenda, em termos muito gerais, pretende-se que as empresas - fundamentalmente as empresas que vêm do Continente executar obras

na Região - tenham de recorrer a mão de obra local. Para isso é dado um período de 15 dias - que as empresas recorrem aos Centros de Emprego - e se durante este período de 15 dias não lhes for dada resposta, elas, aí, estarão livres ou libertas para recorrer à mão de obra que entenderem. Mas têm que primeiro dar aos Centros de Emprego as suas necessidades de mão de obra" Posso inclusivamente acrescentar que, com esta adenda, se tem conseguido colocar bastante mais pessoas.

Em relação à colocação de contratados e se as empresas públicas e serviços do Estado recorrem aos Centros de Emprego, eu direi que tal não acontecia com grande relevância em anos anteriores mas, felizmente, a partir deste ano, tal tem acontecido e, só assim, foi possível aumentar significativamente o número de colocações em 1985. Este ano os Centros de Emprego da Região já colocaram 728 pessoas. Inclusivamente poder-lhe-ei dar a divisão dessas 728 pessoas por sexos: 333 homens e 395 mulheres. Este aspecto vem responder à pergunta do Sr. Deputado.

Quanto ao emprego de formação e valores disponíveis, até Outubro foram colocadas 194 pessoas - isto no esquema de emprego de formação - e todas elas 1º emprego, ou seja, pessoas que estão pela 1ª vez a trabalhar na fase de formação profissional na empresa nos tais contratos de 3 meses. Findo esse contrato de 3 meses, haverá um 2º contrato de 6 meses e, findo esse prazo, a empresa fará ou não com o trabalhador um contrato sem prazo.

Em relação às perguntas feitas pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, direi que, infelizmente, existem muito poucos médicos na Região com a especialidade de "medicina do trabalho". Em S. Miguel existe um único médico que presta serviço no Gabinete de Segurança e Higiene no Trabalho, mas há algumas empresas, nomeadamente empresas públicas, que já têm um serviço de medicina do trabalho. Nas outras ilhas nós não temos conhecimento de nenhum médico com a especialidade de "medicina do trabalho".

Em termos de formação, o gabinete tem vindo sucessivamente a sensibilizar as empresas e tem feito diversos cursos para "encarregados de segurança" nas empresas, de modo a que o número de acidentes de trabalho possa vir a diminuir cada vez mais. De qualquer modo, notou-se que no ano de 1985, e pelos valores até agora disponíveis, há um pequeno aumento nos acidentes de trabalho. De qualquer maneira, dir-lhe-ei que este aspecto é facilmente perceptível se atendermos a que as obras que estão a ser feitas comportam um risco muito grande - nomeadamente portos e aeroportos - e os acidentes mortais têm-se verificado fundamentalmente em obras como portos e aeroportos que, comportando um risco muito grande, a probabilidade de acidentes aumenta.

Penso que, em termos gerais, respondi às perguntas feitas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettecnourt.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de pedir dois esclarecimentos, se me for permitido, gostaria de prestar um esclarecimento porque julgo que seria útil até para a própria actuação e actividade do Governo Regional.

**Presidente:** Tem a palavra para prestar um esclarecimento. Só lhe pedia que fosse sucinto no seu esclarecimento.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): É só para dizer ao Sr. Secretário Regional - e faço-o, aliás, com a perspectiva construtiva de um homem da oposição - que me admira francamente a declaração no sentido do desconhecimento, por parte da Secretaria Regional do Trabalho, da existência em outras ilhas, que não a de s. Miguel, de médicos com a especialização de "medicina no trabalho". E eu explico porquê: porque, aqui, há muito tempo atrás, numa intervenção que proferi na tribuna deste Parlamento Regional, fiz alusão precisamente à necessidade de uma acção do Governo na prevenção, na perspectiva da higiene e da segurança e da medicina no trabalho, e anunciei que conhecia pessoalmente, na Ilha Terceira, dois médicos com essa especialidade.

Passado poucos dias recebi um telefonema, na minha residência, de um elemento de chefia do Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho - que o era então - e disse-me que tinha ouvido a minha intervenção pela rádio e se eu poderia dar o nome e as residências desses dois médicos, ao que eu me prontifiquei imediatamente, comunicando-lhe o nome e a residência desses dois médicos.

Curiosamente, a pessoa que me contactou nesse tempo, ou seja já há muito tempo, é actualmente o Director Regional do Emprego e Formação Profissional! Os médicos estão na Terceira e, até pelo menos à semana passada, nunca foram contactados pelo Governo para saber se estavam ou não dispostos a prestar serviço no âmbito da "medicina no trabalho!.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional deseja prestar mais algum esclarecimento?

**Secretário Regional do Trabalho** (Manuel Arruda): Muito breve, se o Sr. Presidente me dá licença.

**Presidente:** Tem a palavra.

**Secretário Regional do Trabalho** (Manuel

Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Manuel Bettencourt: eu anoto e agradeço-lhe o seu esclarecimento, e o que lhe prometo é que, na próxima semana, serão contactados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma intervenção.

**Deputado Francisco de Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e restantes Membros do Governo:

Estamos a proceder ao debate de um Plano e Orçamento anual que mais não é, de um modo geral, que a desarticulação no tempo e no espaço do Plano a Médio Prazo 1985/88 no que diz respeito ao ano de 1986.

Gostaria de vos dizer que é com algum agrado que verifico que a linguagem sofreu algumas alterações de pormenor sem que isso signifique alteração das posições de fundo porquanto no que toca a verbas para o sector da Educação continuamos a estar muito abaixo da média da C.E.E. para onde vamos, sem que se vislumbre no primeiro ano em que lá estaremos, uma intenção clara de acertarmos o passo. A média na C.E.E. de investimentos no sector da Educação é dos 12% enquanto nos Açores em 86 são 7,5% e no PMP 7,8%. Há que fazer um esforço, e grande, se pretendemos criar uma nova mentalidade, um novo espírito na nossa Região e se desejamos que surjam novas iniciativas capazes de alterar o nosso "modus vivendi".

Mais duas notas que também não podemos deixar de realçar. A primeira é a maneira como foi elaborado o Plano. Neste momento cada açoriano pode verificar quase passo a passo o que se vai fazer na sua terra. E digo "quase" porque 39,1% das verbas do Plano não se encontram elaboradas em desagregação espacial o que significa, tal como eu dizia em Março p.p. "o Governo fica com uma carta na manga muito grande". Agora eu diria que fica com um enorme baralho, mais rigorosamente de 6 milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos contos para jogar aonde quiser, entender ou sentir necessidade de calar bocas, distribuir benesses. É caso para dizer que o Governo Amarelo tem um Saco Azul muito grande.

A segunda nota refere-se à audição dos parceiros sociais e autarquias na elaboração do Plano. Durante o período relativo à apresentação "de opiniões e sugestões conducentes à boa adequação dos investimentos públicos à realidade regional e local" aqueles órgãos tiveram o tempo indispensável para o efeito. Já no que diz respeito ao segundo período "elaboração de pareceres" infelizmente assim não aconteceu, tendo uma parte daquelas estruturas lamentado o curto espaço de tempo que lhes fora atribuído para o efeito - apenas cinco dias úteis. Estou convencido que se deveu ao facto de este ano pela primeira vez estar em vigor a nova orgânica de planeamento. Bem sei que o Senhor Secretário Regional das Finanças me irá dizer que nem no Continente nem na Madeira se faz algo de semelhante. Mas, aceite V. Exa., estamos na Região Autónoma dos Açores e não naqueles territórios. Faço votos que no próximo ano se melhore o que é possível de rectificar.

Antes de entrar na análise pormenorizada do Plano na área da Educação, se me permitissem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, chamar-lhes-ia a vossa atenção para um pormenor. Aquando da dicussão do PMP o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, como todos se lembram, comprometeu-se que iria conduzir a sua governação com um amplo e alargado diálogo com as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores do sector, com os representantes dos Pais e Encarregados de Educação e dos Estudantes. O quanto nos é dado verificar pelos OCS é que isto não tem acontecido e, se esta minha observação não corresponde à realidade, o Senhor Secretário fará o favor de nos informar das reuniões que tem efectuado com aquelas entidades.

Passemos a analisar o Plano para 86, tendo em atenção o Plano a Médio Prazo, o Plano para 1985 e o Relatório de Execução do 1º Quadrimestre de 1985. Vou referir-me em especial ao sector de Educação e Cultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Há situações que seriam para rir e brincar se não se tratasse de assunto demasiado sério o que estamos a debater. A Educação e Cultura de um Povo. Do Povo dos Açores. Daria apenas dois exemplos para ilustrar:

A Escola Secundária das Laranjeiras em Ponta Delgada e o Pavilhão Gimnodesportivo da Horta. A Escola estava programada para ser inaugurada em Outubro do próximo ano e aquele, bem..., recordamo-nos todos que o Senhor Secretário Regional da Edcuação e Cultura respondeu a esta questão ao meu camarada de bancada, Sr. Deputado Hélio Pombo, algo como isto "prepare o seu fato de treino porque a 15 de Julho já poderá correr no novo Gimnodesportivo". Agora cabe perguntar: a que Julho se referia o Senhor Secretário? 86? 87? 88? 90? E quanto à Escola Secundária? Será inaugurada em 87? A propósito afirmaria uma vez mais que já não chega para os alunos do secundário. Este ano as Escolas Secundárias **rejeitaram** a inscrição de alunos por falta de espaço. Apetecia-me perguntar como o nosso amigo brasileiro: "Que mais nos irá acontecer?".

Mas em matéria de educação outros compromissos foram assumidos pelo Governo e que não vimos

concretizados. Por exemplo, a apresentação até Julho passado a esta Câmara de uma proposta de diploma que regulamentasse a Educação Pré-Escolar. Por onde anda? Sobre este sector de ensino gostaríamos de tecer algumas considerações.

O Partido Socialista defende e sugere, uma vez mais, que se aproveite a construção das Escolas do Ensino Primário para em simultâneo se edificarem as salas para a Educação Pré-Escolar. No parecer da Comissão para os Assuntos Sociais sobre a Proposta do Plano e Orçamento para o ano de 1986 a dado passo diz-se:

"Constata-se, no entanto, a falta de uma definição política no que respeita ao ensino pré-primário. Tem-se consciência de que ele já é uma realidade em muitas parcelas da nossa Região, mas sem uma orientação clara quanto à sua criação e funcionamento".

Damos dois exemplos muito concretos do que pensamos sobre o assunto:

No Projecto 1.1 prevê-se o prosseguimento da construção da Escola da Fajã de Baixo em S. Miguel com 16 salas, cujas obras ainda não começaram; era de se programarem obras de adaptação do actual edifício do Plano dos Centenários para lugares da Educação Pré-Escolar. Nesse mesmo projecto prevê-se o início da construção de um edifício na Ribeira Seca da Ribeira Grande com 8 salas. Dever-se-iam construir mais três salas, por duas razões: Primeiro, pelo facto de já hoje e agora serem necessárias nove salas e não 8 para o ensino primário, o que nos faz pensar que o levantamento das necessidades actuais não é feito com o mínimo de rigor e que levará a que uma escola nova ao ser inaugurada, possivelmente com corte de fita e tudo o mais, irá iniciar o seu serviço à população escolar logo em desdobramento o que francamente não poderemos admitir. Segundo, porque naquela freguesia não existem edifícios com possibilidade de adaptação à Pré-Escola devido à actual escola ser, não uma imagem ou um retrato das cenas dos filmes de "cowboys do Far-West", mas uma realidade muito concreta em tudo superior ao cenário daqueles filmes - tem uma escada em que por dinheiro nenhum deste mundo em nela andaria e da última vez que lá estive faltava metade de uma porta das traseiras. É uma escola onde não se deverão fazer obras de adaptação porque sairão mais caras do que fazê-las de raíz.

Se quisermos outro exemplo teríamos a actual escola da Madalena do Pico. Adaptem-se duas ou três salas e fica mais uma localidade resolvida. O dispêndio de verbas não é tão vultuoso quanto possa parecer à primeira vista e não se pense apenas, por exemplo, em libertar salas para o Externato da Madalena.

No Projecto 1.7 é programada a aquisição de mobiliário para o Ensino Primário que me levanta algumas dúvidas. Senão vejamos:

Irão ser concluídas as Escolas de São Roque em S. Miguel, Serra de Santiago na Terceira, da Madalena do Pico, para as quais se prevê o respectivo mobiliário. Mas, curiosamente, para as que vão prosseguir as suas obras-Fajã de Baixo (S. Miguel), Fajã dos Vimes (S. Jorge) e Pasteleiro (Faial)-não está nada programado em contraponto com as de S. Carlos (Terceira) e Terras (Pico) cujas construções são para iniciar mas já têm o mobiliário previsto. Algo está mal: ou a aquisição do mobiliário ou o prosseguimento e início das obras.

Uma questão que também não percebi, trata-se de um dos objectivos a atingir com "a execução do programa de substituição, ampliação ou construção de infraestruturas físicas, permitirá beneficiar a rede escolar de modo a abranger : no ensino primário - cerca de 1 800 alunos" - citei Proposta do Plano para 1986 Pag. 51. Se compararmos com o "Anexo" nas pags. 27, 28 e 29 verificamos o seguinte: escolas a concluir - São Roque (S. Miguel) 16 salas, Serra de Santiago (Terceira) 4 salas, Madalena (Pico) 6 salas, o que perfaz um total de 26 salas; se cada turma tiver um total de 25 alunos teremos um valor global à volta das 650 crianças. Onde foram descobrir os outros 1 150 alunos a serem contemplados?

Já que estou a falar de construções escolares aproveito e faço uma recomendação ao Governo Regional dos Açores Prepare-se uma verdadeira equipa para a Fiscalização das Obras a fim de que se não vejam as calamidade que aí estão por toda a Região a demonstrar a ineficácia que se tem vindo a sentir nesta actividade.

Para que não haja dúvidas, alguns casos:

- Escola Preparatória do Nordeste que depois de já estar em construção se detectou a falta de 4 salas;

- Escola Preparatória das Capelas que já não chega para os actuais alunos. O que não será dentro de 3 anos;

- Escola Preparatória de Santo António de Ponta Delgada formada por 3 blocos onde ao fim de alguns meses após a sua inauguração foram encerrados dois deles:

- Escola Preparatória nº 3 de Rabo de Peixe que, após três anos de estar em funcionamento, a Câmara Municipal da Ribeira Grande não a recebeu e declarando publicamente que só fará obras imprescindíveis depois de ela lhe ser entregue - as obras necessárias vão desde reparações no tecto, paredes, esgotos, electricidade até pintura, portas e janelas.

Seria bom que as Secretarias Regionais da Educação e Cultura e do Equipamento Social constituissem um grupo de trabalho que se debruçasse sobre a tipologia das construções escolares e adaptasse à nossa Região as nacionais e estran-

geiras mas obedecendo às necessidades pedagógicas, científicas, climatéricas e consonantes com o estilo arquitectónico que nos caracteriza.

No que diz respeito aos ensinos Preparatório e Secundário prevê-se no Plano abranger-se cerca de 3 000 alunos em cada um deles. Não conseguimos detectar como iriam ser atingidos esses números quando se diz que irão prosseguir na construção das Escolas Preparatórias da Lagoa, dos Arrifes, de Rabo de Peixe, da Secundária de Ponta Delgada, adquirir os terrenos para a Secundária da Praia da Vitória e apenas concluir a Preparatória da Graciosa para 18 turmas e ampliar a Preparatória de São Roque igualmente para 18 turmas, que o Sr. Secretário ainda há pouco acabou de esclarecer que não era esta a situação. Assim sendo, ainda fico a perceber menos porque contava com 36 turmas e agora passo a contar apenas com 18 turmas.

A Universidade dos Açores foi contemplada com 100 mil contos. Segundo fomos informados esta verba não é suficiente para os trabalhos que são indispensáveis resolver. Aproveitava a ocasião para uma vez mais defender um princípio que consta da proposta de Programa com que o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado e que vem expresso na página 21 alínea s) que é: "A Universidade dos Açores deverá ser responsável pela formação inicial dos docentes para a Educação Pré-Escolar, Ensinos Primário, Preparatório e Secundário". É urgente que se vá criando um consenso à volta disto e que se analise e estude uma proposta na qual participem representantes da Secretaria Regional da Educação e Cultura, da Universidade dos Açores, da Assembleia Regional dos Açores e do Sindicato dos Professores.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Como todos sabemos, aprovámos há poucos meses um diploma que alterou o processo de profissionalização dos Professores o que virá implicar no próximo ano o dispêndio de verbas avultadas tanto pela Universidade dos Açores como pela Secretaria. Sobre o assunto não vejo nenhuma palavra no Plano nem orçamentada qualquer verba. E não só para a profissionalização como para acções de formação de professores: nem uma única acção é prevista nem apontada qualquer quantia. Será que essa classe de trabalhadores não tem direito à formação como os funcionários regionais e autárquicos, bombeiros e pessoal de protecção civil, técnicos desportivos, técnicos auxiliares e profissionais de saúde, agricultores, jovens empresários agrícolas, pessoal marítimo, quadros industriais, profissionais de turismo, jornalistas, etc.?

Um sector de ensino continua na completa indefinição sem que Educação e Cultura e Assuntos Sociais cheguem a um entendimento sobre a matéria - trata-se do ensino especial. Aquando da realização do segundo Encontro do Centro de Educação Especial dos Açores foram apresentadas algumas propostas e sugestões, entre elas a da concretização de um próximo Encontro ou Congresso.

Para uma iniciativa deste âmbito são necessárias verbas. E, sobre este assunto, gostaria de citar o que nos diz a Comissão dos Assuntos Sociais no seu Relatório: "Igualmente espera-se que seja tomada uma posição sobre a Educação Especial integrada, nomeadamente uma definição do Departamento Regional que orientará tudo o que respeita a esta educação". Absolutamente de acordo, é necessário e urgente que se diga "quem é quem" no âmbito da educação e ensino especial.

Um tema que foi quente durante a abertura do corrente ano lectivo foi o do preço dos livros e as dificuldades criadas pela mudança anual dos compêndios. É necessário criar um grupo de trabalho para o efeito. Consultem-se os professores, as escolas, os conselhos pedagógicos e que faseadamente se indiquem os manuais a usar por concelho, depois por ilha, e finalmente na Região sem que se tenha de cair obrigatoriamente no livro único.

Igualmente na abertura do ano lectivo muitas escolas se viram a braços com a falta de pessoal auxiliar e administrativo. Já foi publicada legislação definidora das funções daquele pessoal, das normas do concurso. Abram-se os concursos, nomeiem-se os trabalhadores para que em Outubro de 86 não ouçamos de novo os responsáveis das escolas dizerem que as não abrem por falta de pessoal.

Uma das áreas da Educação a que sou mais sensível é a do Analfabetismo. Se me permitissem, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, iria tecer algumas considerações sobre o tema.

Pode ser classificado em três espécies: literário, legal e funcional. Devemos incluir no analfabetismo literário aqueles cidadãos que não sabem ler nem escrever. No analfabetismo legal aqueles que nascidos até 31 de Dezembro de 1966 não possuem o quarto ano de escolaridade e os que nascidos após o primeiro de Janeiro de 67 não concluem o sexto ano com aproveitamento. No analfabetismo funcional encontram-se todos aqueles que ou nunca souberam ler e escrever ou já souberam e esqueceram e não conseguem utilizar corrente e correctamente os mecanismos da leitura e da escrita.

Para mim o mais preocupante é o analfabetismo legal.

O Senhor Secretário Regional das Finanças durante a apresentação do Plano e Orçamento deu-nos alguns dados sobre o analfabetismo que

julgo referirem-se ao literário. É um facto que baixámos entre 1970 e 1984 de 28,3% para 22,6% nos açorianos residentes que não sabem ler nem escrever. Mas, atenção, que em contrapartida estou absolutamente convicto que o analfabetismo legal não tem diminuido ao mesmo ritmo. E, a prová-lo, os próprios elementos fornecidos pelo Senhor Secretário: "A taxa de escolarização no grupo etário dos 10-14 anos passou de 44,1% em 1975/76 para 70% em 1984/85 e no ano lectivo de 83/84 já 90,2% dos alunos do primário prosseguiam os estudos no ensino preparatório."

Analisemos estes dados.

Em 1975/76 era criada, implementada e posta a funcionar nos Açores a Telescola que vinha dar resposta a uma obrigação imposta por lei: "a escolaridade obrigatória de seis anos". Largas camadas de alunos dos Açores até então não tinham acesso aos dois últimos anos, posto que as então denominadas 5ª e 6ª classes funcionavam quase exclusivamente em S. Miguel.

Hoje a Telescola funciona apenas em S. Miguel, no Topo de S. Jorge e Ilha do Corvo. Espero bem que no decurso deste PMP se consiga acabar com este tipo de ensino e os alunos passem a ter acesso ao ensino directo.

Passemos ao segundo dado: 9,8% dos alunos que completam o primário não chegam ao preparatório pelo que, logo aí, já temos 9,8% de analfabetos legais. E as largas centenas de jovens que nos últimos anos não têm obtido sucesso no preparatório acabando por abandonar a escola sem um diploma porque, como todos sabemos, já não há diploma de 4ª classe, presentemente existe apenas o diploma do 6º ano de escolaridade.

Ainda há pouco tempo foi publicada legislação que obriga a possuir o 6º ano quem quiser tirar carta de condução a partir de 1990. Absolutamente de acordo, só que é necessário dar oportunidade a todos para obterem esse diploma, o que nem de longe nem de perto está a ser conseguido tanto nos Açores como na Madeira ou no Continente.

O Orçamento prevê 32,4% para os sectores sociais e 60,4 para os económicos. Dever-se-ia procurar um equilíbrio maior entre os sectores e nesse caso a Educação, verdadeiro motor da mudança de mentalidade, receberia as verbas convenientes para dar resposta a muitas das questões que aqui coloquei: a decisão é vossa - do Governo e da maioria Parlamentar que o apoia. As consequências recaem sobre todos nós.

Espero e faço votos que muitas destas situações sejam ultrapassadas para que a vida de quantos habitam nesta Região dê o salto qualitativo que todos desejamos.

Disse.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Estou prestes a fazer a minha intervenção, penso eu. No entanto, ouvi com atenção e até com agrado a que acabou de fazer. Evidentemente toca em problemas que são reais, distorce outros ou, enfim, adapta-os à sua visão, que não é a nossa nem pode ser necessariamente, nem o Sr. Deputado quer que seja, nem nós queremos que a sua seja a nossa.

Há duas ou três questões que ressaltam aqui. A primeira delas diz respeito a reuniões da Secretaria Regional com escolas, com pais ou encarregados de educação, com o próprio sindicato, com estruturas relacionadas com a escola.

Penso que está à vista de todos que se operaram, neste ano que passou, profundas alterações e remodelações na Secretaria Regional. Com efeito, procedeu-se à mudança de três Directores Regionais, tanto quanto se sabe, e naturalmente nos períodos - e foram alguns deles longos - em que não houve essa estrutura intermédia entre o Secretário Regional e os respectivos serviços, teve que ser eu a assegurar dia a dia o expediente corrente. Isso, com efeito, reflectiu-se naquilo que eu tinha em mente (e que tenho) que é estabelecer um diálogo mais directo e mais intenso com estas estruturas.

Mas, mesmo assim, não é necessário - penso eu - que o rélacionamento entre estas mesmas realidades de pais, de sindicatos, de conselhos directivos, seja necessariamente sempre feita com o Secretário Regional e, ultimamente, o Sr. Deputado Francisco Sousa sabe que se têm intensificado e acelerado as relações e as reuniões, nomeadamente ao nível de duas Direcções Regionais que estão muito mais directamente relacionadas com a escola - refiro-me à Direcção Regional de Orientação Pedagógica e à Direcção Regional de Administração Escolar.

Penso que agora com estes pelouros devidamente guarnecidos eu próprio poderei ter tempo - e terei o maior interesse nisso e tenho mesmo vivo interesse - em realmente fazer deslocações sistemáticas, não só a todas as ilhas, como, se possível, dentro de cada uma das ilhas, a cada uma das escolas. Evidentemente que não poderão ser todas uma a uma - considerando as 400 e tal que existem na Região - mas, de facto, a intenção é essa e, eu próprio, ao longo do ano, sempre me fui avistando ou reunindo em oportunidade com algumas dessas escolas, com Direcções Escolares nomeadamente, e até com alguns Conselhos Directivos, com o Sindicato 2 ou 3 vezes - segundo me recordo pelo menos 3 vezes - e teremos uma 4ª ainda antes do Natal.

Falou-me aqui em dois assuntos importantíssimos: o problema do Pré-Primário e os problemas do

Ensino Especial integrado.

Posso dizer-lhe que, o ano passado, tinha-me referido aqui, em relação ao problema do Pré-Primário, que brevemente contava poder entregar na Assembleia um diploma que regulamentasse este nível de educação.

Com efeito, da parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura - e isto já vinha dos tempos do meu antecessor - tinha sido elaborado um projecto de decreto legislativo regional que teve que ser entrosado, debatido e reflectido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. No dia 18 deste mês eu tive uma reunião com o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e, actualmente, estou de posse desse diploma, ou seja, tenho-o aqui na minha pasta. Evidentemente que, agora, depois de alterações ou de sugestões ou de ponderações que foram introduzidas pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, é evidente que há que fazer um trabalho também recíproco por parte da Secretaria porque novos dados foram lançados para cima da mesa. Este diploma, concretamente, neste momento, está entregue a uma Comissão que integra o Director Regional da Orientação Pedagógica, o Director Regional da Administração Escolar e o Director Regional da Segurança Social.

Penso que em próximas Sessões da Assembleia - não direi qual porque eu próprio não sei - mas que brevemente (e finalmente!) esse diploma venha aqui à discussão e à sua consequente votação. Por outro lado, na mesma reunião feita em 18 deste mês, também se abordou o problema do ensino especial integrado e, com certeza, que se vão dar passos e se vai reflectir de uma forma que tem que ser muito ponderada e muito reflectida, uma vez que esta matéria é altamente melindrosa e que assume graves contornos - graves no sentido não de dramáticos mas no sentido de tudo quanto se tenha e se deva fazer nesta matéria deva ser muito bem gizado e muito bem ponderado.

Portanto, penso que também a breve trecho - e breve trecho não significa que seja daqui a um mês - mas que, ao longo de todo este ano, nós possamos ter também um diploma regulamentador e definidor do que é que queremos e o que é que entendemos definir para o ensino especial na Região que, com efeito, não tem e não funciona num enquadramento completamente claro e definido.

Quanto ao problema do pessoal auxiliar e administrativo, foi uma das questões que aqui falou e uma das questões que, ao longo deste ano, me preocupou e, com efeito, escolas havia (e há até) que estão numa certa rotura nesta matéria. Mas lembro que, bem recentemente, num Conselho do Governo realizado há cerca de um mês, ou penso que nem tanto, foram descongeladas 178 vagas e ir-se-á dando o provimento a esses lugares. Penso que com estas 178 vagas se cria, para já, uma folga suficiente e capaz de responder aos problemas mais gritantes, e algumas dessas escolas já foram contempladas e foram descomprimidas desse aperto em que se encontravam, e que eu reconheço que existia, e que a Administração Regional reconhece evidentemente.

Quanto ao problema dos 100 mil contos, que falou aqui, da Universidade dos Açores e de instalações para o ensino primário, eu devo-lhe dizer que não considero uma verba tão pequena nem tão curta como isso porque, a verba deste ano que está correndo, não foi sequer executada em metade, e lembro que o Decreto-Lei 323/84 de 9 de Outubro, salvo erro, concede, permite e atribui como competência aos reitores das universidades a própria execução desse plano. Portanto, se certos investimentos não foram lançados este ano, porventura não foi só decorrente de falta de vontade do Sr. Reitor e do corpo administrativo da Universidade dos Açores, mas; precisamente, porque talvez tenham surgido também dificuldades de ordem técnica de execução. Mas, de qualquer maneira, recordo e friso que talvez nem metade da verba orçamentada foi cumprida, de modo que penso que os 100 mil contos ainda vão dar para se realizar muita coisa nos dois pólos - de Ponta Delgada e da Terra Chã - que também não estão a partir do zero.

Quanto ao problema importantíssimo que falou aqui do livro escolar, está determinado pelo Governo - foi uma deliberação tomada em Conselho do Governo - que se formará (e isto tem que ser já) um grupo de trabalho que procurará definir, de facto, o que é que deve ser o livro escolar e quais são os livros que devem ser apontados de uma forma uniforme e sem que isso implique realmente o conceito de "livro único" - o que seria mau. Mas, esse grupo de trabalho, procurará realmente uniformizar e homogenizar este problema, que é grave, porque, com efeito, isso tem levado a despesas e a um certo desconcerto entre as várias escolas e, até, com reflexos bastante graves nas economias dos encarregados de educação.

Penso que esse grupo de trabalho deve ser formado por membros da Secretaria Regional da Educação e Cultura, nomeadamente - e mais uma vez como sempre - a Orientação Pedagógica e a Administração Escolar porque passa sempre também por problemas de ordem administrativa, e deve integrar também gente directamente ligada às escolas, nomeadamente vinda dos Conselhos Directivos ou dos grupos ou disciplinas, e (porque não também?) do Sindicato dos Professores, que deve figurar e deve dar o seu parecer, para se encontrarem fórmulas que sejam atenuadas no sentido de, oportunamente e em boa economia, se poder, no princípio de cada ano, saber com

que é que se vai contar quanto ao livro escolar. Uma das solicitações que vou fazer a todas estas entidades que mencionei é, precisamente, que esse grupo de trabalho comece a funcionar tão depressa quanto possa para que, no próximo ano lectivo, não tenhamos os problemas que este ano surgiram.

Mesmo assim devo dizer que, nesta ponta final, no último mês, a Secretaria Regional da Educação e Cultura dispendeu perto de 3 500 contos na aquisição de livros para o ensino primário e fez a distribuição gratuita nas zonas de intervenção ou nos casos de manifesta necessidade - e isto por sugestão das Direcções Escolares. Portanto, já se começou ainda este ano - e reconhecido que era um mal - a atacar este problema. Mas querêmo-lo atacar de uma forma mais funda!

Quando a algumas questões que aqui pôs relacionadas com atrasos ou com deficiências de construções escolares, eu, logicamente e como será compreensível, peço também ao meu colega Secretário Regional do Equipamento Social que lhe possa avançar com alguns esclarecimentos, porque também me parece que, enfim, tem havido uma manifesta e descabelada campanha em relação às construções escolares. Nem tudo se apresenta tal como é noticiado por Orgãos de Comunicação Social...

Lembro que o ano passado, no princípio do ano lectivo e com as invernias, numa escola preparatória tinham voado 8 telhas. Ora, o título ou a parangona no cabeçalho do jornal que noticia isso diz: "Voou o tecto da escola tal". Deslocando-se uma equipe das Obras Públicas verifica-se - e ninguém pôs em dúvida a constatação desse serviço - que tinham sido 8 telhas e, no entanto, noticiava-se que "tinha voado um telhado". Isto é, uma certa imprensa cria alarmismos e prefere talvez conduzir os acontecimentos de molde a paralizar as escolas porque, admitindo que entre alguma chuva, - e até entram nas nossas casas essas chuvas, por exemplo, a minha casa foi entregue há 5 meses completamente nova e até já vai chovendo lá dentro aqui e acolá - como temos um clima realmente bastante pluvioso e bastante áspero, naturalmente isso acontece por todo o lado. No entanto, penso que na maioria dos casos não criou situações de paralização total.

Claro que há um grande aproveitamento político disto - que é compreensível sobretudo na época que passa - e corresponde, penso eu também, a alguma necessidade da oposição de agitar um "espantalho" que, no fundo, no fundo, não é tão negro quanto se pretende apresentar.

Bom, mas na parte das construções escolares e porque tocou aqui em dois ou três casos que podem e devem ser esclarecidos pelo Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, eu vou pedir-lhe que ele intervenha.

O problema da Escola das Laranjeiras é fundamental e é crucial. Nós temos consciência que temos que avançar mais rapidamente do que aquilo que até então se avançou, embora tivesse sido a ritmo normal e a contento. Mas porque a cidade de Ponta Delgada pode, com efeito, vir a entrar em rotura, nós estamos empenhadíssimos e estamos a criar todos os mecanismos, nomeadamente os financeiros, para que essa escola possa vir já a funcionar no próximo ano lectivo. Estou a dizer que **estamos a fazer esses esforços**, mas não a garantir que se possam conseguir porque não se fazem milagres. Mas, enfim, estou convencido que o Sr. Secretário poderá dizer alguma coisa mais concreta sobre esta matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário do Equipamento Social vai prestar os esclarecimentos?

(Afirmativa do Senhor Secretário Regional do Equipamento Social)

Então tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Secretário do Equipamento Social e, depois, o Sr. Deputado Francisco Sousa poderá fazer as suas reflexões sobre o conjunto dos esclarecimentos.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós agradecemos a preocupação do Sr. Deputado - a preocupação é de nós todos, Deputados e Governo - mas o que é certo é que algumas estruturas escolares apresentam deficiências.

O Sr. Deputado falou num assunto que é importante: a fiscalização. Para saber-se o que é que isso significa, poderá só aperceber-se de que o Equipamento Social fiscaliza nesta Região - e não só fiscaliza como prepara os concursos para obras - obras essas que no ano de 85 ultrapassaram os 7,5 milhões de contos. Não temos só escolas! Temos portos, aeroportos, estradas, etc, e é difícil acudir a tudo isso.

De qualquer maneira, já este ano - há um mês ou dois - reforçámos uma equipa de fiscalização só para escolas com 4 engenheiros e 6 fiscais técnicos. Muitas vezes é difícil contratar engenheiros porque não os há: os incentivos à fixação são maus, muitos não ganham para a renda de casa e para comer e vão-se embora passado pouco tempo, ou são aliciados pelas empresas. Mas o esforço tem sido grande e parece que, agora, estamos muito melhor organizados do que estávamos há uns meses atrás.

Queria-lhe dizer - respondendo concretamente que é o que interessa para o caso - que o Gimnodesportivo da Horta foi um caso que nos preocupou bastante. O ano passado chegou a anunciar-se que em Julho estariam prontas as obras porque o empreiteiro se comprometeu a

isso. O empreiteiro tinha dificuldades, como toda a gente sabe, e teve que haver uma rescisão do contrato. Ora, as rescisões de contrato são legais, mas demoram tempo. Além disso, a parte do instituto de soldadura teve que cá vir verificar se as estruturas metálicas estavam em condições ou não (veio cá por duas vezes), apresentou os seus relatórios e, no próximo Conselho do Governo, já vai ser dada autorização para se adjudicar a novo empreiteiro a conclusão das obras.

São assuntos em que nos empenhámos a fundo, mas não conseguimos fazer mais depressa.

Quanto à Escola Secundária das Laranjeiras - como já foi dito - já foi assegurado pelo empreiteiro que pode acabar as obras de maneira a iniciarem-se as aulas no próximo ano lectivo. Essa resposta já foi dada; agora estamos só na quantificação de custos porque isso envolve, como é de prever, equipas de trabalho suplementar, mas tudo aponta que sim, ou seja, que no próximo ano lectivo vamos ter a Escola das Laranjeiras em funcionamento.

Quanto à Escola da Fajã de Baixo, o Sr. Deputado não deve ter passado lá há poucos dias, porque a mesma foi adjudicada e já se iniciaram as obras. É evidente que talvez da rua não se vejam os telhados, mas começámos pelos caboucos e, portanto, a obra está inciada.

Temos ainda a Escola Primária de Rabo de Peixe. É uma escola que tinha deficiências de cobertura, como algumas outras. Nós fizemos uma obra recente - que foi testada já com os últimos temporais - em Santo António Além Capelas e verificámos que, como o edifício era idêntico, a mesma cobertura poderia ser adaptada em Rabo de Peixe. Foi isso que se fez: adjudicou-se a obra, estão as mesmas a começar e esperamos que fique, de uma vez por todas, arrumado o assunto.

Quanto ao grupo de trabalho de que falou e que eu concordo total e plenamente, devo dizer que já fizemos várias reuniões com a Educação e Cultura e... ele está em marcha! Já estabelecemos vários contactos e é necessário que haja, de facto, uma melhor coordenação porque temos recebido muitas reclamações de pais, de comissões de pais e de escolas. Julgo que devíamos todos, em conjunto, resolver os problemas para que não continue a existir o que se tem verificado até à data.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ia começar por fazer uma pequena reclamação ou discordar do Sr. Secretário da Educação e Cultura por dizer que não poderia aceitar muitas das nossas sugestões. Agora, já estou um pouco mais sossegado, porque o Sr. Secretário do Equipamento Social vem dizer que há sugestões de aceitar. Portanto, acho que afinal estamos a andar no bom caminho. É preciso é só acertar algumas agulhas e mais nada.

Há questões que eu queria levantar também em relação às suas respostas. Por exemplo: - Que mecanismos foram usados para atribuir estes 3 500 contos?

O Sr. Secretário diz que foram os casos mais necessários. Em relação a isso perguntava o seguinte:

- Foi feito o sistema previsto na lei de se saber o rendimento "per capita" das famílias? Quais as freguesias que foram contempladas?

Quanto à Escola das Laranjeiras, diz o Sr. Secretário (e muito bem!) que um dos problemas graves da fiscalização é a falta de incentivos. Mas a culpa não é da oposição porque, desde antes da Ordem do Dia até à Ordem do Dia, já tem a mesma focado várias vezes este assunto!

Pensamos que há departamentos do Governo, segundo consta, que já têm algumas propostas. Avancem com elas para o Plenário do Governo, mesmo que não sejam as propostas finais, as propostas ideais, mas que se avance! Neste caso, porque, em muitos sectores, há a necessidade de se criarem verdadeiros incentivos para que venham para cá técnicos competentes e que queiram, de facto, permanecer o tempo suficiente na nossa Região para daí tirarmos o verdadeiro contributo e proveito.

Quando me referi à Fajã de Baixo - e isto é para o Sr. Secretário do Equipamento Social - era exactamente ao que estava escrito no Plano. E foi para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário (que não recebi e que volto a colocar) que era o que toca ao número de alunos a abranger, tanto no ensino primário, como no preparatório e secundário, em que se diz que "do primário vão ser abrangidos 1 800 alunos, do preparatório 3 000, do secundário 3 000".

Eu pergunto:

- Quais as construções que vão ser acabadas este ano - porque no Plano não as vejo-que me permitam chegar a esses números? Isto está lá como um objectivo a atingir. Bem sei que é um objectivo! Mas esse objectivo não tem, digamos, os antecedentes, ou não estão lá explícitos os projectos, que me permitam verificar desses números e chego à conclusão de que, em alguns casos, nem se atinge metade daqueles objectivos.

Estarei errado? Se estou errado gostaria que me esclarecessem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, há também pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado José Manuel

Bettencourt, de forma que vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt e, depois, o Sr. Secretário responderá a todos os pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettecnourt.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): Sr. Presidente, se V. Exa. achar por bem, e se o Sr. Secretário Regional também achar por bem, eu preferia ouvir os esclarecimentos aos pedidos do meu camarada, Deputado Francisco, até porque eles poderão ser de tal ordem que não suscitem necessidade de eu solicitar os meus.

**Presidente:** Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Desculpe, mas eu estava realmente a receber uma chamada de fora e perdi parte das suas questões. Fez-me uma pergunta, creio eu, sobre a questão da atribuição dos livros, ou seja, donde é que tinham saído essas verbas. Sairam da Acção Social Escolar...

**Deputado Francisco Sousa** (PS): Eu perguntei quais foram os critérios utilizados e se foi cumprida a lei no que diz respeito à apresentação do documento do rendimento "per capita" das famílias.

**O Orador:** Foi sim senhor. E os critérios utilizados foram precisamente aqueles que estão definidos na lei e, naturalmente, foi uma acção que não estava programada, mas que foi possível com alguns restos de verbas da própria Acção Social Escolar que este ano económico não iriam ser gastas. Com certeza que os critérios foram os da lei - nem outra coisa seria de esperar - e foi precisamente a atender às situações de manifesta carência e de manifesta dificuldade. Aliás, neste processo estiveram envolvidas, como lhes disse, as Direcções Escolares.

Em relação à outra questão que levantava, confesso que não tenho os elementos do Plano aqui comigo e não lhe sei dar uma explicação dessa discrepância que faz entre números de alunos e números de salas. No entanto, penso que estará devidamente acertado. Vou informar-me desta questão para poder, posteriormente, dar-lhe um esclarecimento, como é legítimo e como eu próprio também desejo fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para pedir esclarecimentos.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os esclarecimentos que desejo pedir são, obviamente, de carácter exclusivamente político e, como tal, não têm qualquer intenção de carácter pessoal. Não é propriamente este sector - o da Educação - aquele sobre o qual tenho maiores responsabilidades e, daí também, que não possua o conhecimento adequado, pormenorizado, de toda a problemática da política de Educação e Cultura.

Devo dizer também que não estou preocupado com isso, na medida em que confio totalmente, para o tratamento desses temas, no "meu" Secretário Regional da Educação e Cultura...

(Neste momento voltou-se para o colega de bancada, Deputado Francisco Sousa).

...e, portanto, ficaria simplesmente por umas perguntas de carácter muito geral.

Ouvi da sua exposição, Sr. Secretário Regional, duas ou três expressões que me suscitaram alguma curiosidade. Por um lado, o Sr. Secretário Regional referiu que o edifício da sua residência também já mete água. Eu diria, Sr. Secretário Regional, que não é por aí que o aspecto seria grave. Se calhar, o Sr. secretário Regional está a apanhar os respingos da aguaceira toda que o Governo Regional vai metendo nesta Região...

**Presidente do Governo Regional** (Mota Amaral): Eu dava-lhe a resposta, Sr. Deputado!...

**O Orador:** Mas, em concreto, os dois pedidos são estes:

V. Exa. referiu que tinha procedido à mudança de três Directores Regionais. Considera o Sr. Secretário Regional que essas mudanças ficaram a dever-se ao facto de os anteriores Directores Regionais serem incompetentes? Sim ou não?

2ª pergunta: Considera o Sr. Secretário Regional que haverá ainda mais algum responsável da sua Secretaria que, por motivos de incompetência, deveria também ser substituído?

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): O Sr. Deputado é capaz de repetir a última pergunta?

**O Orador:** Eu posso repetir a pergunta, mas talvez o Sr. Presidente do Governo estivesse extremamente atento e, portanto, tenha ouvido essa pergunta e o possa informar.

**Presidente do Governo Regional** (Mota Amaral): Porque não a diz o Sr. Deputado?

**O Orador:** Eu também posso dizer. Aliás, tenho sempre muito gosto em trocar impressões com V. Exa...

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt:

Eu sou por hábito uma pessoa bem disposta, e sobretudo bem educada, e não lhe tolero ou, enfim, deixo passar em branco, em nome de alguma amizade que tenho por si, um comentário jocoso, de mau gosto, quanto à questão de meter água ou não meter água.

Percebeu com certeza - se é que percebeu,

(não sei se tem capacidade para isso!) porque de provocação se pode passar a provocação - o que é que eu queria dizer, e tinha sido desnecessário o seu comentário tal como o fez: não acrescentou absolutamente nada, como não acrescenta o problema da pergunta das mudanças dos três Directores Regionais, da competência ou incompetência dos que estão e dos que foram. Um Secretário Regional quando toma posse do seu lugar pode formar a sua equipe e, portanto, é à luz desta perspectiva que eu entendi trabalhar com as pessoas com quem eu próprio talvez me entendesse melhor - o que não tem nada a ver com critérios de competência ou incompetência de anteriores Directores Regionais.

Não vejo por que é que essa questão tem que ser atirada para aqui! É um coisa disparatada - desculpe que lhe diga - e é só levantar-se e utilizar o microfone para não estar calado. Mas, às vezes, há situações em que é mais conveniente realmente deixar-se estar como está e fazer as perguntas na sua área. Diz que não é perito em Educação. Então em que é que é perito? Eu não o vejo ser perito em nada! Reconheço que, enfim, foi um mau momento e uma ocasião de infelicidade e deixe-me passar isto em branco, que é o melhor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. deputado José Manuel Bettencourt. Eu pedia que, efectivamente, os Srs. Deputados e os Srs. Secretários, não deixando de dizer aquilo que entendam que devem dizer, não alargassem demasiado as considerações "a latere" sobre os assuntos do Plano e do Orçamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para um protesto.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para, obviamente, um protesto. E um protesto pela ausência de "fair play" que o Sr. Secretário Regional demonstrou...

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Nem tinha que o fazer!

**O Orador:...** contrariamente - desculpe que lhe diga - ao que lhe é característico, na medida em que ofendeu-se com uma intervenção de carácter político, e numa sede política, em que eu tive o cuidado de dizer que não era nada de pessoal: são as minhas opiniões! Ora, eu pedi o esclarecimento uma vez que o Sr. Secretário referiu que tinha procedido à mudança de três Directores Regionais mas não tinha explicado nem explicitado porquê.

Portanto, o Sr. Secretário Regional tem o direito de se ofender com as intervenções que lhe sejam dirigidas. O problema é seu: ou as interpreta com uma perspectiva de intervenção política entre a situação e a oposição, ou se não tem essa capacidade, julgo que ocupa um mau lugar no Executivo Regional dos Açores!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para um contraprotesto.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é para um contraprotesto! É só para dizer que sinto-me muito agradado e satisfeito por ver que o conceito de política no Partido Socialista coincide, efectivamente, com os resultados que tem obtido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

**Deputado José Manuel Bettencourt** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É para, precisamente na altura e na oportunidade, retribuir a observação que há pouco me dirigiu injustamente, mas esta agora que lhe faço é com toda a justiça: de que também, agora, perdeu uma boa ocasião de ficar calado!

**Presidente:** Eu suponho que este assunto está efectivamente encerrado e que o Sr. Secretário e o Sr. Deputado já esclareceram as situações.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João de Brito para uma intervenção.

**Deputado João de Brito** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vimos a assistir neste plenário à discussão, apreciação e debate do Plano e Orçamento anual, submetido a esta Câmara pelo Governo Regional.

É um acto a que já nos habituámos, que desenrola-se com a maior serenidade, diálogo e participação de todos, dentro das normas e prazo estabelecido. Isto indica que nesta Região trabalha-se num clima de estabilidade política e que esforça-se para rapidamente levar o progresso e melhoria da qualidade de vida a todos os que vivem neste Arquipélago, e em particular às camadas mais desfavorecidas.

O documento em apreço, e à semelhança dos anteriores, perspectiva e quantifica para os sectores produtivos e sociais, programas de acções concretas e precisas devidamente fundamentados, atendendo às suas prioridades que visam soluções para os problemas económicos, sociais, dentro de uma filosofia de reformas sociais democratas.

Verifica-se assim que a actividade Governativa Regional, tem proporcionado à nossa comunidade, fortes razões para dizermos que vale a pena viver nestas ilhas situadas no Atlântico Norte, com a dignidade e a esperança num futuro mais promissor.

Esta esperança tem vindo a consubstanciar-se no projecto de autonomia democrática regional,

cuja actuação prática dos seus órgãos próprios vem-se traduzindo na recuperação do atraso sócio-económico a que a Região esteve votada.

A estratégia do Plano e Orçamento assegura a firme determinação do Governo Regional continuar a trabalhar de modo a que o ritmo de crescimento e desenvolvimento se faça de forma harmoniosa.

O acontecimento histórico que vai concretizar-se com a recente integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, constituirá também, um factor decisivo para que nos aproximemos rapidamente dos padrões do nível de vida da mesma.

Durante as negociações da adesão os responsáveis governamentais conseguiram, dentro dos condicionalismos que existiam, acautelar os nossos interesses de modo a facilitar a entrada sem perturbações e dificuldades. Dentro de 33 dias a adesão de Portugal tornar-se-á uma realidade. Será no sector agro-pecuário e silvícola que se registarão as mais significativas alterações à política económica regional, cujos efeitos virão a sentir-se num futuro próximo, com resultados benéficos para os produtores industriais e consumidores.

Por isso o Governo Regional prepara a introdução de esquemas de funcionamento do sistema institucional que vigora na Política Agrícola Comum, o que vai despertar nos nossos agentes económicos a revisão das suas formas de actuação, com vista a que possam beneficiar das vantagens que a Comunidade lhes oferece.

Enquadra-se dentro da nova filosofia da CEE a alteração da política de preços no mercado.

Ao longo dos anos os preços dos produtos agrícolas eram sustentados pela manipulação artificial de preços de intervenção em que o Governo impunha a política das suas conveniências de forma paternalista, o que conduzia a baixos níveis de produtividade e, consequentemente, descidas dos rendimentos dos agricultores.

Passar-se-á à prática de uma política de preços assente em princípios gerais de funcionamento de uma economia de mercado suficientemente defendida da concorrência exterior.

Nesta área o Governo Regional aponta para uma gradual reformulação do sistema de preços com base na sua livre formação no mercado. Paralelamente vem promovendo a remodelação e adaptação das estruturas existentes que virão assegurar as garantias institucionais assentes em instituições facilmente articuláveis, com flexibilidade e ligeireza de meios, com mecanismos de decisão rápida e com a capacidade de intervenção oportuna e de mobilização de recursos financeiros suficientes.

É perante as novas regras do jogo que os agentes económicos irão pautar a sua actuação, cabendo ao Governo uma acção supletiva, normativa e coordenadora, transferindo para os mesmos a iniciativa de recorrer em primeira instância às suas organizações representativas.

Para podermos competir e enfrentar a complexidade dos mercados, particularmente em preço e qualidade, é indispensável que o sector agro-pecuário se liberte dos factores que estrangulam o seu desenvolvimento e que são: a deficiente capacidade organizativa e a falta de dimensão ao nível da produção, industrialização e comercialização.

Para atingir no sector agro-pecuário o nível de modernização e aperfeiçoamento tecnológico, os produtores da CEE sentiram em tempos recuados a necessidade de transformar as suas mentalidades e solidarizarem-se como forma de ultrapassarem as enormes dificuldades que encontraram na sua actividade.

Foi a sua capacidade mobilizadora de organização, nomeadamente através da cooperação e do associativismo em geral que lhes proporcionou a força e os meios necessários para vencer a adversidade.

Consistiu numa política de cooperação, de trabalho em comum, de forma inteligente e metódica que trouxe o bem estar às populações rurais, organizou racionalmente a produção, valorizou por todas as formas os produtos do solo e obteve consequentemente os melhores resultados financeiros.

É por esta razão que constatamos no tecido económico da política agrícola comum o papel relevante das associações agrícolas dos mais variados fins prestando serviços aos seus associados.

Basta recordar que o grau de aperfeiçoamento de um País se reconhece pelo número das suas associações actuantes.

Cada agricultor pertence em média a mais de três associações com fins diferentes, esforçando-se apenas para extrair da sua exploração o mais que puder tanto em quantidade e qualidade, cabendo às associações as tarefas subsequentes.

Para caminharmos para este grau de desenvolvimento agrícola o Governo Regional tem programado no seu plano acções de apoio e adequado sistema de incentivos que permitam a formação das estruturas de organização agrícola de defesa dos interesses profissionais no domínio da economia e política, ou através de sociedades cooperativas que visem o abastecimento, transformação e comercialização dos produtos e aquisição dos factores de produção para os seus associados.

Para além disto, o Governo Regional vem desenvolvendo acções de fortalecimento das débeis estruturas existentes, transferindo técnicos, promovendo outros apoios em ordem a privilegiar gradualmente as instituições representativas da lavoura.

Senhor Presidente, Senhor Presidente e Membros

do Governo, Senhores Deputados:

A opção tomada para a Comunidade com mecanismos eficientes e bem organizados, com instituições a desempenhar funções bem claras e definidas, que vêm proporcionando um elevado nível de vida ao mundo rural, constitui para nós um forte estímulo ao progresso.

Trata-se de um desafio posto à actividade produtiva que terá que assumir as suas responsabilidades, participando activamente na construção de uma Região mais próspera também pela via da utilização dos benefícios que a adesão nos coloca.

A intervenção que acabamos de produzir enquadra-se dentro dos objectivos de desenvolvimento propostos no Plano e Orçamento. Daí o meu voto favorável.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo).

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para uma intervenção.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para análise, discussão e consequente aprovação, vem a Secretaria Regional da Educação e Cultura apresentar-vos o seu Plano e Orçamento para 1986. O P ano - como é óbvio - encontra-se balizado pelas grandes opções que aqui foram apresentad s em Março passado e traduz as prioridades que para o sector se encontram expressas tanto no programa do Governo como no PMP 85/88.

Não se pode pois esperar que se hajam introduzido profundas inversões ou alterações às linhas que consciente e intencionalmente o Governo traçou para as vastas áreas do Ensino, da Educação, da Cultura e do Desporto. A opção feita é consciente, e obedece à coerência política com que o Partido do Governo se apresentou ao seu eleitorado. A sua validade é para quatro anos. A escolha é manifesta e foi preferida com liberdade e com consciência.

Em substância propunha-se então ao eleitor açoriano uma filosofia cuja base essencialmente assenta:

- no estabelecimento da igualdade de acessos à Educação (nos seus vários graus) e à Cultura;

- no entrosamento entre a Escola e a Comunidade, cimentando-se duas realidades que não podem viver divorciadas entre si. Procurar-se uma actuação pragmática face às realidades sócio-económicas e culturais da nossa Região;

- no proporcionar aos açorianos formas cada vez mais consistentes de identificação cultural, procurando abrir os caminhos da criatividade e permitindo a fruição dos bens culturais (espirituais ou materiais que sejam) e projectando essa identificação no todo regional é certo, mas também em mais vastos espaços nacionais e internacionais, com particular preocupação de atingir as nossas comunidades dispersas;

- entender o desporto e a sua prática não apenas como actividade meramente lúdica mas, pelo contrário, como um factor integrante de todo um processo educativo não confinado à Escola, mas também não ausente da Escola.

Eis pois que, fundamentados nestas quatro grandes linhas gerais, entendamos que só pela via da Educação integral poderemos conseguir o desenvolvimento e o equilíbrio sociais, em ordem a uma mais correcta e adequada integração no mundo que desejamos construir e mesmo naquele em que hoje vivemos. Queremos uma sociedade que, desde já, estabelecida nos princípios por que optámos, possa transformar-se para melhor. E a transformação só se opera quando consideramos as multi-realidades educativas e culturais do nosso tempo e as materializamos. Queremos que o futuro se opere ou se comece a operar agora. Queremo-lo também para nós. A começar já!

É pois à luz deste caminhar acelerado, mas certo e seguro, que devem ser entendidos o Plano e Orçamento do próximo ano. Ele não representa mais do que uma nova fase ou etapa no alcançar a meta que nos propomos.

É hoje ideia comum - e nós perfilhamos tal ideia - que as exigências da sociedade portuguesa, em profunda mudança, apontam para uma intensa reformulação do actual sistema educativo. Efectivamente temos que questioná-lo e reflecti-lo, muito mais ainda quando nos encontramos na presente situação de pré-integração na Comunidade Económica Europeia e em plena expansão e explosão educativa e cultural.

Por isso apraz-nos registar, e participar apoiando, aquilo que de efectivamente inovador vier a ser implementado pelo Governo da República. As profundas mudanças que se anunciam merecerão sempre o nosso apoio e o nosso empenhamento desde que, evidentemente, não colidam com os valores que temos por mais convenientes e adequados para a Região. Assim, por exemplo, no que toca ao novo processo de formação de professores ou ao ensino técnico-profissional, aguardamos com natural e intensa expectativa aquilo que vier a ser inovado.

Todavia, uma atitude expectante, não pode nem deve significar que nos mantenhamos parados, aguardando o futuro dos acontecimentos.

Pelo contrário, a nossa acção para 1986, tal como a temos concebida, reflecte um esforço grande em ordem à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Tal esforço reflecte-se também nas outras áreas da responsabilidade desta Secretaria Regional: actividades desportivas e culturais.

É verdade que nos últimos tempos, sobretudo

nestes que precederam a abertura do ano lectivo e agora os que antecedem importante período eleitoral, têm os adversários do Governo desencadeado uma autêntica "cruzada", descobrindo subitamente que em oito anos de actuação desta Secretaria, tudo ou quase tudo, foi mau, nada presta. Tais correntes de opinião, que muito bem conhecemos e até identificamos, pecam pela monotonia e pela repetição do discurso. De forma algo um tanto mesquinha, revelando traumas e desorientação política, apenas querem ou podem ver a árvore, sem percepção de que têm pela frente a floresta. Nem de outra maneira podia ser. De facto é mais fácil e mais confortável , (porque cria impacto e um certo mal-estar na opinião pública) satisfazer os desígnios de quem pretende destruir mais do que construir e colaborar. Prefere-se empolar o episódio de umas tantas telhas que voaram de uma qualquer escola (e que facilmente podem ser repostas) ou mesmo impedir o normal funcionamento de aulas, só porque uns pássaros acidentalmente invadem pavilhões desportivos.

Não se lhes descortina a disponibilidade e a boa fé necessárias para a compreensão dos reais problemas de fundo que existem efectivamente no âmbito do nosso ensino. E não o fazem porque tal exigiria uma disponibilidade e uma predisposição que não têm. Parece não pretender um debate sério, a um nível verdadeiramente profissional.

Outros há que, incapazes hoje de assegurar a necessária disciplina, vêem diminuída a sua autoridade perante a Escola. Isto acontece talvez, por via de uma gestão já caduca, impossibilitada de respostas eficazes aos problemas da Escola moderna. Saliento pois, com algum agrado, as procupações que recentemente alguns conselhos directivos têm manifestado publicamente. Ao que me parece, tais responsáveis mais não desejam do que fazer ouvir as suas preocupações profissionais, de forma directa que dispense os conhecidos **"bons ofícios"** de certas **"tutelas"** partidárias ou mesmo sindicais.

Assim, quer se queira quer não, a Secretaria da Educação está plenamente aberta à discussão e ao diálogo...

**Deputado Carlos César** (PS): Essa é boa!

**O Orador:** Faz favor de dizer, Sr. Deputado.

**Deputado Carlos César** (PS): Estava a dizer que essa era muito boa!

**O orador:** Não é má!

Mas como ia dizendo, a Secretaria da Educação está plenamente aberta à discussão e ao diálogo com quem quer que seja, desde que eles visem uma contribuição válida para clarificação e melhor adequamento dos problemas da Educação, porque eles são de todos nós.

Lançado pois este repto a quem connosco queira colaborar e construir sistemas mais operativos e mais eficazes nos campos da Educação e da Cultura, passemos ao que de concreto nos propomos realizar ao longo do ano que vai correr.

Em nosso entender, importa hoje posicionarmo-nos, de maneira consistente, face a uma Escola em mudança, voltada para as novas tecnologias, que responda aos anseios dos alunos e que seja, de facto, a Escola Nova, aquela que prepara a vida, no dealbar de um novo século.

Ao centrarmos a nossa atenção, como é evidente, no aluno, não podemos esquecer a própria Escola, aquela Escola que temos aqui, nos Açores, a fim de podermos, num sadio confronto de ideias, auscultar os seus problemas - **e os dos seus professores** -, para que todos, em conjunto, reflectindo, procuremos as suas falhas e apontemos as indispensáveis estratégias de superação.

Assim, **a educação pré-escolar e o ensino especial têm vindo gradualmente a constituir uma das nossas preocupações dominantes, por considerarmos a primeiro factor de sucesso na escolaridade subsequente e o segundo, através da integração dos alunos e do apoio que aos mesmos será necessário dispensar.**

Estes dois sectores conhecerão, assim o espero, em 1986, grande impulso, apesar de muito já se estar a fazer neste final de 1985 (primeiro período): encontros, levantamento de casos (Ensino Especial), apoio, destacamentos, etc.

**No âmbito da Educação Permanente**, estão 203 acções a funcionar na Região, com outros tantos Animadores, estando em primeiro lugar das ditas acções a **Afabetização**, sendo ainda de salientar que as acções da Educação Permanente contemplam, no momento, 2.371 pessoas.

**No campo da formação contínua**, tendo sempre em conta a importância em promover uma actuação correcta dos professores face à realidade escolar açoriana, estão igualmente previstas (1986) inúmeras acções que vão procurar responder às solicitações que nos têm sido dirigidas, quer de âmbito geral (carácter pedagógico-didáctico) quer de âmbito específico (científico), acções essas a monitorar por professores açorianos (dos vários ramos de ensino), por professores da Universidade dos Açores e, nalguns casos, por professores do Continente.

**É nossa intenção criar condições, para que o Ensino Técnico Profissional possa implementar-se devidamente na Região, formando técnicos de cuja falta tanto se fala, com a devida orientação escolar e vocacional, o que irá implicar despesas no tocante a todo um processo de auscultação individual dos alunos, recolha de dados, ordenação, análise e apresentação de resultados por especialistas do Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores ou doutra instituição a que, porventura, se tenha de recor-**

rer.

**Não podemos esquecer o novo "modelo" de formação de professores (Formação em Serviço Decreto-Lei nº 150/A/85) a que se terá de recorrer aos CIFOPs (Centros Integrados de Formação de Professores) e/ou às ESEs (Escolas Superiores de Educação), através de protocolos entre essas instituições e a S.R.E.C., a fim de salvaguardar os legítimos interesses dos professores. Todo este processo exigirá verbas bastante avultadas, para que o processo se desenvolva com a dignidade que todos desejamos.**

**Convém, ainda, referir que não existe na Região, ao nível da S.R.E.C. um sector referente à Inspecção. Neste sentido, a S.R.E.C., em estreita colaboração com a Inspecção-Geral de Ensino, vai efectuar uma série de acções (1986), tendo como objectivo fundamental a formação dos nossos próprios inspectores que, na Região, poderão resolver questões que nos são postas com muita frequência!**

Em resumo, propomo-nos:

- Desenvolver uma linha investigativa nos vários Sectores (desenvolvimento curricular, métodos e técnicas de ensino).
- Propor e/ou dar parecer, em conjunto com outros Sectores, sobretudo o que se refira a curriculos.
- Dar parecer sobre os objectivos dos programas e sobre os seus conteúdos, de acordo com a especificidade da Região.
- Propor alterações e/ou inclusões nos programas, com vista a uma melhor eficácia do ensino.
- Assegurar o acompanhamento de experiências pedagógicas, ao nível da Região.
- Apoiar os professores que têm a seu cargo alunos com deficiências de aprendizagem.
- Realizar e apoiar acções de formação.
- Propor legislação julgada conveniente no tocante à formação de professores.
- Apoiar logisticamente o(s) modelo(s) de formação de professores.
- Apoiar psicopedagógica e didacticamente os professores.
- Lutar pela qualidade do ensino-aprendizagem na nossa Região Autónoma.
- Desencadear acções conducentes à diminuição do absentismo escolar.
- Motivar os alunos, através de situações de aprendizagem que correspondam aos seus interesses e vivências, de acordo com as realidades e necessidades regionais.
- Dignificar a carreira docente, através de acções de formação contínua, ao longo do ano lectivo.
- Criar condições inerentes ao desenvolvimento eficaz do novo modo de formação de professores - **formação em serviço Decreto-Lei nº 150/A/85, de 8 de Maio.**
- Formar formadores (Magistério Primário, Educadores de Infância e Animadores Pedagógicos).
- Apoiar científica e pedagogicamente o corpo docente, dos diferentes ramos de ensino, em especial os grupos mais carenciados e, sobretudo aqueles que iniciam a sua carreira.
- Implementar a relação dialógica em que a Escola, com o seu público - professores, alunos e pais e/ou encarregados de educação -, (sem esquecer o Sindicato dos Professores), em constante interacção com a própria Comunidade, seja capaz de responder neste particular, às legítimas aspirações do Povo Açoriano.

Por outro lado, como se sabe, os problemas da educação e do ensino não se confinam exclusivamente à problemática pedagógica e à relação professor/aluno. Em torno destas realidades e como suporte delas há todo um conjunto de intenções que, neste Plano, importam destacar. Por isso mesmo, damos um particular relevo às medidas de acção social escolar.

Com o Orçamento para 1986, propõe-se a SREC, suportar o financiamento das acções de apoio social aos estudantes dentro de uma política de escolarização e de ensino determinada pelo Governo Regional e que se vem desenvolvendo com finalidade educativa, de apoio económico e de prestação de serviços.

Com esta finalidade foram lançadas as seguintes novas acções:

1. Suplemento alimentar - Merenda Escolar nas zonas mais carenciadas chamadas **de intervenção** e que foram propostas pelos Directores Escolares;
2. Aquisição de livros escolares para os alunos mais carecidos do Ensino Primário, distribuídos gratuitamente;
3. Instalação de detectores de fugas de gás (alarme) nas cozinhas e bufetes de todos os estabelecimentos de ensino e residências de estudantes;
4. Vistoria técnica de todos os equipamentos de cozinha, bufete, refeitório e papelarias escolares.

Reportando-nos ainda a acções de apoio social ao estudante, importará referir algumas das verbas que este orçamento lhes atribui e o crescimento percentual que se regista. É o caso, por exemplo, dos refeitórios e bufetes escolares onde se verifica em 1986 um aumento de 31,2% e 18% respectivamente; ou do suplemento alimentar onde esse aumento passa de 54.000 contos em 1985 para 72.000 em 1986. Significativo crescimento regista-se também no que respeita a transportes escolares: 1985 - 117.000 contos; 1986 - 155.000 contos, correspondendo a um percentual aumento de mais de 32,7%.

Por outro lado, verificado que foi o aumento das capitações que abrangem agora maior número de alunos (e, por esse motivo, a atribuição

de mais subsídios de estudo que visam compensar os encargos decorrentes da frequência escolar) houve que aumentar em 25% o orçamento para este sector.

Em síntese, os aumentos das dotações foram rigorosamente previstos, uma vez que suportam sectores como o da alimentação - refeitórios e bufetes escolares, suplemento alimentar (leite e merenda escolar), transportes - rede de transportes escolares, manutenção de equipamento e seguro escolar.

Para todos estes sectores apresentam-se duas razões de crescimento:

1. O aumento da população escolar e a abertura de novos estabelecimentos de ensino.

2. O aumento dos custos da alimentação, transportes, reparações de equipamento, seguro escolar, etc..

Convém ainda salientar que em termos globais o aumento verificado no Orçamento de 1986, em relação ao do corrente ano económico de 1985, foi de 30%. Este crescimento revela pois a melhor atenção do Governo quanto a esta questão.

Não menos importante do que as acções a realizar para os docentes são aquelas outras que a SREC desencadeará junto do sector do pessoal não docente, nomeadamente o auxiliar. Se é certo que tradicionalmente algumas daquelas acções se têm realizado junto dos quadros administrativos (os quais continuaremos a apoiar) importa que acções de formação específica sejam levadas a cabo junto doutros que, quanto a nós, constituem também um importantíssimo suporte ao bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino: trata-se, como disse, do pessoal auxiliar. Hoje estas acções revestem-se de particular relevo, porquanto foram recentemente regulamentadas na Região as provas de admissão destes funcionários. Nesse regulamento, procurou-se definir o perfil do que deve constituir um funcionário ao nível das exigências da Escola Moderna. Acções destas, montadas tanto para auxiliares como para administrativos já se encontram devidamente planeadas para seguimento. A par delas outras serão lançadas pela Secretaria, nomeadamente aquelas que, através da T.V., p. ex., sensibilizem alunos, professores, pais e/ou encarregados de educação para o problema da segurança na Escola e fora dela.

Gostaria de chamar a atenção para o problema que também há bocado já foi focado: do bombardeio a que têm sido sujeitas as Secretarias da Educação e do Equipamento Social quanto ao problema das construções escolares. Penso que todos têm na sua frente o Plano 86 e que, por aí, verão - e escuso-me portanto de citar e de referir ou entrar em pormenores - o que nos propomos fazer e realizar em matéria de construções.

Anoto aqui com agrado que sempre que são detectadas estas circunstâncias, quer seja até através dos orgãos de informação - e é curioso que muitas vezes os órgãos de informação apresentam um maior número de casos do que aqueles que depois nos são postos pelas escolas atingidas por essas calamidades - tem havido sempre da parte do meu colega, Secretário Regional do Equipamento Social, uma resposta pronta e uma boa vontade manifesta em acudir a estas circunstâncias. E anoto aqui isto porque é, pelo menos para mim, uma prova de que há uma relação entre os departamentos do Governo e uma consciência de que estes problemas não podem respeitar exclusivamente a uma Secretaria Regional - são de todas as Secretarias Regionais - e, neste particular das construções escolares, da Secretaria Regional do Equipamento Social.

Por outro lado, penso, e vamos fazer isto já este ano, reforçar ainda verbas da rubrica 31 para que as escolas disponham de meios imediatos para pequenas ocorrências. Quando isto for feito penso que se tem de exigir dos Conselhos Directivos o cumprimento destas obrigações porque alguns andam arredios e por um "dá cá aquela palha" rapidamente contactam com o Equipamento Social ou a Secretaria da Educação, enjeitando obras que depois se vai verificar e que são de pequeníssima monta. Portanto, acho que se devem dotar as escolas dos meios necessários para estas operações de emergência e que não solicitam intervenções de fundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As grandes áreas de desenvolvimento da política cultural para 1986 podem sintetizar-se em quatro pontos:

1º - Revisão sistemática do enquadramento jurídico das instituições dependentes da Direcção Regional dos Assuntos Culturais de molde a regularizar quadros orgânicos, áreas de intervenção e princípios de actuação;

2º - Reformulação dos métodos de execução do Plano, cumprindo, tanto quanto possível, um cronograma rigoroso de entrega de projectos completos susceptíveis de evitar demoras gravosas à execução e facilitando o exercício sistemático da fiscalização das obras;

3º - Revisão da filosofia subjacente às Casas de Cultura e das Casas Etnográficas com o duplo objectivo de representantes locais da política cultural da DRAC e agentes de uma efectiva descentralização cultural propondo planos próprios destinados a cumprir os objectivos específicos das duas áreas de implantação.

Próximos já da época nova que resultará da nossa entrada na Europa, parece avisado transformar as instituições mencionadas em verdadeiros centros de recolha e difusão de iniciativas culturais que, no quadro euroneu, se desenvolvem sobretudo a partir dos audiovisuais e das publicações de tiragem limitada e de baixo custo unitário, destinadas a abordar temas específicos

em áreas de implantação das Casas de Cultura e de Etnografia.

Por outro lado, há que prosseguir contactos e acordos com entidades terceiras que visem a obtenção de auxílios em "Know how" e equipamento, destinados a coadjuvar esta política.

A animação cultural continua também dependente de factores conjunturais que vão desde a disponibilidade de artistas e instalações até ao rendimento efectivo das associações de natureza cultural e recreativa. Pretender espartilhar em quadros rígidos e imutáveis o trabalho de animação cultural é, segundo cremos, por um lado, paralizar parte das ideias novas que gradualmente vão emergindo, por outro, inviabilizar a resposta a numerosas solicitações pontuais que nos chegam diariamente das próprias comunidades. Errado e perigoso seria privar essas mesmas comunidades da possibilidade de apresentarem e verem viabilizadas (e ponderadamente apoiadas) as suas iniciativas, em nome de um planeamento demasiadamente rígido.

Finalmente - 4º ponto - gostaríamos de sublinhar o seguimento de projectos destinados a coordenar interdepartamentalmente actividades com implicações plurisectoriais como o folclore e o artesanato (cujas comissões já se encontram formadas), com vista a evitar flutuações de critérios e de indefinições de objectivos globais.

Em paralelo, decorrem e decorrerão os cursos de formação e especialização de artífices (marceneiros, entalhadores, encadernadores) visando o duplo objectivo de libertar a Região de recursos onerosos e morosos e redignificar o trabalho manual da arte, elemento não dispiciendo na criação de riqueza e postos de trabalho.

Também gostaria muito particularmente de me demorar algo um tanto sobre o problema da reconstrução da cidade de Angra,da sua classificação como Património Mundial e das obrigações que o Estado tem para com isso, ou seja, para com esta realidade.

Penso que é altura de agora se levantar um problema - o do financiamento à recuperação da nova Central da Cidade de Angra, **na sua parte monumental.**

Tal financiamento corresponde a **uma obrigação específica do Estado** (financiamento e não só) decorrente de um compromisso internacional assumido pelo Estado Português.

Na verdade, a Convenção para a Defesa do Património Mundial, Cultural e Natural aprovado pelo Decreto 49/79 de 6 de Julho estabelece (artigo 4º) que cada um dos Estados - parte na presente Convenção reconhece que a obrigação de assegurar a **identificação**, a **protecção**, a **conservação**, a **valorização** e a **transmissão às gerações futuras** do património cultural e natural indicado nos artigos 1º e 2º, e situado no seu território, lhe incumbe em primeira linha.

O artigo nº 1 da Convenção considera **Património Cultural** os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse que tenham **valor universal excepcional** dos pontos de vista da **História**, da **Arte** ou da **Ciência.**

Ora, como todos sabem, a Zona Central de Angra do Heroísmo está inscrita na lista do Património Mundial (Dezembro de 1983) por unânime decisão do Comité do Património Mundial, sob proposta portuguesa. Foi inscrita como um **conjunto** de valor universal excepcional.

Existem, assim, as premissas que levam à conclusão no sentido de o **Estado Português estar vinculado** - para além das suas obrigações financeiras relativas à despesa pública e ao desenvolvimento regionais - ao custeio dos programas directamente respeitantes à recuperação monumental daquela zona classificada.

Sei que a breve trecho o Sr. Secretário Regional das Finanças colocará ao Governo da República esta questão e penso que os nossos deputados - **todos** - à Assembleia da República deverão estar atentos e interessados neste ponto, para que se exija do Estado também isto que nos é devido e que lhe respeita cumprir.

Finalmente, no que se refere a actividades de Desporto a Secretaria Regional propõe-se dar continuidade aos projectos de desenvolvimento desportivo regional no ano escolar/época desportiva de 1985/86, executando um conjunto de programas que visem a consolidação dos diferentes factores do desenvolvimento desportivo e a institucionalização sectorial dos aspectos e matérias mais importantes no percurso deste processo.

Assim propõe-se:

1- Alargamento da prática desportiva e sua promoção no seio da juventude;

2- Interpretação correcta das etapas da formação desportiva como aspecto fundamental da formação global dos nossos jovens, iniciada na actividade curricular da disciplina de educação física na escola e continuada no associativismo desportivo;

3- Melhoria qualitativa da actividade de ilha, regional e insular duma forma coerente e sequente em função dos escalões etários envolvidos e etapas de formação desportiva já percorridas;

4- Melhoria e rentabilização das instalações desportivas em sintonia com a evolução da prática desportiva;

5- Incremento do convívio e sã confraternização entre os jovens oriundos das diferentes ilhas e regiões do país, de forma a que o Desporto seja um factor educativo preponderante na formação da personalidade humana;

6- Selecção e aperfeiçoamento dos melhores praticantes em algumas modalidades no sentido

de serem incluídos em representações açorianas, tendo em vista a sua participação em provas insulares e nacionais, procurando a obtenção de resultados prestigiantes para os Açores;

7- Renovação e melhoria do enquadramento humano, ou sejam, os agentes de transmissão dos conhecimentos indispensáveis à evolução na continuidade e ao processo educativo em execução;

8- Incentivo à criação da Federação Regional do Desporto Açoriano, como órgão de cúpula das Associações Desportivas da Região e de representação do Desporto Associativo Regional;

9- Incentivo à criação da Associação Açoriana de Técnicos Desportivos, organismo de associação de interesses e valorização dos seus associados.

10- Intensificação das relações com as Entidades Autárquicas, no sentido do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado Decq Mota** (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu queria fazer um breve protesto referente a uma parte do início da sua intervenção.

O Sr. Secretário Regional assumiu uma posição carregada de intenção na qual declara, como ponto assente, a falta de boa fé, a falta de disponibilidade, a falta de seriedade, a falta de predisposição de todos aqueles que têm dirigido neste ou naquele sector - e refiro-me em especial às questões da construção escolar - críticas ou reparos, ou que têm, de alguma forma, levantado questões e problemas relacionados com essa área.

O Sr. Secretário desenvolveu esta ideia neste caminho um pouco tétrico: falou em tutelas partidárias e sindicais, falou numa série de "espantalhos", neste caso, e, depois, concluíu dizendo que estava disponível para "dialogar com quem quer que seja" - a expressão é sua - mas é evidente que todo este raciocínio, uma vez que pré-determinou que aqueles que têm levantado estes problemas não têm boa fé, não têm disponibilidade, não têm seriedade, a sua oferta de diálogo é vazia.

A razão de fundo do protesto é esta, porque penso que não é efectivamente um processo político de trabalho, muito menos numa instituição como esta. A questão é suscitada essencialmente à volta do problema das construções escolares. Já há pouco, na discussão travada, o Sr. Secretário tinha levantado o assunto, fazendo acusações à Comunicação Social e a quem tinha levantado os problemas. Também queria referir alguma coisa sobre isso porque tive a oportunidade, nesta Assembleia, de levantar, em tempo oportuno, algumas questões relacionadas com isto, nomeadamente questões relacionadas com a Escola do Nordeste (e não só) mas levantei essa em concreto aqui nesta Casa.

Não é legítimo reduzir o problema muito sério da situação de degradação de alguns edifícios escolares a uma expressão que o Sr. Secretário usou por duas vezes - o de "8 telhas que voaram" porque, efectivamente, estava-se a assistir nesta Região a um processo extremamente gravoso para a Região, extremamente custoso para o nosso orçamento, de degradação acelerada de obras novas.

Eu registo - e registo porque penso que é positivo - que me parece estar a haver uma nova orientação a esse respeito. Tive a oportunidade de ouvir na Comissão dos Assuntos Sociais o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social sobre este assunto; tive a oportunidade de ouvir já hoje referência a esta questão, e tenho a ideia de que estão a ser feitos esforços para ser aumentada a fiscalização, para serem tomadas medidas de adequação dos projectos e outras no sentido de se vir a evitar estas situações. O que eu observei quando visitei essa Escola do Nordeste, não tem nada a ver com 8 telhas, Sr. Secretário! Tem a ver com toda uma construção que estava mal feita da base ao topo e que, efectivamente, se traduziu em muitos milhares de contos desaproveitados e deitados fora ingloriamente para todos e penso que ninguém, com certeza, deseja isso.

Queria registar também que me parece—apesar das acusações de má fé e das acusações de falta de seriedade, de falta de disponibilidade, etc - que o facto de alguns deputados da oposição terem aqui levantado, oportunamente e com fundamento, este problema terá ajudado (espero que sim!) a que o Governo tomasse as medidas que eram necessárias serem tomadas.

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos organizar as nossas coisas. Há aqui mais deputados inscritos, suponho que para pedidos de esclarecimento em relação ao que disse o Sr. Secretário Regional. Funciona muito melhor se se fizerem primeiro todos os pedidos de esclarecimento e, depois, o Sr. Secretário responder a todos, ou seja, poupamos muito mais tempo dessa forma.

Assim, se não houver inconveniente nesse sentido, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Sousa e, depois, o Sr. Secretário Regional responderá a todas as dúvidas.

**Deputado Francisco Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Não posso deixar de afirmar que foi com alguma mágoa que ouvi a primeira parte do seu discurso. Se é verdade que critiquei, quando

foi da discussão do Plano de Médio Prazo, a forma como V. Exa. o fez, agora não posso deixar de criticar pela forma como voltou a fazê-lo, mas noutro sentido: penso que, aqui, uma parte dos trabalhadores desta Região, conscientes e honestos, foram ofendidos. E penso que foram ofendidos quando o Sr. Secretário diz que foi uma autêntica "cruzada" na abertura do ano escolar; foram ofendidos quando o Sr. Secretário lhes disse que eles tinham uma "tutela partidária e sindical".

Considero incorrecto e, se não, vejamos alguns casos que foram transmitidos na Radiotelevisão e Orgãos de Comunicação Social desta terra.

Houve membros de Conselhos Directivos, que o são há vários anos, que pela primeira vez tiveram de "saltar", porque já era demais... e saltaram mesmo! E dou-lhe exemplos muito concretos:

- Conselho Directivo da Escola Preparatória das Capelas - uma escola que só tem um ano de vida e está nas condições em que está;

- Escola Preparatório da Ribeira Grande - o Conselho Directivo chegou a pagar anúncios em jornais;

- Escola Secundária Antero de Quental cujo membro do Conselho Directivo é de há vários anos e que veio para a televisão dizer o que pensava;

- Escola Secundária Domingos Rebelo;

- Escola Preparatória da Horta;

- Escola Secundária da Horta;

- Professores do ensino primário de várias escolas fizeram-no publicamente.

Não é uma situação nova! O que aconteceu foi um facto novo: as pessoas libertaram-se e assumiram-se. E não quiseram assumir as responsabilidades que competem, não só à sua Secretaria e, muito menos à pessoa do Sr. Secretário, mas a todo o Governo Regional.

O Sr. Secretário falou em "atitude expectante" no que toca à profissionalização em exercício. Pergunto-lhe:

- O que vão fazer com quem optou pelo novo sistema e que, até ao momento, nem vê "moita donde saia coelho"?

Quanto aos cursos de Alfabetização disse que em "todas as acções de Alfabetização estavam incluídas mais de 2.300 pessoas". Pergunto-lhe:

- Quantos cursos e quantas pessoas estão na Alfabetização?

O Ensino Técnico-Profissional é uma necessidade, é uma urgência. Na Escola Secundária Domingos Rebelo há 3 anos que está a funcionar um curso - este é o 3º ano - e, desde o 1º ano, que lhe foi prometida uma verba de 2 mil contos. Até hoje, nunca a receberam, mesmo depois de alguns professores, também na Comunicação Social, terem tornado pública esta posição.

O Sr. Secretário diz que "vão ser dispendidas - e eu também o disse na minha intervenção - verbas avultadas com o novo sistema de Profissionalização de Professores". Pergunto:

- Donde é que elas vão sair? Onde é que elas estão orçamentadas?

Falou em "inspectores regionais". V. Exa. deve saber - na sua Secretaria sabe-se, e tudo e todos quantos são professores desta Região sabem - o que a palavra "inspector" significa. Eu perguntar-lhe-ia se se trata realmente de "inspectores para questões administrativas" ou se se trata de "orientadores pedagógicos". Para nós, professores, há uma diferença total, para não dizer brutal, entre uma palavra e outra. Não estamos nem contra uns nem contra outros, nem ninguém pode nem deve estar conscientemente. O que gostariamos de ver eram funções distintas. Uma questão é a "orientação pedagógica"; outra questão é a "inspecção administrativa". Que não se acumule na mesma pessoa as mesmas funções. E, já agora, perguntava também:

- Quem são essas pessoas? Haverá concurso ou não haverá concurso? Esse concurso dá regras claras, abertas? Como é que irá decorrer o acesso a esses cursos?

Falou numa quantidade de acções que vai desenvolver no âmbito da sua Secretaria. Pergunto-lhe:

- Que acções são essas que nem professores nem a Assembleia Regional sabem quais são?!

Nós sabemos perfeitamente quais são as que vão ser desenvolvidas, por exemplo no âmbito da formação profissional, em várias secções: a Administração Pública entregou-nos aqui o seu programa de acções de formação; na Educação e Cultura continuamos a jogar no escuro.

"Segurança nas Escolas" foi uma questão que o Sr. Secretário falou. É uma questão mais decadente: há escolas cujos pais até nos jornais se manifestam por tomar posições de não levar os filhos. Pergunto:

- O que é que, de facto, está feito nesse sentido?

E adiantaria que é necessário tomarem-se medidas em situações de crise. A Terceira viveu um sismo. Felizmente foi num Domingo, felizmente não havia alunos em escolas, mas muitas das nossas escolas não serão capazes de aguentar algo daquele género, e sobretudo as experiências que já foram feitas nas escolas indicam que é um campo onde há muito que fazer, posto que, por exemplo, digo-lhe que a Domingos Rebelo fez uma experiência deste género: estava tudo preparado, os alunos devidamente esclarecidos, mas se de facto tivesse ocorrido o sismo tinham morrido largas centenas de alunos dentro da Domingos Rebelo. Os próprios professores é que o disseram.

Aproveitava a ocasião para sugerir ao Sr. Presidente da Assembleia Regional que verificasse, já agora, os extintores da Assembleia, cuja data caducou a 27 de Outubro.

O Sr. Secretário também falou na Acção Social Escolar - falou disso e falou de verbas. Lembrar-lhe-ia que, neste momento, uma boa parte das Câmaras estão a negar-se - não têm verbas, não há dinheiro para expediente - e são professores (e aqui é essencialmente o ensino primário e a educação pré-escolar) que estão a pagar do seu bolso as cartas, os envelopes, para corresponder àquilo que é exigido pela Administração.

Na Acção Social Escolar, também lembrar-lhe-ia que há escolas que andam a receber a quota anual de 200$00 por criança, crianças essas que muitas vezes não têm o lanche para levar para a escola.

E já agora gostaria de lhe fazer algumas perguntas muito concretas sobre algumas situações. Já aqui se falou da tal equipa para a reparação das escolas. Eu perguntar-lhe-ia o seguinte:

- Quando? Em que condições será feita? Será a Educação e Cultura ou o Equipamento Social? As Câmaras terão alguma coisa a ver com isto? Como é que isto vai ser feito?

Isto é urgente! E posso-lhe mesmo dizer que há escolas que chegam a estar 4 anos com telhas levantadas!

- Quando será retirado o parque de estacionamento da frente da Escola Primária de S. Sebastião em Ponta Delgada - que várias vezes pais se manifestaram, os professores também se manifestaram - pelo perigo que representa aquele parque ali?

- Quando será feito o arranjo dos recreios dessa e doutras escolas primárias?

- Quando será alargado o número de vagas para crianças com deficiências na Associação da Nordela em que, por exemplo, este ano, só houve vaga para 3 novas crianças devido a outras 3 que emigraram? E no Centro de Educação Especial dos Açores?

- Porque razão foram negadas matrículas a alunos do Ensino Secundário em Ponta Delgada, este ano, pela primeira vez?

- A população da costa oeste da Ilha Terceira das freguesias de Cinco Ribeiras, Santa Bárbara, Doze Ribeiras e Serreta pediu ao Executivo Açoriano para implantar uma Escola Preparatória nesta zona. Foi feito algum estudo sobre o assunto? Em que ponto é que se encontra?

- Segundo notícia vinda a público no "Correio dos Açores" no dia 13-10-85 dizia-se: "a integração de alunos deficientes está a ser feita sem qualquer apoio pedagógico e colocados no seio de turmas grandes". Pretendíamos ser informados do seguinte:

- Como está a ser feita esta integração? Que apoio têm os alunos? Foram tomadas algumas medidas em relação às escolas e às turmas onde estão a ser integrados?

E já agora perguntava-lhe se esses professores receberão ou não alguma compensação pelo serviço prestado, porque conheço uma professora que ainda há poucos dias veio ter comigo para saber se receberia ou não pelo serviço que estava a prestar porque, senão, deixaria de apoiar um aluno.

No mesmo jornal e no mesmo dia falava-se da "distribuição tardia do leite escolar , muitas vezes perdido, prejudicando o rendimento do aluno". Pergunta-se:

- Que medidas foram tomadas para se efectuar uma distribuição em tempo devido e com o leite em boas condições?

Sobre a "segurança nas escolas" várias notícias têm vindo a lume nos Orgãos da Comunicação Social, com especial relevância para a Escola Secundária Domingos Rebelo. Segundo também li nos jornais a Associação de Pais foi recebida pelo Sr. Presidente do Governo Regional. Pergunta-se:

- Em que situação é que ficou ou é que estamos?

A "Escola Preparatória das Capelas estala pelas costuras" era o título de um artigo de um jornal de Ponta Delgada. Gostaria de saber o seguinte:

- Por que razão esta Escola que completou um ano de serviço em Outubro, passados alguns meses da sua inauguração já não comporta no seu espaço os 700 alunos matriculados no presente ano lectivo, tendo em atenção que aulas normais são ministradas em salas destinadas a professores e a disciplinas específicas, como sejam, laboratórios e oficinas?

Os livros escolares tiveram um aumento de 60%, nos Açores, este ano, em relação ao ano passado. Pergunta-se:

- Que medidas irão ser tomadas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, no âmbito da Acção Social Escolar, para atribuir ajudas aos agregados familiares de mais fracos recursos na compra de livros para o próximo ano escolar?

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos à nossa hora regimental, de forma que vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos às 15,00 horas com as respostas que os Srs. Secretários darão às perguntas formuladas e que são muitas e variadas.

Bom apetite e até às 15,00 horas!

(Eram 13,00 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Belo Maciel

para pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Deputado Belo Maciel** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário da Educação e Cultura. Não o vou massacrar com perguntas que, em primeira instância, até pertencem aos Conselhos Directivos das Escolas, mas queria, sim, interpelá-lo sobre duas questões que me parecem de grande importância, em termos até de filosofia de educação que é isso que interessa também discutir, e não só infraestruturas.

Como sabe, Sr. Secretário, e todos nós que aqui estamos nesta Sala, a Universidade dos Açores, instituição de ensino superior, tem cursos cuja saída profissional é o ensino - esta explicação é necessária para posicionar as minhas questões. O 5º Ano desses cursos corresponde a um estágio integrado que os cursandos têm de fazer em Escolas Secundárias ou Escolas Preparatórias. É, portanto, o ano de prática digamos assim.

Acontece que, também por via do próprio Estatuto da Universidade dos Açores, esses cursandos têm a possibilidade de estagiar, quer em Escolas Secundárias, quer em Escolas Preparatórias. No entanto, o ano passado e junto dos órgãos que apoiam os cursandos, ventilou-se a hipótese de ser suprimida a possibilidade de se estagiar em Escolas Secundárias e em relação aos cursos cuja saída profissional se considera já estafada - estavam na ordem os cursos de Biologia e de História. Inclusivamente tive a oportunidade de participar num abaixo assinado ao Sr. Secretário no qual se pedia que essa situação fosse esclarecida. Tive a grata satisfação de verificar que o Sr. Secretário resolveu da melhor maneira esse assunto, na medida em que, este ano, não só existem 2 núcleos de estágio nas Escolas Secundárias, como até existem 3 - estou-me a referir ao curso de Biologia.

No entanto, mantém-se a dúvida se de facto existiu ou não intenção da parte da Secretaria no sentido de suprimir estágios integrados nas Escolas Secundárias em cursos que também, tudo leva a pensar, já têm saídas profissionais bastante dificultadas - é a primeira pergunta que faço.

A segunda pergunta relaciona-se com o facto de a Universidade, que tem desempenhado um papel importante na formação de docentes na Região, estar a formar, neste momento, indivíduos em determinadas áreas (alguns açorianos até) que não têm a possibilidade de se efectivar na sua terra. Eu pergunto se não é possível aumentar os quadros efectivos de docentes - não faltam alunos e estão-se a construir escolas - por forma a que o indivíduo que, por exemplo, é açoriano e que estude e se licencie na sua Universidade e que pretenda dar aulas na sua terra, não seja obrigado a ir para terras muito distantes leccionar só podendo voltar à sua terra, em situação de efectivo, muitos anos depois.

Eram estas as minhas perguntas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Jorge Cruz** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário da Educação e Cultura no seguimento de algumas informações tornadas públicas, através da Comunicação Social, na última semana, e penso que tenho uma excelente oportunidade para esclarecer esta Câmara sobre o quadro do pessoal não docente da Universidade dos Açores. Parece que tarda a ser aprovado e que...

**Deputado Carlos César** (PS): Essa pergunta já foi feita ontem.

**O Orador:** Eu não estava presente na sala possivelmente e, daí, que estejamos em concordância na pergunta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário da Educação e Cultura para responder aos pedidos de esclarecimento .

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados interpelantes da bancada da Oposição e do Governo:

Começando pelas últimas questões que foram postas, e pelos Srs. Deputados Castanheira e Carlos César, devo dizer que eu não tinha ouvido a questão. Agora é que deduzi que também tinha posto o problema do quadro do pessoal não docente da Universidade. Foi antes deste intervalo?

**Deputado Carlos César** (PS): Não! Já foi ontem!

**O Orador:** Desculpe. Eu não estaria cá com certeza, mas ainda bem que fez essa pergunta e vou tentar responder.

**Deputado Carlos César** (PS): Não vale a pena...

**O Orador:** Quanto ao quadro do pessoal não docente, devo dizer que é um assunto que se arrasta de há longos anos e, naturalmente, a proposta inicial que decorreu da Universidade era feita em moldes tais - segundo me apercebi e segundo deduzi - que o anterior Secretário Regional não pôde aceitar, e obedecendo a critérios lógicos porque se apresentava um quadro altamento empolado e excessivamente numeroso em relação às reais necessidades da Universidade que, para funcionar, efectivamente não necessitava de um quadro tão alargado.

Depois que tomei posse, e a primeira vez que este assunto me foi posto pelo Sr. Reitor da Universidade (recordo-me bem da data) foi num telex datado de 4 de Março. Imediatamente

esse assunto foi retomado e remetido à Direcção Regional da Administração Escolar e recomeçou-se a analisar e a estudar esse trabalho que já vinha em curso.

Dessa primeira fase - e refiro-me apenas ao momento do meu mandato - ou análise feita sobre a proposta do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores resultou que, em 26 de Julho, as coisas estavam apontadas de tal forma que se entendeu suscitar - e isso foi feito - uma reunião na Direcção Regional da Administração Escolar em que parcialmente a ela estive presente, a então Directora Regional da Administração Escolar, o Sr. Administrador da Universidade dos Açores - então ao tempo Dr. Frederico Oliveira - e o Director Regional de Pessoal, Dr. Paulo Garrido, por parte da Secretaria Regional do Equipamento Social. Por este, foram apontadas, ou indicadas, determinadas alterações que deveriam ser introduzidas nesse quadro. Portanto, o Sr. Administrador regressa a Ponta Delgada de posse dessas indicações e dessas observações pertinentemente levantadas com o encargo de, a breve trecho, evidentemente, porque era também um assunto de imediato interesse da Universidade dos Açores, remeter novamente à Secretaria - ou às Secretariaś se quisermos uma vez que estão envolvidas duas - essas mesmas alterações.

Verificou, posteriormente, o Director Regional de Pessoal que essas alterações apenas tinham regressado parcialmente contempladas, pelo que se teve de reiniciar o processo. Entretanto as pessoas eram outras, ou seja, o Administrador da Universidade já era outro, e em 13 de Setembro eu próprio tive uma reunião com o Sr. Secretário Regional da Administração Pública e com o Sr. Reitor da Universidade dos Açores onde se debateu este problema do quadro e onde foi posta, por parte do Sr. Reitor, a maior urgência e a necessidade desse quadro avançar e de vir a ser aprovado, e supunha ele também, na altura, que a versão que finalmente tinha regressado à Secretaria Regional da Administração Pública se encontrava completa, e de acordo, sobretudo, com essas tais sugestões que tinham sido feitas.

Assim não era! E porque assim não era, novamente se realizou uma reunião, também na Secretaria Regional da Administração Pública, desta feita com o actual Administrador da Universidade dos Açores. As mesmas questões foram postas, ou melhor, aquelas que não tinham ainda sido analisadas e contempladas e, daí, resultou que foi produzido pela Secretaria Regional da Administração Pública, ou melhor, essas observações começaram naturalmente a contar como válidas a partir dessa data (17 de Outubro concretamente), e em 8 do corrente mês foi remetido à Universidade dos Açores um relatório sobre esse problema do quadro, de tal maneira que agora estamos a aguardar, por parte da Universidade dos Açores, a tal versão definitiva que contemple as observações e, enfim, as sugestões que foram avançadas por parte da Administração Regional.

É isto, cronologicamente narrando ou descrevendo, aquilo que se está passando com o quadro do pessoal não docente da Universidade dos Açores.

Penso que tão depressa recebamos da Universidade, e de acordo com aquilo que está conversado e estabelecido, que teremos uma proposta em condições de ser levada a Conselho do Governo e, consequentemente, aprovada ou não aprovada. De qualquer maneira as condições estão criadas. Portanto, neste caso, sem querer estar a jogar ao futebol, penso que a bola neste momento está um pouco do lado de lá, ou seja, na Universidade.

Foi bom que esta questão fosse levantada porque reparem que eu disse: a primeira vez que me foi posta esta questão foi num telex de 4 de Março e em 26 de Julho estava, por parte da Educação e Cultura, o assunto tratado, fechado e encerrado. Portanto, creio que 4 meses e meio, ou 5 meses, quando muito, não é demais para um assunto de tanta delicadeza e que envolve de facto determinados melindres.

Isto não implica que eu não reconheça, ou não deva reconhecer, que os menos culposos no meio disto tudo (se é que há culposos!) são os próprios funcionários que, efectivamente, têm a sua situação profissional de certa forma paralisada. Por isso mesmo também sei que a Administração Pública está contemplando, ou debruçando-se muito particularmente em alguns casos específicos de modo a tentar ultrapassar esta matéria.

Por outro lado, gostaria de dizer que no Decreto-Lei nº 323/84, de 9 de Outubro, já o Governo decreta, nos termos da alínea tal, do artigo 201º da Constituição, que compete aos Reitores das Universidades e dos Institutos Universitários um conjunto de competências ou de áreas de intervenção que permitiria já, de certa maneira, ter resolvido algumas situações - isto para além do problema de fundo do quadro do pessoal não docente da Universidade.

Põe-me aqui o Sr. Deputado Belo Maciel o problema do aumento dos quadros efectivos para dar saída a docentes formados na Universidade dos Açores.

Eu gostaria, como é óbvio, e como Secretário Regional - e qualquer Secretário Regional gosta de ver os quadros dos organismos que estão sob a sua tutela aumentados - mas isto é um problema que, de certa maneira, me ultrapassa, pois todos os anos são abertos esses quadros mas eles estão condicionados a números que são impostos pela Administração Regional e que procuram ter uma perspectiva de crescimento dessa mesma Administra-

ção. Com certeza que o meu empenhamento em que esses quadros sejam os mais alargados possíveis é muito grande, mas não compete só a mim definir esta matéria, que é uma matéria que se liga a filosofias mais de fundo e a problemas mais gerais que passam por um efectivo entendimento do que deve ser a Administração Regional e o seu crescimento. De qualquer maneira lembro também que não bastaria só por si que esses quadros fossem alargados e, tanto assim era, que licenciados por outras universidades, vindos do Continente ou doutra parte qualquer, pois com certeza que, abertos os quadros, entram por lei no mesmo regime de competição ou oposição a esses lugares postos a concurso. Portanto, não poderíamos reservar, penso eu - isto é uma matéria que talvez do ponto de vista jurídico me escape - mas penso que não se poderia reservar os lugares do quadro aberto, ou a abrir, exclusivamente a professores formados na Região pois isso seria inconstitucional.

Penso que o Sr. Deputado Decq Mota e também o Sr. Deputado Francisco Sousa interpretaram mal as minhas palavras, ou então eu é que não me fiz entender porque, na primeira parte da minha intervenção, eu não pretendi estabelecer aqui uma visão maniqueísta destes problemas, ou seja, não é do lado de cá que estão os bons e do lado de lá que estão os maus. O que eu dei foi um exemplo muito concreto e muito recente de algumas reuniões, ou de uma reunião, de Conselhos Directivos de Escolas Preparatórias, baseado na Ilha de S. Miguel, e porque conversei com alugmas pessoas, em que verifiquei que eles tinham vontade e interesse em ter um diálogo mais directo com a Secretaria, chegando mesmo a ser-me referido que "não precisamos de partidos nem de sindicatos". Eu também não disse que eram os partidos ou os sindicatos, mas, sim, "certas tutelas vindas de partidos ou de sindicatos" - a menos que os Srs. controlem totalmente e de uma forma férrea tudo quanto os vossos simpatizantes, ou todas as posições que os vossos simpatizantes possam tomar.

Por outro lado, também em termos de Orgãos de Comunicação Social, eu não referi o órgão A, B, C ou D. Referi que há situações de empolamento e de distorção (e há!) e citei, a esse propósito, o caso passado no último ano lectivo das tais telhas que haviam voado de uma Escola Preparatória e que, verificada e feita a intervenção por parte das Obras Públicas, constatou-se que eram exactamente 8 telhas.

Outro dia a Televisão fez um apontamento mais alargado sobre o problema de instalações e que eu reconheço que, em muitos casos, há deficiências graves. Não tenho dúvida nenhuma em reconhecer isso, e sinto-me particularmente à vontade para o fazer porque ainda não foi testada nenhuma das escolas ou construções depois que eu sou Secretário Regional. Portanto, eu estou a tentar corrigir - em colaboração certamente com a entidade executora que é o Equipamento Social - situações que fatalmente tiveram que acontecer: umas porque alguns edifícios já são muito antigos, outras são construídas de facto recentemente, e aí é que nos pesa mais que, em algumas circunstâncias, se tenham revelado de menor ou de mais fraca qualidade.

Por outro lado, penso que isso também correspondeu à necessidade urgente de se atender a uma "explosão" que se verificou no ensino, profundamente intensa e violenta, e que, apesar de tudo, valeu a pena avançar-se para essas construções. Já no meu mandato - e isto várias vezes o disse - foi determinado e acordado com a entidade executora que se fariam revisões, ou que se reveriam, todos aqueles edifícios escolares onde ainda fosse possível fazer intervenções ou alterações, de coberturas nomeadamente que são as zonas talvez mais sensíveis—é o caso, por exemplo, da Escola Preparatória da Praia da Vitória que é bem recente e que também alguma polémica trouxe à opinião pública - e que, portanto, revela o esforço, o interesse e o reconhecimento que a Secretaria tem da necessidade de se fazerem correcções e alterações no sentido de melhorar estas construções.

Por outro lado, penso que também estamos em condições e que se tem feito um esforço para que as novas construções não repitam eventuais erros (se é que são erros, porque aqui já entramos em questões que me escapam, de natureza muito técnica, e de construção não percebo nada) mas penso que, realmente, estamos acautelados, ou pelo menos bastante atentos, ao problema das novas construções no sentido de evitar que situações idênticas venham a verificar-se.

Penso também ainda que há, digamos, uma certa exploração - isso não posso deixar de o dizer - porque, em alguns casos comprovados e manifestos, se verifica que são pequenas intervenções que são necessárias e realmente, enfim, dá-se-lhes uma dimensão que não têm. Muitas das escolas que registam esta ordem de problemas não precisam nem devem ser paralisadas só porque, eventualmente, uma sala de aula ou duas, ou um pavilhão gimnodesportivo que seja, na ocasião acusa qualquer deficiência que pode, deve e tem que ser reparada urgente e rapidamente.

Recordo ainda aqui um problema desse pequeno resumo televisivo que foi feito e em que verifiquei, por exemplo, que numa escola primária da cidade de Ponta Delgada, segundo se dizia, há dois dias não era distribuído o leite escolar. A informação que eu recolhi junto do Director Escolar (e tenho-a por fidedigna) é de que não houve paralização, ou seja, não se deixou de

distribuir o leite escolar.

Portanto, quando um órgão de informação ou um órgão de Comunicação Social diz isto, possivelmente está responsabilizado por aquilo que diz. Mas a informação que eu tenho - e tenho que a ter por boa e por correcta porque não fui lá ver nem estou de braços cruzados à porta das escolas a ver se é ou se não é — é que tal acontecimento se não verificou. Portanto, quando se diz isto, diz-se porquê: possivelmente porque se está mal informado, que é o mínimo que eu quero aceitar, e não que seja por intenção.

Quanto ao problema da segurança nas escolas, falou o Sr. Deputado Francisco Sousa, concretamente, da questão da Escola Preparatória Domingos Rebelo.

Ora, a Escola Preparatória Domingos Rebelo foi construída há bastantes anos (muito antes de nós) e efectivamente foi construída numa certa concepção de escola aberta e com uma frequência de alunos que não se previa ser aquela agravante que tem hoje e que, de facto, está criando autênticos problemas, não só naquela escola, como na própria cidade de Ponta Delgada, e por isso a nossa urgência em aprontar a Escola das Laranjeiras, que alguns dizem que também não vem resolver as questões e que é preciso começar a pensar-se numa 2ª Escola Secundária.

Parece-me bem que, para os próximos anos, a descompressão que a nova escola virá trazer, porque não irá funcionar em regime de desdobramento num primeiro tempo, pois com certeza que não vai deixar de solucionar por alguns anos o problema do ensino secundário em Ponta Delgada porque os alunos que vão para lá frequentar essa escola, de algum lado sairão.

Mas, dizia eu, houve realmente por parte da Associação de Pais uma reunião que foi solicitada ao Sr. Presidente do Governo Regional e onde se focou o problema de uma vedação na escola. Eu pessoalmente devo dizer que, esteticamente, acho muito feio e muito pavoroso pôr-se ali uma rede, mas esse assunto está a ser considerado e ponderado e se, para benefício da escola e para benefício dos alunos, contra a estética até - e aqui faz-se um "forcing" em relação ao património porque isto também é uma questão de património cultural - se necessário for, pois há-de pôr-se a rede! Agora, penso que talvez haja outros mecanismos alternativos de evitar, como vimos no filme, do menino que vem a correr pela relva fora e salta para a rua. Talvez por outras vias de educação e de comportamento dentro da escola se consiga fazer isso e pode ser que essas situações se evitem e, assim, redundava em alcançar um benefício que seria conseguido sem se cintar a escola de uma rede que me parece sobretudo antiestética. Mas, de qualquer maneira, se tiver que ser posta a vedação, será posta!

Pergunta ainda o Sr. Deputado Francisco Sousa se se pensa numa equipe de reparações das escolas. Eu tenho meditado nesta matéria e penso que seria realmente não uma equipe, isto é, não fazer o mesmo que o Ministério da Educação fez que passou para a sua alçada as contruções escolares. É evidente que não estamos vocacionados para isso, mas na área do Equipamento Social penso que poderá haver senão um serviço formal ou um departamento formal para isso, pelo menos um conjunto de pessoas ou de técnicos que possam, de uma forma mais permanente e constante, não só intervir como sobretudo precaver e inspeccionar. Penso que isso é que seria correcto.

Se as Câmaras entram ou não no processo, é um problema que se põe também e vai-se ligar a uma questão que foi aqui focada - penso que pelo Sr. Deputado Decq Mota - que era o problema da limpeza nas escolas primárias. Efectivamente pela lei actual não compete às Câmaras intervir nessa matéria. Eu levantei-me contra este estado de coisas, digamos assim, se bem que, no presente momento, a única Câmara que não está ainda a garantir esta limpeza e conservação dessas mesmas escolas é a Câmara Municipal de Vila do Porto. Tanto quanto eu sei - e admito que esta informação não seja inteiramente correcta - mas penso que todas as Câmaras, à excepção da de Vila do Porto, estão a assegurar esta área que, pela lei, lhes já não compete.

Por outro lado, há um despacho do Sr. Presidente do Governo, e a minha solicitação, que solicita ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública que traga aqui uma alteração nesta matéria e que faça retornar as coisas à sua situação primitiva porque me parece mais lógico que nesta matéria devam ser as Câmaras, por mais vocacionadas e mais próximas destas questões, que devam continuar a ter esses encargos. E quando o Presidente da Câmara das Velas me dizia aqui há uns dias que os encargos que tem no seu Concelho nestes assuntos não ultrapassam os 300 ou 320 contos, penso que realmente isto, em termos de orçamento de uma Câmara, não é de tal modo gravoso nem pesado que não possam continuar a assegurar com mais eficácia do que aquela que nós faríamos à distância.

Fala-me o Sr. Deputado Francisco Sousa num problema muito concreto, que ainda não lhe sei responder (só analisando e verificado se sim ou se não), que é o problema do parque automóvel frente à Escola Primária de S. Sebastião em Ponta Delgada. Bom, tomo nota, que é a única coisa que posso fazer neste momento.

Põe-me o problema (ainda ontem falámos sobre isto) da criação de uma Escola Preparatória na zona oeste da Ilha Terceira e que corresponderia a um abaixo assinado que foi apresentado

à Secretaria da Educação - um abaixo assinado de "fregueses" da freguesia de Santa Bárbara, das Nove Ribeiras, das Cinco Ribeiras e da Serreta.

Eu já disse que se quisesse "atirar achas para a fogueira" diria que acho muito bem e que se deve é construir na Serreta e, naturalmente, amanhã, os de Santa Bárbara vão lá de pau em punho malhar nos da Serreta porque, afinal, a ideia parte de Santa Bárbara.

O Sr. Deputado Francisco Sousa sabe muito bem que há situações - e nomeadamente as mais graves são na Ilha de S. Miguel - que têm que ser escrupulosamente cumpridas. Enquanto as escolas que estão marcadas no Plano para a Ilha de S. Miguel não forem construídas, e as outras preparatórias noutras ilhas, eu penso que não é procedente nem justificado pensar-se em mais uma Escola Preparatória na Ilha Terceira. E isto não afasta o problema de, em seu devido tempo, ela vir a ser necessária mas, neste momento, temos que falar com franqueza e abertamente e não estar aqui com sofismas porque sabem muito bem que não se justifica, neste momento, repito, três pólos do Preparatório na Ilha Terceira com um crescimento previsível de 120 ou 150 alunos para o próximo ano, distantes o máximo 7 km de cada uma dessas escolas. Assim, penso que não haveria qualquer justificação para se pensar numa coisa dessas neste Plano.

Por outro lado, o próprio problema do Secundário em Angra do Heroísmo penso que ficará resolvido quando, este ano, se proceder e se arrancar com a Escola Secundária da Praia da Vitória porque os alunos dessa área da ilha, que estudam em Angra, com certeza que, quando tiverem essa estrutura, pois naturalmente deixarão de sobrecarregar a cidade de Angra e frequentarão a "cidade da Vila da Praia da Vitória, isto é uma graça para o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro embora pense que devia ser Cidade da Vila da Praia para ser um todo mais cultural.

Há um outro problema que me parece importante e que o Sr. Deputado Francisco Sousa pôs - estou agora a seleccionar alguns deles e peço desculpa de não ir a todos - que é o problema da "inspecção".

O Sr. Deputado tem razão. Nós não pretendemos inspectores no sentido policial do termo, nem inspectores que venham aqui, ou que estejam aqui, ou que sejam inspectores da Região. Eu disse aqui que há uma intenção de haver um corpo de inspecção regional e, naturalmente, isso far-se-á por concurso e, com certeza, que não se tratarão de orientadores pedagógicos. Naturalmente na parte pedagógica e no acompanhamento pedagógico que à Secretaria compete fazer, há todo um conjunto de acções e de intenções, que aqui foram anunciadas, e que secundarão os professores nessa matéria. Evidentemente o problema da inspecção tem duas facetas: o problema administrativo e também o próprio problema pedagógico.

Penso que não teremos que julgar ou ver neste serviço de inspecção um "serviço polícia". É um serviço construtivo e não destrutivo; não é para acarear nem para se confrontar mas, sim, para coadjuvar e colaborar numa escola melhor.

Quanto ao livro escolar, penso que há bocado lhe respondi da intenção da formação de um grupo de trabalho, que estudará em que moldes é que deve funcionar. De tal forma o interesse é grande que eu gostaria que, para o próximo ano lectivo, os resultados do trabalho e estudos realizados por este grupo, pudesse realmente começar a dar os seus frutos e a operar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita para pedir esclarecimentos.

**Deputado Raimundo Mesquita** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do esclarecimento do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, gostaria de fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Quando se tratou do assunto dos quadros de pessoal não docente da Universidade, referiu textualmente o Sr. Secretário Regional da Educação que "pretendia o Sr. Secretário da Administração Pública ultrapassar nesta matéria casos específicos". E aqui vou deixar exactamente a pergunta:

- Pensa resolver o Governo Regional este assunto por "casos específicos" ou tratar este assunto como um quadro global?

No caso de serem "casos específicos", perguntava concretamente:

- Quais são esses "casos específicos"?

E isto, como direi, na sequência das palavras do Sr. Secretário da Educação e Cultura, de "ultrapassar nesta matéria casos específicos", o que provocou inclusive uma reacção fisionómica momentânea do Sr. Secretário da Administração Pública porque, efectivamente, eu não sei de que é que isto se trata, nem se este assunto poderá ser tratado em "casos específicos".

**Presidente:** Pediu também a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, de forma que vou dar-lhe a palavra e, depois, os Srs. Secretários Regionais responderão ao conjunto dos pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário fiquei com algumas dúvidas.

Quando o Sr. Secretário aqui fala, dizendo que o alargamento dos quadros das escolas depende em parte, ou está condicionado, ao crescimento,

da Administração Pública Regional, eu perguntaria se a criação de novas escolas preparatórias e secundárias está condicionada ao crescimento da Administração Pública. E, nesse sentido, perguntaria como é que se pode justificar que, por exemplo, a Escola Preparatória das Capelas tenha posto este ano a concurso 27 horários completos o que significa que podem ser 27 lugares de quadro - fora os vários lugares que vierem a concurso de horários incompletos.

Ainda no que diz respeito às construções, gostaria que ficasse claro que uma parte (uma grande parte se calhar) das críticas ou das observações que têm sido feitas aqui por parte da oposição e da "posição", não dizem respeito ao Sr. Secretário e não dizem respeito concretamente à Secretaria Regional da Educação e Cultura porque, as construções escolares, nem de perto nem de longe são da sua competência e quando se deu a "explosão" destes casos todos, que saltam para os Orgãos da Comunicação Social este ano, os mesmos não são fruto da acção essencial da Educação e Cultura, mas sim, por exemplo, do Equipamento Social.

Portanto, penso que até se está a exagerar um pouco o espírito de que a Educação e Cultura é a culpada de todos estes males quando, em muito casos, eles são derivados de as estruturas físicas estarem mal dimensionadas, mal construídas e, enfim, não estarem a corresponder àquilo que, sim, penso que é da responsabilidade da Edcuação e Cultura: os aspectos pedagógicos e científicos.

Penso que deve haver este esclarecimento e, de facto, não me repugna nada que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura diga que "de construção não percebo nada" porque, para mim, não tem nada que perceber de construção mas, sim, de outras coisas.

No que diz respeito à segurança, o Sr. Secretário disse algo como isto: "parece que não é necessário"; "vai solucionar-se o problema durante os próximos anos" - isto no referente à superlotação das Escolas Secundárias de Ponta Delgada.

Eu lembrar-lhe-ia apenas que a Escola Secundária Domingos Rebelo tem este ano, diurnos, 2700 alunos em 101 turmas, à média de 27 alunos por turma, e a capacidade da Escola é de apenas 1000 alunos para um ensino normal, o que significa que tem, no mínimo, 1700 alunos a mais.

Mas vejamos o caso da Antero de Quental: ela tem 1976 alunos diurnos, em 69 turmas, com uma média de 28,6% de alunos por turma e a sua capacidade é apenas de 900 alunos.

O que é que isto significa? 900 alunos com 1000 dá 1900. Onde é que vamos meter os outros cerca de 4000 alunos que tem hoje Ponta Delgada?

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Só diurno?

**O Orador:** Curso diurno. E eu repito os números: 2700+1976.

Com o crescimento regular, normal e que é esperado no próximo ano, onde é que se vão encaixar estes alunos? A Escola das Laranjeiras prevê apenas 42 turmas à média de 25 alunos por turma. Onde é que se vai encaixar então este excesso?

E para o ano, digo-lhe com toda a franqueza, Sr. Secretário e Srs. Membros do Governo, vamos ter a mesma situação que temos este ano. Mesmo abrindo a Escola das Laranjeiras, nessa altura não vão ser 2 Conselhos Directivos, mas sim 3, a dizer que "estão pelas costuras" porque, de facto, não chega: os números falam por si!

Ainda no que toca à questão do expediente para a limpeza, ou seja, às verbas para expediente e limpeza e conservação das escolas, eu lembraria que não é apenas uma Câmara da Região: são várias Câmaras da Região que têm vindo a manifestar-se! Algumas delas, se calhar a maioria, não o fez em relação à Secretaria, mas em relação aos professores. Eu tenho conhecimento de vários casos em que os professores dizem: "Este ano não recebi verba nenhuma"! - Já estamos nos finais de Novembro e não receberam um escudo para expediente e limpeza.

- Quem é que vai fazê-lo? Quem é que vai pagá-lo? Quem está a pagá-lo são os professores!

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Quando me comunicarem oficialmente essa circunstância, a Secretaria, supletivamente, arrosta com as despesas.

**Presidente:** Eu pedia, ao Sr. Secretário neste caso, que prestasse os esclarecimentos na altura própria porque senão alteramos o trabalho que já está arrastado e demorado. Faz favor de continuar Sr. Deputado.

**O Orador:** É que, para mim, de facto, Sr. Presidente, não estamos a arrastar: estamos a procurar pôr nos seus lugares as questões "direitinhas", e há aqui questões que penso que estão a ser levadas para um campo que não tinham que ser.

**Presidente:** Eu peço desculpa pela adjectivação que a Mesa efectivamente não deve ter.

**O Orador:** Que fique esclarecido, portanto, que o Sr. Secretário "oficiou" a todas as escolas da Região a perguntar-lhes e a informar-lhes dos encaminhamentos que deviam ter para quem não tivesse dinheiro.

Eu posso-lhe dizer que, durante vários anos, numa escola com 14 lugares, eu tinha menos verba que várias escolas do Pico com a terça parte dos lugares. Penso que era necessário, também aqui neste campo, chegar-se a um acerto de verbas mínimas indispensáveis e também penso que a Secretaria já tem até a posição de várias escolas sobre essa situação - que se devia procurar

estabelecer um quadro mínimo para que as escolas soubessem com o que contar.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Serpa tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Manuel Serpa** (PS): É para um pedido de esclarecimento muito breve.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o problema surge na sequência das intervenções anteriores. As Câmaras apoiam as escolas, não há dúvida; só que, em muitas circunstâncias, as Câmaras têm grandes problemas.

Eu conheço escolas, por exemplo, do Concelho da Madalena, que não têm luz porque a Câmara não paga à EDA. Isto é: a instalação está feita; só que não há ligação porque a EDA exige o pagamento e a Câmara não paga à EDA.

Afinal, em que ponto é que estamos neste aspecto?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estava mais ou menos determinado a não pedir esclarecimentos sobre esta matéria...

**Presidente:** Então não peça!

**O Orador:** ...até dado já o aprofundamento da mesma, mas vejo-me obrigado a dar um esclarecimento como pai.

**Presidente:** Vai dar um esclarecimento?

**O Orador:** Sim, Sr. Presidente, se me permitir.

**Presidente:** Tem a palavra.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dado que este sector tem vindo a ser aqui debatido com algum pormenor (e felizmente que o tem sido!) e uma vez que se introduziram aqui questões e afirmações relacionadas com o suporte de determinado tipo de encargos - se seriam as Câmaras, bem ou mal - e foi afirmado pelo Sr. Secretário que, efectivamente, estaria na disposição de assumir esses encargos, mais que não fosse para resolver as questões, eu queria aqui, digamos, testemunhar que, em muitos concelhos da Região, quem está a suportar esses encargos são os pais. Eu próprio fui confrontado com uma situação de, um filho chegar a casa, e exigir à família verba para comprar **um rolo de papel higiénico.**

Ao ser minimamente interrogado sobre a situação - como deputado que era tinha a obrigação de me inteirar devidamente de qual era a política do Governo nessa matéria - pelo menos perante o meu filho, ele disse que não sabia, mas que todas as crianças da sua escola tinham sido solicitadas a cada uma levar um rolo de papel higiénico. Esses rolos seriam armazenados na escola e, diariamente, por quem de direito, seriam colocados no sítio próprio.

Eu admirei-me, porque tinha à minha frente vários documentos, com muitas folhas, sobre a política do Governo para o sector e, realmente, não vi que houvesse falha da política governamental nessa área. Os 4 ou 5 milhões de contos que o sector possui, infelizmente são insuficientes até para resolver esse tipo de matéria.

Eu julgo que esta análise que aqui foi feita acaba como devia acabar: o Governo Regional nem tem capacidade de dotar as nossas escolas com papel higiénico!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Decq Mota** (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não pretendo entrar de forma nenhuma num diálogo ou numa "discussão eterna" com o Sr. Secretário. De qualquer forma queria fazer um brevíssimo comentário sobre a pergunta que me colocou. E muito directamente a ideia é a seguinte:

Terá ficado subentendido das minhas palavras de há bocado, mas queria agora dizê-lo de forma explícita, que no que toca à degradação das instalações escolares, criaram-se nesta Região gravíssimos problemas e não houve atempadamente a atenção e as medidas necessárias (de rectificar projectos, por exemplo) no sentido de os resolver... e estes acumularam-se!

O Governo Regional, neste momento, parece efectivamente empenhado, através de vários dos seus departamentos, na resolução desta situação. Mas tem que ser reconhecido o papel que os partidos da oposição, certos organismos representativos, tais como Associações de Pais, Sindicato dos Professores, os próprios Conselhos Directivos e a própria imprensa, na medida em que tornavam claros e públicos esses problemas, mas, repito, tem que ser reconhecido o papel de pressão (de pressão legítima) que houve no sentido de alertar, colocar e levar a que fossem tomadas medidas que parece que, efectivamente, estão, neste momento, a ser tomadas a vários níveis. Era esta a questão fundamental.

Gostaria, no entanto, de deixar também um testemunho. O Sr. Secretário falou num problema relacionado com o "não fornecimento do leite escolar". Eu não conheço o caso. Mas conheço o caso da escola onde as minhas filhas estudam. Aconteceu o ano passado e este ano que, nas primeiras semanas do ano, (e são várias semanas, não vou precisar porque não sei bem) não houve a distribuição do leite porque não chegou a tempo.

O problema que eu ponho é que, às vezes, são pequenas faltas de atenção, ou pequenos emperramentos de mecanismos demasiado pesados, que levam a que certas medidas que são tomadas

(o dinheiro já estava gasto e o leite depois restou) não são depois eficazes por eventuais pequenas faltas de atenção, que deviam ser rectificadas, a meu ver.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa. O Sr. Deputado vai usar também da palavra para pedidos de esclarecimento?

**Deputado Madruga da Costa** (PSD): Não, Sr. Presidente! A única figura regimental de que me posso socorrer é a do protesto.

**Presidente:** Tem então a palavra para um protesto.

**Deputado Madruga da Costa** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho seguido com a maior atenção este debate que, até a este momento, me parecia seguir com grande elevação e dignidade como é próprio desta Casa.

Infelizmente o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acaba de introduzir aqui um elemento em que pretende, de alguma forma, fazer graça com os documentos que estamos a analisar, qualificando o tipo de política que este Governo procura prosseguir e entrando em pormenores que, de graça, enfim, só o do "humor negro".

Lamento que, numa altura em que nós estávamos com algum interesse a aprofundar questões de pormenor nesta Assembleia, num campo tão importante como é o campo da Educação e da Cultura, se tenha introduzido esta questão que, fundamentalmente, desmobiliza as pessoas, desmobiliza os deputados, desmobiliza as próprias pessoas que são encarregadas de dar respostas porque, a este nível, não se podem dar respostas.

Eu não poderia, embora não seja meu hábito, deixar passar esta ocasião sem apresentar este protesto. E gostaria de retorquir ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, um pouco ao jeito daquilo que ele apresentou ao Governo: é que, por vezes, as palavras falam da abundância do pensamento!

É tudo, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD)

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quer usar da palavra para um contraprotesto.

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): É para um protesto, obviamente.

**Presidente:** É um contraprotesto neste caso. Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo, ou melhor, tento compreender esta primeira intervenção do novo líder da bancada do PSD. E tento compreender porque, efectivamente, ele deve ter sentido um problema de consciência de fazer alguma coisa para atenuar uma situação que estava resultando, e que julgo que continua a resultar, de um debate muito interessante que, neste caso, está versando a Secretaria da Educação e Cultura.

Só lamento, como deputado (e é uma autocrítica), que esta Assembleia não consiga aprofundar o debate, em relação às restantes Secretarias, como o tem feito em relação à Secretaria da Educação e Cultura. E aí tenho que reconhecer o mérito das intervenções do Sr. Deputado Francisco Sousa que tem permitido, de facto - e não é a primeira vez - um debate profundo, fundamentado, e diria, tecnicamente erudito, em relação àquela Secretaria. Mas julgo que haverá o tempo em que as outras também possam vir a estar sujeitas a essa mesma profundidade... e algumas já o foram.

Portanto, sob o meu ponto de vista, a intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa tem este mérito na óptica do seu partido: foi um pequeno contributo para tentar desviar as atenções do que aqui se está passando.

Eu quero protestar, porque parece-me que temos que estar aqui sem qualquer espécie de complexos. Eu julgo que o facto de se ter falado em papel higiénico não deve desmerecer nada esta Assembleia. Tratou-se aqui de questões relacionadas com a higiene e limpeza - e eu presumo que o Sr. Secretário tem bem a noção do que envolve a higiene e limpeza - e foram feitas afirmações que requeriam um testemunho (que não vou repetir) mas, sob o meu ponto de vista, pareceu-me importante dar conta do descontrole e de situações típicas do terceiro mundo e que se passam nas nossas escolas: uma criança ter que ir para casa pedir aos pais para comprar papel higiénico, Sr. Secretário, julgo que não é uma situação normal!

No meu tempo de escola nunca precisei de ir a casa pedir papel higiénico!

**Deputado Natalino Viveiros** (PSD): Porque arrancava as folhas do caderno, Sr. Deputado!

(Risos da Câmara)

**O Orador:** A experiência que o Sr. Deputado tem é que o leva a dizer isso. Deve ser a sua experiência e a sua ascendência!

(Risos da Câmara)

Eu espero que o líder do seu Grupo Parlamentar o advirta imediatamente por aquilo que o Sr. disse.

**Deputado Natalino Viveiros** (PSD): Para quê?

**O Orador:** Se ainda há disciplina!...

Eu queria adiantar, em relação a isso, que o problema é mais grave, e espero não chocar o líder do PSD nem o Governo, se fizer aqui uma sugestão ao Sr. Secretário e ao Governo todo: visitar as casas de banho das nossas escolas desde o primário ao universitário!

Se os Srs. visitarem as casas de banho, talvez dêem mais atenção à questão da higiene e limpeza e não obriguem profissionais briosos a terem que frequentar esses locais.

Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Srs. Deputados, creio que acabaram as inscrições para pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Raimundo Mesquita.

**Secretário Regional da Administração Pública** (António Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Raimundo Mesquita devo dizer o seguinte:

Possivelmente por lapso e na sequência da sua intervenção, tendo que avançar com grande número de argumentos, o Sr. Secretário da Educação e Cultura disse que a Secretaria da Administração Pública estava a analisar os casos mais gravosos de pessoal não docente da Universidade dos Açores e que depois seriam corrigidos.

Eu gostaria de esclarecer que, aliás, a tal minha expressão que o Sr. Deputado à distância conseguiu descobrir, e eu já a transmiti ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, resume-se no seguinte:

Efectivamente, por força do próprio Decreto-Lei que o Sr. Secretário da Educação e Cultura há bocadinho citou, que estabelece a autonomia e a competência administrativa dos Reitores, todas estas questões relacionadas com a contratação de pessoal, e obviamente com os novos contratos, estão, por esse diploma, atribuídos ao próprio Reitor. Por consequência, a eventual nova contratação do pessoal que se encontra em regime de excepção na Universidade dos Açores, por força daquele diploma é da competência do próprio Reitor. Possivelmente essa competência não teria sido apercebida há mais tempo mas, depois de toda esta questão ter sido levantada e de um estudo mais aprofundado, é claro que essa competência está atribuída ao Reitor.

O problema da Universidade dos Açores é um problema melindroso. Há aqui duas questões distintas: uma é a do quadro, enfim, que é um processo que está a seguir o seu percurso normal. Mas o problema do quadro não vai resolver as questões que foram levantadas recentemente na Comunicação Social, relacionadas com a situação do pessoal da Universidade. Os próprios diplomas legais que se referem aos regimes de instalação das Universidades estabelecem que a passagem para as categorias do novo quadro da Universidade é feita nas categorias que os funcionários tinham. O que acontece é que há um certo número de funcionários, já há vários anos contratados na Universidade dos Açores, que mantiveram a sua categoria. Possivelmente há já um 3º Oficial há 9 anos. Se tivesse tido o quadro e se tivesse havido uma progressão normal na sua carreira, possivelmente hoje seria 1º Oficial. O que se trata, neste momento, é de tentar corrigir, ainda antes da integração do quadro, essas situações que foram pedidas à Universidade e que compete à Universidade identificar e promover a sua correcção para que, quando for a integração do pessoal no quadro, eles já tenham uma categoria superior porque, caso contrário, a própria lei obriga a que eles sejam integrados na categoria que detêm.

Essa análise de situação específica, de análise das situações mais gravosas, tem que ser feita pela Universidade dos Açores e, nos termos deste diploma, a competência para a contratação de pessoal compete, desde há largos meses, ao próprio Reitor da Universidade porque esse diploma veio dar grandes poderes e reforçar largamente os poderes administrativos do próprio Reitor que, em determinadas áreas, chega a ter competência ao nível do membro do Governo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social também para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só lamento que o tempo do Governo seja pouco. Não poderei ser muito longo e, por isso, vou deixar só um pequeno apontamento.

Queria agradecer as palavras estimulantes do Sr. Deputado Decq Mota, proferidas na parte da manhã ainda, mas, quanto à Escola do Nordeste, eu tenho que fazer fé nos técnicos que lá foram. Eu próprio irei lá na 2ª feira. Simplesmente os trabalhos estão prontos.

Há um mês ou dois o Sr. Deputado veio dizer aqui "a escola está assim"; arranjam-se as coisas e vem novamente falar na escola e, provavelmente, daqui a 2 meses, poderá vir novamente falar na escola. Começamos a repetir, a triplicar e a quadriplicar os casos. Quando eles estão prontos, estão prontos ... e assunto arrumado! Parece-me que é manifesto que estamos a trabalhar.

Quanto ao Sr. Deputado Francisco Sousa devo dizer que o que nos aparece na Televisão todos os dias, em que o seu partido tem estado no Governo até há poucos dias no Continente...

**Deputado Dionísio de Sousa** (PSD): E o seu não esteve por acaso?!

**O Orador:**... é que há milhares de alunos sem escola, há escolas degradadas onde andam barcos lá dentro com a água por cima dos joelhos... e tudo o mais! Logo, não se percebe como é que a oposição vem para aqui dizer que temos que fazer tudo no mesmo dia e na mesma hora quando, afinal, é um mal nacional, é um mal que não é só nosso. Fizemos projectos que não estavam adequados; já o reconhecemos; já foi reconhecido aqui por alguns Srs. Deputados (e muito bem!) que estamos a fazer um grande esforço para pôr as coisas no seu devido lugar e, portanto, não podemos é continuar com esse

tipo de coisas: Para nós tudo mal, para o outro lado tudo bem! Temos que encarar as coisas com normalidade e tratar de resolver os problemas.

Referiu também o Sr. Deputado que apareceu um anúncio nos jornais sobre a Escola da Ribeira Grande. Esse anúncio apareceu numa 6ª feira à tarde. Nessa mesma 6ª feira recebi um telegrama da escola e no sábado, que era um dia de descanso oficial, mandei lá um técnico e estamos a tratar do assunto. Logo, o que me parece mal é eu receber um telegrama, ou um pedido, no dia em que o anúncio sai no jornal. Parece-me que deviam dar-nos algum tempo - pelo menos um dia ou dois - para podermos responder às coisas.

Quanto à Escola Antero de Quental, gostaria que os Srs. Deputados a fossem visitar. Talvez não conheçam, mas fez-se lá uma grande obra, e não tivemos culpa de que, passados 30 dias após a colocação de sanitários todos novos, os mesmos estivessem totalmente destruídos. Isto veio a propósito do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro dizer: "Vamos visitar os sanitários que estão todos mal nas escolas!".

Os Secretários têm que lá estar, o Governo tem que lá ir visitar. Mas os pais também não têm que dizer (e com certeza que dizem) aos filhos para não destruir?!. Os próprios Conselhos Directivos devem dizer aos meninos para não destruir. Eu não percebo o que se passa: acusam--nos a nós mas não acusam pai nenhum, e os pais, com certeza, é que dão a boa educação aos filhos! É um problema colectivo!

**Vozes do PSD e do Deputado Francisco Sousa do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Também ainda neste aspecto, surgiu um escândalo nos jornais, sobre a Domingos Rebelo, porque os esgotos estavam todos avariados, mas não veio ninguém dizer quais eram as causas. Por exemplo, a Televisão não veio mostrar as toalhas, os pensos, as saboneteiras e tudo o mais que estava lá metido nos buracos.

Não faz mal nenhum falar nisto, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro! Isto não é falar como o Sr. falou, dizendo que o Governo gasta milhões de contos e não paga papel higiénico! Isso é que é mau! E o Sr. disse-o porque não tem mais nada que dizer! O que eu falei agora é uma realidade e o que lá estava. É retrógrado pensar que não se pode falar nessas palavras aqui na Assembleia.

Também foi aqui abordado o problema das Escolas Preparatória e Secundária da Horta. Estão obras em curso nas duas Escolas; os pré--fabricados foram encomendados e já vêm a caminho. Não se compram, todavia, ali no Sr. Teófilo ou em qualquer lado como quem compra comprimidos! É preciso fazer projectos, adjudicações, é preciso cumprir as leis, os prazos e, enfim, não podemos fazer melhor. Estamos empenhados (isso sim!) e agradeço muito ao Sr. Deputado Francisco Sousa o ter trazido aqui, já por mais de uma vez, esses problemas - não só o Sr. Deputado, como a Comunicação Social e toda a gente.

Alertem-nos para os casos! Mas gostaria também - e isso é que é pena - que não seja quando as coisas estão feitas (e muitas há que estão bem feitas nesta Região) e que se deviam mostrar na Televisão e nos jornais para estimular os outros; para verem que as pessoas se empenharam numa coisa que é colectiva, que é nossa. Isso é que eu gostava que acontecesse!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sei bem para que figura é mas, talvez, para prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Presidente:** Muito bem. Tem a palavra para um esclarecimento.

**Deputado Francisco Sousa** (PS): Em primeiro lugar, é para dizer-lhe que, desde 1978, o Partido Socialista não é responsável pelo Ministério da Educação deste País!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Repito: desde 1978! E se quiser posso-lhe dizer o nome de vários Ministros: Victor Crespo, Augusto Seabra e João de Deus Pinheiro.

**Deputado Natalino Viveiros** (PSD): Mas é das Obras Públicas!

**O Orador:** Das obras de quem?

(Risos da Câmara)

Em segundo lugar, queria-lhe dizer que não foi feito um anúncio, mas vários anúncios nos jornais - diversos dias nos 3 diários, de Ponta Delgada, e vários anúncios consecutivos, sairam sobre questões diversas. Não um, mas sim vários, que motivaram, o que muito me agrada, por exemplo: a visita do Director Regional da Administração Escolar, pela primeira vez, àquela escola, nos últimos anos.

Quanto à Escola Secundária da Horta, o Sr. Secretário falou em prazos. Julgo - e não tenho aqui na minha posse mas tenho em Ponta Delgada - que foi feito um "protocolo" entre a Educação e Cultura e o Equipamento Social que indicava para que várias obras em várias escolas fossem feitas até Outubro deste ano. Uma delas, por exemplo, era a das questões respeitantes à Escola Secundária da Horta que, segundo me consta e o Sr. Secretário pode confirmar, finalmente está a ser feito o estudo, o plano e tudo o mais, para que (finalmente também) se possam fazer os obras, quando, no documento que eu tenho em minha posse, se indicava que eram para estar feitas este ano, isto é: na abertura deste ano lectivo estariam esses problemas resolvidos.

Portanto, penso que aqui não é só uma questão de um anúncio, de um prazo mas, sim, de vários prazos, em vários casos, que não foram cumpridos. Por isso, a minha preocupação sempre, o "odioso" destas questões, é que estas coisas não sejam só de um departamento, mas de vários departamentos - e que não se confunda aqui, por exemplo, questões de Equipamento com Educação e Cultura.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Já expliquei isso há bocado, Sr. Deputado!

**O Orador:** Certo... e agradeço-lhe, Sr. Secretário.

**Presidente:** Srs. Deputados, creio que esta fase do debate está encerrada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias para uma intervenção.

**Deputado Ramos Dias** (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ao participar, pela 2ª vez, na apreciação de documentos como o Plano e Orçamento Regionais, não posso deixar de manifestar, perante esta Câmara, uma posição muito clara sobre o conteúdo das referidas Propostas.

Ao ser eleito representante a este Parlamento por uma das Ilhas mais abandonadas desta Região, assumi como principal compromisso defender, intransigentemente, os legítimos interesses dum povo, que ao longo destes **dez anos** de Governação Regional, tem vindo a ser, sistematicamente, marginalizado.

Apesar de, **ano após ano, visita oficial após visita oficial,** o pobre, humilde, mas trabalhador povo das Flores tem vindo a ser objecto das mais aliciantes promessas governamentais e de muitos terem sido, efectivamente, os que depositaram alguma confiança naqueles que, ao fim e ao cabo, os foram traindo lenta mas seguramente.

Chegou a hora dos Florentinos abandonarem a sua explorada boa-fé e de, uma vez por todas, assumirem, **firmemente**, posição de legítima exigência perante o poder instituído.

É que, **Sr. Presidente e Srs. Deputados,** na verdade, de nada tem servido ao povo da Ilha das Flores, a submissão e o paciente servilismo que tem estado subjacente às suas atitudes e pseudo-reivindicações.

Efectivamente o que tem faltado ao povo das Flores é a assunção de uma verdadeira dimensão regional que lhe garanta, no quadro da autonomia, lugar à dignidade a que, por direito próprio, lhe cabe.

As vozes dos florentinos não podem estar condicionadas, pelo medo, por qualquer complexo de inferioridade, ou por dependências partidárias inaceitáveis.

O Governo Regional vai ter que se habituar a tratar o povo da Ilha das Flores com o mesmo respeito, a mesma consideração e a mesma dignidade com que trata o povo de algumas das restantes ilhas.

Sendo a Ilha das Flores das que mais contribui para o Orçamento Regional, não pode continuar a ser a que menos recebe do mesmo Orçamento.

Já em 1977 quando a ilha que beneficiou de maior capitação de Investimento Público se situou, aproximadamente, nos 17.000$00, a Ilha das Flores com 2.400$00/por florentino, foi a que menos recebeu. Ao longo dos anos seguintes a situação manteve-se, **sensivelmente a mesma,** em total desfavor das Flores. Daí que, com toda a naturalidade, ainda, no início deste ano de 1985, tivesse, em nome do povo das Flores, assumido a frontal oposição à Proposta do Plano do Governo Regional que, mais uma vez, se apresentava a esta Assembleia com um rol de promessas que não ofereciam um mínimo de credibilidade quanto à sua execução.

E se é facto que o ano de 1985 ainda não terminou, estamos todos devidamente informados que nos seus aspectos fundamentais o Governo Regional, mais uma vez, defraudou os florentinos e todos aqueles que por ingenuidade ou submissão partidária haviam, imprudentemente, depositado ou a sua confiança ou a sua esperança no referido Plano Regional.

E se dúvidas houvesse, a presente Proposta do Plano para 1986 é prova provada da inutilidade e da ineficácia daquilo que o Governo Regional, de fundamental, havia proposto no ano passado de 1985 para a Ilha das Flores. Senão vejamos:

Relativamente ao já célebre Porto da Ilha das Flores ficamos deveras surpresos quando nada se refere, explicitamente, no documento do Plano, **embora,** no seu anexo se faça a menção à sua importância quer na actividade piscatória e turismo marítimo.

Só que os que, efectivamente, põem acima de tudo os interesses da sua terra e do seu povo não se podem esquecer que no Plano do ano passado, este mesmo Governo, com idêntica leviandade, inscreveu, **exactamente,** a mesma menção sem, ao menos, alterar uma vírgula e que para que todos constatem passo a citar:

"A construção dum porto comercial, incluindo acessos, na Ilha das Flores será um importante factor de desenvolvimento sócio-económico. Esta infraestrutura servirá ,também, de apoio à actividade piscatória e ao turismo marítimo, porquanto aquela ilha fica na rota que os iatistas utilizam nas ligações entre a América do Norte e a Europa." - **citei o projecto 58.7 Porto das Flores** de 1985.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o engano a que o povo das Flores tem estado sujeito já vem de trás.

Em 1984 este Governo e a maioria desta Câmara

aprovou uma dotação de 50.000 contos para o início das obras do Porto das Flores.

Em 1983 já havia iludido o mesmo povo, inscrevendo-se e votando-se 100.000 contos para o famigerado Porto das Flores, tendo-se verificado idêntico procedimento já em anos anteriores.

Será que perante um caso destes o Governo Regional pode, ainda, esperar um voto de confiança por parte de um representante daquele povo, do qual orgulhosamente faço parte? **Não.** - Um redondo **Não!** - Seria humilhante!

Mas, muitas outras razões existem e em áreas, também, de grande importância em que a palavra e os compromissos deste Governo estão totalmente, desacreditadas perante o nosso povo.

É o exemplo da "Estafada" promessa da cobertura televisiva e radiofónica de todo o território Regional.

Julgo não valer a pena, quanto a este caso, também aqui, fazer a cronologia de quanto se tem, impune e levianamente iludido o nosso povo.

A este respeito não posso deixar de, nesta Câmara e, perante os legítimos representantes do povo dos Açores, manifestar o meu mais veemente protesto pelo facto de o Governo Regional se atrever a defender o financiamento dum pseudo-segundo canal de televisão para alguns açorianos, quando outros, ainda, nem tão pouco têm o justo acesso à actual emissão da RTP/Açores.

Esta atitude do poder político regional, para além de constituir um atentado à apregoada unidade regional é, antes de mais, uma grave preocupação a quem, de há anos, vem aguardando, pacientemente, a possibilidade de usufruir a regalia de tão sugestivo meio de Comunicação Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Confesso que estava para me congratular com a inscrição neste Plano, de um projecto destinado a apoiar os idosos da Ilha das Flores. Só que e, felizmente, folheei o Plano do ano passado, confirmando, exactamente, o mesmo projecto para aquela Ilha.

Então, colocou-se-me uma questão de pertinente curiosidade e fui encontrar que, - ora vejam - ainda no âmbito do Plano de Médio Prazo anterior já existia uma dotação para estruturas de apoio a Idosos para a Ilha das Flores.

Só é pena que muitos dos que naquela época eram idosos, e com justas expectativas quanto a este Governo e à sua maioria, já não possam ir, fisicamente, à futura inauguração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Impõe-se, porém, uma felicitação especial ao facto de o Governo, neste Plano, não ter enganado o povo das Flores em relação à ampliação do aeroporto daquela Ilha.

Na verdade nada se refere nos documentos a esta necessidade da população e da economia da Ilha das Flores.

Ao menos, para já, não haverá ilusões quanto ao requerido aumento da operacionalidade daquela infraestrutura.

Porém, fica desde já, aqui, claramente reivindicada a necessidade urgente do Governo se debruçar sobre esta importante questão para que, num futuro imediato, apresente as soluções adequadas.

Muitas outras questões haveria a levantar, até na sequência de perguntas a requerimentos não cabalmente respondidas e **muito menos resolvidas**, porque, ao cabo e ao resto, é isso que importa.

Porém, não posso deixar de trazer a esta Assembleia, perante o Governo, a enorme preocupação que constitui para os florentinos o futuro da sua terra. À medida que os anos passam, avolumam-se as incertezas e diminuem as esperanças no desenvolvimento duma comunidade que cada vez se sente mais afastada do conjunto da Região.

A estafada política da atenuação dos desiquilíbrios intra-regionais não se faz sentir, infelizmente, como seria desejável, naquela zona do arquipélago.

É ver-se as dificuldades crescentes com que se debate a cada vez mais frágil economia florentina cujo isolamento se tem mantido e acentuado a dependência, dado insuficiente sistema dos transportes marítimos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Tudo isto é difícil de aceitar e, muito mais, de suportar quando tomamos consciência que aquela zona do arquipélago contribui de forma decisiva para o valor geoestratégico da nossa Região Autónoma e tem o prazer de hospedar uma missão técnico-militar duma Nação amiga como a França cujo acordo remete, anualmente, algumas centenas de milhares de contos para o erário público, sendo, destes, 300.000 directamente para o Orçamento do Governo Regional. Daí que o povo das Flores não se possa apresentar, neste Parlamento, de mão estendida ao seu Governo. Pelo contrário, estamos nesta tribuna para exigir aquilo a que os florentinos têm direito e que já lhes devia ter sido dado.

Ao terminar esta minha intervenção, quero, aqui frisar que teria tido muito mais gosto em abordar questões de âmbito mais geral que, também, bastante nos preocupam. Só que, para isso, têm aparecido suficientes oradores. E infelizmente as grandes questões do povo que me elegeu, algumas de dimensão regional, passados 10 anos do processo autonómico, foram esquecidas por este Governo e por esta Assembleia.

Daí que, sem quaisquer complexos, mas por imperativo de consciência, terei de me bater, sempre e na primeira linha, prioritariamente pelos problemas da minha ilha.

Por isso, tal como está claramente demonstra-

do, não posso dar o meu apoio a um Plano que **não é realista nem satisfaz os anseios** de quem já não pode acreditar em tanta promessa vã.

Disse.

**(Aplausos do PS e do PCP)**

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo se é para intervir sobre esta intervenção do Sr. Deputado Ramos Dias.

**Secretário Regional dos Transportes e Turismo** (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou gastar tempo regimental que fará falta para o tratamento doutros sectores que ainda estão por tratar. No entanto, tenho que fazer algumas considerações acerca da última intervenção.

Nesta Casa, hoje, têm-se trazido testemunhos que resultam em manifesta contradição da parte da oposição: durante as campanhas eleitorais ataca-se o Governo porque nada faz; nesta Câmara vem trazer-se um rol interminável de obras que este Governo realizou e que não servem porque chove dentro ou já não dão para as encomendas. Outras se farão em melhores condições. Se houve erro do Governo, foi fazer tantas e tantas obras em tão pouco tempo.

Sr. Deputado Ramos Dias: o Porto das Flores ainda não arrancou porque não se vai construir um porto que poderá custar 2 milhões de contos para, um ano depois, nos virem dizer que não é operacional. A Comissão Técnica que apreciou as três alternativas de estudo do Porto das Flores para a Baía de S. Pedro, recomendou que era indispensável fazer sondagens mais pormenorizadas da zona, dada a irregularidade do seu fundo, e exames de natureza geológica às falésias circundantes. Tais tarefas só se podiam fazer de Verão.

Foram já concluídos os trabalhos de campo, estando a decorrer a fase de gabinete. Esperamos, dentro de breves dias, receber os resultados. O Porto das Flores vai avançar no ano de 1986 e no Plano estão inscritos 200 mil contos.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Deputado João Carlos Macedo** (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Ao abrir, pela primeira vez, o volume que contém a "Proposta de Plano para 1986", tive a imediata curiosidade - motivada, certamente, por dever de ofício emergente de funções exercidas a outro nível - de verificar até que ponto o Governo Regional teria dado acolhimento a algumas sugestões expressas em anteriores intervenções, especialmente no que respeita ao apoio técnico e formativo que é devido aos cidadãos chamados a servir a Região na área do poder local.

Notei, desde logo, que o Plano continua a privilegiar os municípios em detrimento das freguesias, não devendo causar admiração que, subestimados pelas instâncias regionais, os órgãos desse nível se encontrem, em grande parte, afectados por uma enorme desmobilização, de que é prova concludente a dificuldade, cada vez maior, com que os vários partidos se defrontam na constituição de listas para as eleições autárquicas, mesmo depois de a lei ter reduzido, drasticamente - e com alguma infelicidade - o número de membros dos órgãos deliberativos.

A falta de entusiasmo com que muitos autarcas da Região enfrentam as tarefas que lhes estão cometidas assenta, primordialmente, na ausência de suficientes estímulos e não tanto na longínqua origem histórica das instituições da freguesia, pese embora a importância do que aqui foi dito, a este respeito, pelo Sr. Deputado Álvaro Monjardino, numa intervenção que escutei com grande atenção e interesse.

É verdade que o município é uma instituição milenária, cujo fundamento se perde na névoa dos tempos. Mas também é um facto que, ao criar as juntas de paróquia, em 1830, o Governo da Regência apenas veio dar forma jurídica e institucional a uma realidade evidente, dado que as freguesias já tinham existência como comunidades naturais de vizinhos, alicerçadas em interesses comuns e dotados, até, em alguns casos, de órgãos do poder popular de direito consuetudinário, posto que girando, normalmente, à volta da igreja paroquial.

Num interessante trabalho que publicou, no semanário "O Jornal", em Novembro de 1982, Moisés Espírito Santo não hesita em defender a precedência da freguesia em relação ao município, como grupo sociológico natural logo a seguir à família.

Estabelecidas com base em relações de vizinhança - quando não de parentesco efectivo entre os seus membros - as freguesias exprimem, na prática, uma comunhão de interesses que não encontra correspondência nas distantes instituições da vila ou cidade, dimensionadas para actuações menos restritas no espaço físico e social e significando muito pouco para os moradores da pequena povoação, a menos que se identifiquem fortemente com as suas aspirações específicas, o que é bem raro e difícil.

Mas, voltando à análise do Plano, é, de facto, surpreendente que nem uma palavra seja dita sobre as freguesias, no Programa nº 62, respeitante às "Autarquias Locais". No início de novo mandato, os autarcas das pequenas comunidades vão ser, uma vez mais, abandonados ao seu destino, caindo de paraquedas num contexto de tarefas com certa complexidade, mas que é necessário desempenhar, de forma correcta e para bem dos povos, sob pena de sobre os eleitos

ser lançado o descrédito e o labéu da incompetência e do desinteresse pelas coisas públicas comuns.

O exercício dos cargos do poder local exige seriedade de processos, mas também requer conhecimento de causa, até ao pormenor da acta, do ofício ou do atestado administrativo. Ninguém parece preocupar-se com a qualidade do trabalho prestado às comunidades pelos órgãos das freguesias, como se isto não dissesse respeito à vida regional, como se os pequenos actos do nosso quotidiano não fossem a condicionante forte e decisiva de toda a vida colectiva, vista à escala mais ampla.

Se algumas Assembleias de Freguesia não funcionam ou deixaram de funcionar, não será, decerto, porque os seus membros não sintam os problemas das populações a que pertencem, mas sim, a nossa ver, porque lhes falta o conhecimento exacto do modo como deve exercer-se o trabalho desses órgãos, condição indispensável para o prazer de compartilhar a vida em comum, fruindo os benefícios, superando as dificuldades e correndo os riscos, conscientemente e em profundidade.

Será que este estado de coisas, mesmo que não generalizado, pode interessar a alguém? É a pergunta que aqui fica, com a recomendação de que a tutela inspectiva sobre as autarquias não deixe de ser exercida pelo Governo Regional, que deve esmerar-se no funcionamento de todas as instituições ligadas ao exercício do poder democrático, qualquer que seja o nível que as distinga umas das outras.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Continua a merecer referência positiva, e até elogiosa, o esforço do Governo Regional no sentido de incrementar o abastecimento de água às populações.

Este regime de cooperação financeira com os Municípios tem que ser alargado a outros domínios, para o que se torna necessário rever o diploma que adapta à Região o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março, respeitante à delimitação das actuações da administração central, regional e local em matéria de investimentos.

O prestígio do poder local democrático não pode ser uma figura de retórica, sem qualquer ou com escassa correspondência prática. E de nada vale apelar-se constantemente para o exemplo europeu, quando se sabe que, em Portugal, por razões alicerçadas numa tradicional e irremovível mentalidade centralista, a participação das autarquias nas despesas do Estado é de cerca de 10%, ao passo que, nessa Europa para a qual sempre estivemos de costas voltadas, o nível é de 30%, em países com a Dinamarca, a Holanda, a Grã-Bretanha, a Itália e a França, e de mais de 60%, na República Federal da Alemanha.

A transferência progressiva das tarefas administrativas para os órgãos de poder local deve basear-se no estabelecimento de um clima de grande confiança na capacidade das pessoas e esta só pode ganhar-se ou construir-se por meio de acções concretas de formação, apoio técnico e criação de condições adequadas ao exercício dos cargos e ao funcionamento efectivo das instituições.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel de Melo.

**Deputado Manuel de Melo.** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A proposta do Plano e Orçamento para 1986, que ora se aprecia, e se encaixa como parcela do Plano a Médio Prazo, que aprovámos anteriormente, tem, para nós, a contemplação dos sectores que mais se evidenciam como tendentes a valorizar as infraestruturas e os sectores que ainda nos afligem em carências à vista, em ordem a criar riqueza e melhorar o nível de vida das populações das Ilhas.

Várias há que, por já conhecidas, ao longo dos anos, não nos merecem referência nesta hora.

Todos feitos e desde sempre destinados ao desenvolvimento da nossa vida, quer nos sectores dos transportes, saneamento e vida de empresas viáveis, e corrigindo assimetrias existentes entre várias ilhas, mas sempre amplamente participadas em exigências e participação positiva de vários sectores da população.

As dotações talvez não satisfaçam Ilhas, lugares ou pessoas, na medida dos seus desejos.

Mas correspondem a opções tomadas e amplamente exigidas em outra hora.

Algumas de longo e outras de curto prazo, programadas em ordem a satisfazer necessidades básicas e ou factores de desenvolvimento que se desejam, em ordem a melhorar o nível e qualidade de vida do Povo de cada uma das Ilhas da Região.

Nesta minha intervenção gostaria de salientar dois programas que, quanto a mim, têm tido a aceitação da maioria do Povo Açoriano e têm feito a promoção de indivíduos e famílias.

Trata-se dos projectos 20.6 Apoio à Autoconstrução e Programa nº 18 Formação Profissional.

O programa de autoconstrução que foi criado pelo Governo Regional, é uma medida de alcance social e de promoção da família, que causa inveja a quantos, não necessitando de a ele recorrer, lembram os tempos penosos em que meteram ombros à construção ou compra da casa que têm.

Nunca ninguém em anos passados sonhou que um dia a Autonomia dos Açores tornasse isso possível. Só o é porque a Administração é Social

Democrata. Não haja dúvida que nunca nenhum Governo deu tanto a quem tem pouco. Nunca nenhum Governo deu ferro, cimento, planta e fiscalização da obra a não ser o Governo Regional dos Açores.

Isto sem falar dos terrenos que em alguns lugares são de preço proibitivo para a maioria, senão na totalidade, dos que são beneficiados neste programa inscrito no Plano para 1986.

A prova do que é o Projecto, para os que dele já beneficiaram, está à vista. É só ouvi-los.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Este é de facto um dos sectores em que o Governo tem de se empenhar cada vez mais para que haja satisfação das necessidades que ainda se fazem sentir.

Mas esse empenhamento assentará sempre na colaboração simultânea de quantos necessitam resolver os seus problemas de habitação.

O problema da habitação das classes jovens também terá resposta em novas modalidades a criar pelo Governo Regional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

A formação profissional nos Açores é uma realidade que transcende a visão do que antigamente se tinha deste sector.

De facto, a realidade do Centro de Formação das Capelas é por demais evidente para ser desconhecida de quantos apostaram em ver desenvolvidas as actividades criadoras de promoção laboral em grandes sectores de serviços que hoje já se constata terem sofrido evolução considerável.

São os seguintes os cursos que ora funcionam no Centro de Formação Profissional das Capelas:

Alvernarias, Carpintaria de Limpos e de Cofragens, Canalização, Electricidade de Baixa Tensão, Metalomecânica, Serralharia Civil, Mecânica, Soldadura e Fresagem, Informática e Sapataria.

**Hotelaria:** Mesa-Bar, Cozinha e Recepção.

**Agricultura:** Mecanização Agrícola e Pecuária.

Funcionará um curso de Motorista Marítimo que termina com Técnicas de Frio no sector das Pescas.

A capacidade máxima do Centro é de 120 estagiários.

O Centro de Formação Profissional das Capelas, na sua estrutura física e humana, rivaliza com outros e muitos centros de formação de países mais evoluídos. As suas instalações físicas proporcionam aos alunos condições ambientais que não se encontram na maioria das residenciais do Arquipélago. Desde as instalações destinadas a alojamento, passando pelos espaços disponíveis após as aulas, são de molde a criar inveja a muitos outros centros educativos a nível regional ou nacional. Desde a disponibilidade de temperar os tempos livres com a prática desportiva, até à realização académica de quem se não achar vocacionado à prática dos desportos, mais da aceitação da juventude actual.

Tudo foi previsto, tudo está à disposição dos alunos, logo que cumprida a função ao essencial que é estudar, trabalhar e aprender. E não se diga que estão desprotegidos. Tudo tem horas marcadas, tudo são funções permitidas até ao nível da exigência que também impõe o estudo, a prática, a aprendizagem, em ordem à valorização que procuravam e que lhes é ministrada em instalações, que não me repugnaria de classificar de Hoteleiras.

Desde a alimentação primorosa que já tive a oportunidade de saborear, até à gentileza do pessoal, que, trabalhando, torna a vida de quantos lá habitam cada dia mais agradável, em ordem a fazer esquecer os primeiros dias negros após a separação sempre difícil do lar em que viviam, e que nas suas mentes perdura nos primeiros tempos como acção desmotivadora.

Assegurados que estão os subsídios a quantos e nas quantidades previstas, tudo sempre em função da opção feita; a segunda semana é já semana de trabalho intenso e de interesse redobrado. Estas são as condições que se oferecem, e razão dos grandes investimentos a fazer ainda.

Tratou-se simplesmente de colocar a questão com todos os seus problemas a montante. Trataremos agora da sua influência a jusante.

A importância do Centro de Formação Profissional das Capelas terá de ser avaliada essencialmente a partir dos seus resultados, a partir do efeito que cria na sociedade açoriana actual. Não houve até hoje factor tão decisivo da viabilização da indústria, prestação de serviços e não só, como o Centro de Formação Profissional das Capelas. Tanto isto é verdadeiro que até serve de parâmetro indicativo para a afirmação categórica que no Plano se faz da criação de 2.000 postos de trabalho. É não só, mas também, o Centro de Formação Profissional que torna possível a quantificação que ora se explicita.

Os Açores serão outra terra dentro de poucos anos, quer queiram quer não, todos quantos a esta proposta de Orçamento e Plano se opuserem. A nossa vida é dinâmica. Não pára. Só o faz para deixar para trás todos aqueles que, a ela, se opõem por obrigação, casmurrice ou má fé. De tudo estamos cientes.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

**Secretário Regional do Comércio e Indústria** (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quase um ano se passou sobre a apresentação e aprovação do Plano a Médio Prazo - 1985/1988 -, bem

como do Plano para 1985.

É chegada agora a ocasião de o Governo apresentar a esta douta Assembleia, como incontestados representantes do povo açoriano, a proposta do Plano para 1986.

Antes de entrar no campo da apresentação das áreas sob minha responsabilidade, julgo oportuno fazer um balanço da actividade da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, perto como estamos, do fim do primeiro ano económico do mandato do III Governo Regional.

**Indústria - Programa 19 - Formação**

No âmbito da formação de gestores e quadros da indústria - Projecto 19.7 - realizaram-se as seguintes acções:

- Cursos de formação pedagógica de formadores;
- Curso de corrosão e técnicas de corrosão anticorrosiva por pintura e,
- Seminário sobre planeamento estratégico tendo-se também apoiado a realização de outros cursos, por outras entidades, também na área da formação dos gestores e quadros da indústria.

Na área da **Promoção do Investimento** estão feitas transferências para as empresas privadas de cerca de 16.460 contos, prevendo-se no entanto, até ao fim do ano um aumento na sua percentagem de execução.

É de salientar que a exequibilidade deste Projecto não depende unicamente da S.R.C.I. mas sim dos pedidos que, através das instituições de crédito, os industriais apresentam à Direcção Regional de Indústria e do seu enquadramento na legislação vigente. A legislação que regula este incentivo necessita ser quase totalmente revista, estando a ser preparada uma proposta de revisão para o efeito, que será elaborada em colaboração com parceiros sociais, nomeadamente elementos da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e das Instituições de Crédito. Não refiro aqui, já por o ter feito ontem em resposta ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, a orientação que se pensa seguir neste caso.

Encontram-se também na área do projecto das actividades essenciais nas parcelas mais carecidas, transferidas para empresas privadas, cerca de 4.600 contos, tornando-se também necessário rever e actualizar a legislação que o suporta, nomeadamente no seu alargamento de âmbito.

O **Projecto 40.3 - ERPI** (Empresa Regional de Parques Industriais), permito-me não o referenciar aqui, na medida em que já ontem tive também ocasião de o esclarecer em resposta a perguntas feitas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Também neste âmbito foi aqui esclarecido e largamente debatido o problema da Zona Franca de Santa Maria, que me permito também ultrapassar, para que não vos faça perder tempo com repetições escusadas.

**Projecto 40.4** - Estudos e Divulgação

De um modo geral, este como vários projectos da S.R.C.I. têm sido mal aproveitados pelos agentes económicos. Esta Secretaria tem em preparação a dinamização da divulgação das possibilidades de apoios por parte do Governo junto das Câmaras de Comércio e Indústria, dos industriais e dos potenciais investidores, de modo a alertá-los para as possibilidades existentes de recorrerem aos referidos apoios.

Entretanto e ao abrigo deste projecto, foram realizadas as seguintes acções:

- Estudo do aumento de capacidade e localização da fábrica de cimento
- Estágios de técnicos sobre cooperação económica
- Estudo sobre a indústria de confecções
- Estudo sobre a industrialização de produtos vegetais
- Publicações várias com vista à divulgação de produtos regionais.

A acção de apoio às cooperativas de S. Jorge com vista à comercialização do Queijo de S. Jorge", levada a cabo recentemente pelas Secretarias Regionais de Agricultura e Pescas e do Comércio e Indústria em conjunto, e que levaram à França e Itália representantes de todas as Cooperativas e Associação de Agricultores de S. Jorge, levará certamente à necessidade de execução de vários estudos que se integrarão na área deste projecto, podendo eventualmente virem ainda a ser iniciados este ano económico.

**Programa 41 - Apoio a Unidades Existentes**

**Projecto 41.1** - Saneamento Económico-Financeiro de Empresas.

Trata-se de um projecto em via de extinção, visto que a legislação que o suporta determinava que só seriam tidos em conta processos de saneamento que dessem entrada até 31 de Dezembro de 1984. É um projecto que deverá manter-se na íntegra até se completarem os compromissos assumidos anteriormente e durante este ano. Tal como no sistema de Incentivos Financeiros, mantêm-se as considerações feitas, havendo aqui que salientar que os processos enfermavam ainda de grandes demoras a que as instituições de crédito e os próprios interessados, não foram alheios.

É nossa intenção substituir este Projecto por outro destinado à "recuperação de empresas que, sendo financeiramente inviáveis, sejam economicamente viáveis".

Também nesta área, como no caso dos incentivos financeiros, se julga que o caminho a seguir, e sobretudo no caso da integração temporária no capital social, é o de incentivos directos.

Quanto à promoção dos produtos regionais - e aqui é um projecto conjunto da Indústria e do Comércio - foram levadas a cabo e apoiadas participações em vários certames.Com a colaboração

da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores participou a Região Autónoma dos Açores em pavilhões próprios, nas seguintes exposições:

- Semana de Portugal no World Trade Center de Nova York;
- I Feira Internacional das Canárias (antiga Feira Internacional do Atlântico);
- I Feira Nacional das Regiões nas instalações da FIL em Lisboa;
- Nutrifil/Vinifil - 85, nas instalações da FIL em Lisboa.

Participou-se ainda, se bem que não em pavilhão próprio na exposição de S. Paulo-Brasil, através da Casa dos Açores daquela cidade e bem assim na Feira-Exposição de Tulare - Califórnia, ficando o material desta feira a fazer parte de uma exposição permanente dos Açores que percorrerá os Estados Unidos da América.

Levaram-se ainda a cabo as já tradicionais Feiras Regionais de Artesanato durante a Semana do Mar na Horta, Festas Sanjoaninas da Praia da Vitória e Festas do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada.

Colaborando com as Secretarias Regionais da Agricultura e Pescas e do Equipamento Social levou-se a efeito a Feira AÇORES-85 que este ano teve lugar nas instalações permanentes de exposições de Santana (S. Miguel) que foram substancialmente melhoradas.

Ao abrigo do projecto Poupança de Energia na Indústria prestaram-se apoios à indústria de cerâmica, lacticínios e moagem (moinho de vento), estando ainda pendentes alguns projectos para apoio.

Quanto ao **Abastecimento de Gás às Ilhas "Pequenas"**, como já tive ocasião de informar, este programa sofreu uma alteração ao que anteriormente se encontrava previsto. Foi o facto de, após conversações estabelecidas com a Transinsular, se ter concluído pela impossibilidade, pelo menos a curto prazo, de se transportarem para as ilhas onde se previa a instalação de pequenas unidades de enchimento de garrafas de gás, que levou a Secretaria Regional do Comércio e Indústria a rever a situação.

Decidiu-se então substituir a estação de enchimento por um stock de garrafas cheias, tendo-se negociado o seu estabelecimento de uma empresa distribuidora com quem se firmou um contrato, com penalizações para a empresa, contrato esse que prevê, contra o pagamento por parte do Governo da caução das garrafas que venham a constituir o mesmo, a existência física, também controlada pela SRCI, de um contingente de garrafas cheias a que só se poderá recorrer após um período sem que a ilha, por razões de mau tempo, seja normalmente abastecida.

No **Apoio ao Artesanato** procedeu-se este ano a uma coordenação entre as Secretarias Regionais que, a qualquer título tinham programas que se relacionavam com esta actividade (Direcções Regionais da Indústria, Formação Profissional, Assuntos Culturais e Turismo), o que permitiu uniformizar critérios e concentrar esforços para uma maior eficiência dos apoios a conceder por cada um dos departamentos, estando a ser elaborada uma lista de produtos e actividades característicos e genuínos da tradição artesanal regional.

Já aqui referi também, na área da **Energia**, em resposta a algumas perguntas que me foram ontem colocadas, os apoios à Federação dos Municípios da Ilha das Flores, o Investimento e Apoio Financeiro à EDA e à bonificação de juros do respectivo empréstimo obrigacionista.

Quanto ao programa de Apoio às Redes Rurais e ao Sector Agro-Pecuário foram concedidos vários apoios, prevendo-se que, com os processos pendentes, se venha a ter uma execução final da ordem dos 80%.

Quanto ao apoio ao desenvolvimento de novas energias e racionalização do consumo energético, este tem neste momento uma execução da ordem dos 45%, sendo destes cerca de 25% relativos ao apoio de instalações solares em estabelecimentos hoteleiros, outro tanto para o mesmo fim em utilizadores domésticos e os restantes 50% com o estudo de energia eólica de Santa Maria.

Resta, neste campo, referir-me ao Programa Geotérmico de S. Miguel e ao contrato do Consórcio com a "joint venture" constituída pela General Electric e a Stone & Webster que se tem desenrolado ao longo deste ano. Na sequência de vários encontros técnico-jurídicos, foi conseguido um preço final do projecto que pouco ultrapassa a proposta inicial além da satisfação das condições jurídicas, mormente as que se relacionam com as cláusulas de seguros, estando apenas pendente um reescalonamento do custo pelas várias fases, conforme foi solicitado pelos restantes membros do Consórcio, membros esses que irão obter o financiamento do projecto.

Por outro lado, e respondendo ao convite aberto no Jornal das Comunidades, a Região habilitou-se através do Laboratório de Geociências e Tecnologia a programas de apoio financeiro da CEE neste campo, independentemente dos fundos comunitários a que Portugal, e os Açores, pelo acto de adesão virão a poder beneficiar. Este apoio encontra-se muito bem encaminhado, esperando-se que se venha a concretizar brevemente.

**Comércio**

No decurso deste ano de 1985 e até ao presente momento, foram, através dos Serviços de Comércio Interno e Externo, licenciados 2.600 processos de importação e 2.100 de exportação e, através

dos Serviços de Licenciamento Comercial foram despachados 350 processos de diversas actividades.

Neste ano de transição de parte das competências desta Secretaria Regional para a de Agricultura e Pescas, foi mantida uma estreita e eficaz cooperação entre os respectivos titulares e todos os seus serviços. Deste modo foi transferida a execução e implementação do Projecto 52.2 - Rede de Abate bem como a respectiva administração das verbas a ele afectas, para o controle directo da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

No âmbito do Programa de **Apoio Financeiro ao Investimento Comercial** foram apoiados, para remodelação, modernização ou instalação de estabelecimentos comerciais, 37 empresários nas Ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial. Refira-se que este programa é constituído por três projectos na área do apoio financeiro à actividade comercial e na constituição de stocks de segurança, tendo neste âmbito sido solicitado apoio para as Ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico e Flores para stocks da ordem dos 80 mil contos. Note-se que na Ilha do Corvo, para a qual tinha sido alargado quer o período (para 12 meses), quer o leque de produtos abrangidos, não foi solicitado, este ano, qualquer apoio para a sua constituição. Assim houve que, com a colaboração da Câmara Municipal daquela ilha, constituir localmente um stock para garantir o abastecimento de géneros essenciais, bem como a constituição de um stock de gás doméstico e apoio para o aumento da capacidade de armazenamento de gasóleo.

Embora não caiba ao Governo sobrepôr-se aos empresários o facto é que, verificado que estes, naquela ilha, não têm assegurado convenientemente o abastecimento mesmo no período do ano em que o tempo o permitiria fazer com uma certa regularidade, o Governo decidiu, de colaboração com a Câmara Municipal, avançar com os referidos stocks.

No âmbito do apoio à qualidade alimentar, comparticipou-se na realização e frequência de cursos e seminários, bem como foi melhorado o equipamento de recolha e análises laboratoriais.

O apoio ao Comércio Externo já aqui foi referido em conjunto com a área da promoção ao investimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Terminada a apresentação de um rápido e, necessariamente, sintético balanço da actividade de um ano de Governo, passo a apresentar-vos as ideias mestras que presidiram à apresentação da proposta do Plano para 1986.

O ano de 1986 será um ano crucial, para a economia regional e os sectores produtivos em especial, se tivermos em conta as alterações previsíveis decorrentes da adesão às Comunidades Europeias.

Após um longo e difícil processo negocial eis-nos chegados ao momento, tão esperado por uns como temido por outros, de ter de enfrentar com decisão o desafio que representa a integração da nossa pequena economia num espaço económico com um nível de desenvolvimento muito superior.

Este facto vai assim determinar e condicionar, nalguns aspectos, a estratégia e tomada de acções conducentes à concretização dos objectivos de desenvolvimento preconizados no PMP 1985/88 para os sectores comercial, industrial e energético.

Trata-se assim de, mantendo as opções e os objectivos de desenvolvimento enunciados no PMP, adequar as medidas de política económica ao desafio da adesão com o seguinte fim: superação de possíveis efeitos negativos e criação das condições favoráveis para ultrapassar algumas das deficiências estruturais da nossa economia, aproveitando o impacto da adesão como o momento oportuno para desencadear no nosso sistema produtivo uma profunda modernização estrutural e tecnológica, aproveitando assim as potencialidades de progresso que a adesão à CEE representa.

Para o sector industrial regional é fundamental o estudo das implicações da adesão tendo em vista a formulação da política industrial, já que, o grosso da nossa indústria se situa em ramos industriais aos quais a Comunidade dedica especial atenção.

A integração no espaço comunitário europeu envolve alterações fundamentais de nível estratégico, quer quanto à nossa posição no contexto nacional e internacional, quer em alterações do quadro ambiental das empresas, quer ainda quanto às expectativas de acesso aos mercados internacionais ou finalmente no que respeita ao apoio financeiro da Europa ao desenvolvimento económico desta Região Autónoma.

Sendo a alteração, na positiva ou na negativa, dos comportamentos empresariais decisiva quanto ao bom êxito do desenvolvimento industrial, urge definir um conjunto de medidas e acções de política que definam o melhor enquadramento possível das acções do Governo para com a iniciativa privada.

De facto, se é indispensável que os empresários cumpram a sua missão, não é menos necessário que as condições e "ambiente" que os rodeia lhes seja o mais favorável possível. É perfeitamente evidente que não se pode pedir aos empresários que sejam dinâmicos e europeus quando ao mesmo tempo se mantêm bloqueios ao funcionamento do mercado e não lhes são dadas as condições necessárias a um normal funcionamento

e actividade.

Assim, para 1986 na política industrial a seguir dar-se-á especial relevância aos seguintes factores:

- Incremento e prossecução das acções e medidas de política económica que promovam a criação de novas empresas industriais apoiando e incentivando as intenções de investimento quer internas quer externas, contrariando assim eventuais tendências para a estagnação do investimento nos sectores produtivos regionais.

-Apoiar e acompanhar as empresas já instaladas, a encarar sem receios o processo de integração mantendo estreita vigilância ao desenrolar da actividade económica de modo a poder desencadear atempadamente mecanismos de correcção face ao aparecimento de sinais perturbadores ou ameaçadores da estabilidade e viabilidade técnica, económica e financeira das empresas regionais.

Esta linha de actuação será consubstanciada num vasto leque de acções constantes do plano agora apresentado a esta Câmara e das quais destaco as seguintes:

- Preparação de um "Manual do Investidor" que permita aos potenciais investidores orientarem-se na escolha das áreas de investimento bem como das acções e diligências processuais à sua concretização;

- Apoiar as indústrias existentes na implementação de novas tecnologias e sistemas modernos de organização tendo em vista a sua rendibilização interna e o aumento de competitividade face ao mercado externo;

- Dar seguimento à implementação dos parques industriais e da Zona Franca de Santa Maria através da ERPI;

- Incentivar o investimento de capitais externos na formação de empresas ou "joint-ventures" visando a criação de empregos e a aquisição de "Know-how";

- Promover a melhoria da qualidade dos produtos regionais e fomentar a criação de marcas;

- Reformulação da legislação de apoios financeiros ao sector desburocratizando e simplificando toda a tramitação processual;

- Prosseguir a realização de acções de formação dos gestores e quadros da indústria regional;

- Promover a realização de colóquios e seminários que permitam um adequado conhecimento das consequências para o sector decorrentes da adesão à CEE.

Para execução de grande parte destas medidas, foi criado, conforme se previa no Programa do Governo, o Gabinete de Promoção do Investimento (GPI).

Este Gabinete, que se entendeu fosse simples e eficiente na sua estrutura funcional, pretende ser o interlocutor privilegiado do investidor, qualquer que ele seja. A ele virão a competir os estudos conducentes à revisão dos apoios e incentivos que constituem este objectivo a atingir.

Assessorado por um conselho consultivo que integra 3 representantes das entidades privadas através da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e dos vários departamentos governamentais ficará o GPI em condições de poder melhorar a apreciação e acelerar o funcionamento dos apoios que venham a mostrar-se necessários e que sejam postos à disposição dos potenciais investidores.

Aliás, é intenção do Governo desburocratizar as relações entre os agentes económicos e público em geral e a Administração. De facto, a burocracia, e por vezes a exigência de circuitos e papéis, parece-nos poder e dever ser grandemente simplificada.

Tarefa extremamente difícil pois vai deparar com a resistência passiva dos rotineiros agentes da Administração. Há que encará-la com frontalidade e decisão para a reduzir ao absolutamente indispensável.

Inovação no sentido da simplificação, o que pode por vezes implicar uma maior responsabilidade dos empresários, é um dos nossos objectivos a nível de todos os apoios e bem assim dos requisitos para os vários campos de acção da Secretaria.

Devo também aqui referir que se iniciou no ano corrente a instalação da indústria de confecções, fruto do investimento estrangeiro de empresários de origem açoriana e residentes no estado de Massachussets, a que o Governo Regional prestou toda a assistência e apoio, nomeadamente na área da formação profissional.

Foram então criados cerca de 60 postos de trabalho, na sua maioria de mão-de-obra feminina e que, na empresa já instalada irão ser aumentados no próximo ano, substancialmente, como consequência da necessidade que a empresa sentiu de aumentar a sua produção, instalando uma segunda unidade de fabrico.

Também no próximo ano se instalará outra empresa de confecções, da mesma origem, que irá criar cerca de mais de 150 a 250 oportunidades de emprego.

Está também a ser criado no âmbito do Programa de Promoção do Investimento o lançamento em 1986 de "jovens empresários" em colaboração com a Secretaria Regional do Trabalho.

O pensamento que preside ao estudo deste programa visa, após uma cuidadosa e criteriosa escolha de um grupo de jovens de entre os que se pretendam a ele habilitar, dar-lhes uma formação intensiva e dotá-los dos meios e apoio logístico e técnico necessários à plena expressão da sua disponibilidade, dinamismo e criatividade e da vontade de contribuir para o desenvolvimento económico-social dos Açores e para o progresso

e bem estar da sua população.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Quanto ao sector comercial, este sofrerá igualmente um grande impacto com a adesão devido à forte componente comercial que o acordo de adesão comporta, com especial incidência na área do Comércio Externo.

A abolição a curto prazo das licenças de importação, a introdução dos instrumentos da política de concorrência, a modernização de procedimentos administrativos, e a aplicação da legislação comunitária ao nível do regime de trocas e preços, por exemplo, constituem algumas das implicações de integração europeia para o sector comercial.

O importante papel exercido pelo sector comercial ao nível das regras de funcionamento da economia, estabelecendo a ligação entre a oferta dos sectores produtivos a montante, e a respectiva procura final a jusante, faz com que, cada vez mais, a estratégia a desenvolver na área comercial se coadune e relacione o mais possível com a estratégia preconizada na área industrial.

Assim, muitas das acções a tomar neste sector visarão prolongar e tornar mais eficazes as medidas de política industrial.

Tendo em vista estes princípios e de acordo com os objectivos do Plano para 1986 destaco as seguintes medidas a tomar neste sector:

- Prosseguir o apoio às exportações e promoção externa dos produtos regionais, criando as condições para aumentar a comercialização de produtos regionais no exterior, em ordem à diminuição do défice comercial;

- Revisão da política de preços e margens de comercialização em vigor na Região;

- Reformulação dos diplomas de apoio financeiro ao investimento comercial tendo em vista uma maior simplificação e eficácia;

- Efectuar as acções de transformação interna decorrentes da adesão à CEE, em especial na área do comércio externo;

- Promover junto dos agentes económicos acções de formação e informação sobre as consequências advindas da integração no espaço comunitário;

- Planear e iniciar novas formas de cooperação com outras Secretarias Regionais que permitam um melhor aproveitamento dos recursos alimentares existentes, canalizando excedentes ou aproveitando especializações produtivas de modo a conseguir-se um melhor abastecimento em bens alimentares essenciais e que ao mesmo tempo ofereça preços mínimos de garantia aos produtores, substituindo assim a actual actuação dos PIM's (Postos de Intervenção de Mercado) por uma rede de armazéns.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Quanto ao sector energético as opções a tomar neste sector são indissociáveis da estratégia global de desenvolvimento programada, tanto para a área social como produtiva.

Constituindo a energia um factor estratégico do desenvolvimento regional e tornando-se necessário prosseguir uma política de investimentos a médio e longo prazo, implica que o Governo Regional venha nos próximos anos a manter o apoio ao investimento e investigação de que este sector carece.

No entanto também aqui se torna necessário aproveitar as vastíssimas potencialidades postas às nossa disposição pelos diversos fundos e investimentos financeiros existentes na Comunidade Económica Europeia e que vão desde subsídios a fundo perdido até empréstimos a longo prazo a taxas de juro reduzidas e abrangendo áreas que vão da investigação e das chamadas "fases de risco" até ao investimento em infraestruturas e equipamentos

Com este fim pensa-se poder apresentar no próximo ano um programa à Comunidade que, por um lado, tenha em conta a análise de todo o sector energético abrangendo, quer as diferentes formas de produção quer a sua distribuição, e que por outro defina as soluções que nos vão permitir encontrar a resolução para um dos mais graves problemas com que a Região se defronta.

Este tipo de acção que se enquadra nos denominados "Programas Nacionais de Interesse Comunitário" sai fora dos apoios e quotas normalmente atribuídas aos diferentes estados membros para ser assumido como um projecto da Comunidade e logo abrangido por fundos comunitários de natureza especial.

O planeamento e definição da política energética para os próximos anos será ainda objecto de atenção no "contrato-programa" a realizar entre a EDA e o Governo Regional e que se encontra em fase de negociação.

Paralelamente o aproveitamento dos recursos energéticos regionais prosseguirá de modo a reduzir o actual grau de dependência externa, estando neste momento em fase final de negociação o Contrato de Consórcio entre o Governo Regional e a General Electric relativamente à realização plena do programa geotérmico, como já tive oportunidade de referir anteriormente.

Além dos factores referidos as grandes linhas de política energética a desenvolver em 1986 visarão:

- Assegurar à EDA/EP, meios financeiros para exercer a sua actividade, tendo em conta uma política de preços adequada à situação regional;

- O apoio ao estudo e instalação de sistemas nas áreas das energias alternativas;

- A racionalização do consumo de energia na Região.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Numa Região em desenvolvimento, caracterizada pela insularidade e perifericidade, com uma economia aberta e dependente do exterior, quando as alterações da envolvente externa são marcantes, não raramente pouco previsíveis e de grande amplitude, a acção do Governo assume grande relevância nomeadamente no incentivo e apoio da iniciativa privada, na ultrapassagem de bloqueios e estrangulamentos, bem como no aproveitamento de recursos e potencialidades, sem falar já no enorme esforço dos investimentos na área das infraestruturas sócio-económicas.

Assim, o leque de instrumentos e medidas de política económica que vai ser colocado à disposição do Plano para o próximo ano, nas áreas tuteladas pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria, reflectem o esforço e empenhamento que o Governo Regional coloca no desenvolvimento da Região e no bem estar das suas populações, fim último, afinal, a que se propõe a nossa autonomia político-administrativa que tem progressivamente vindo a ser consolidada, como fruto do esforço colectivo em que nos temos vindo a empenhar, e que são fruto das históricas aspirações do povo açoriano.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Comércio e Indústria:

Apenas alguns pedidos de esclarecimento.

Pelo que me pude aperceber, o Governo mais uma vez reafirma a sua disposição de proceder à reformulação do sistema de incentivos vigente, e é um pouco nessa base que ele projecta o investimento no próximo ano, ou seja, é em função dessa reformulação que o Governo ganha nova esperança (ou que pretende que a iniciativa privada o ganhe) para corresponder ao volume de investimento que, no fundo, está projectado no Plano para 1986.

Para além da circunstância já previsível e conhecida de que esses incentivos assumiriam a forma predominante ( e não exclusiva) de subsídio directo, gostava que o Sr. Secretário do Comércio e Indústria fizesse o favor de procurar clarificar ainda um pouco mais essa reformulação, nomeadamente dando-nos conta da forma como esses subsídios integrarão cada um dos investimentos globais, ou, mais concretamente, se o Governo pretenderá subsidiar 50%, 60%, 70% ou 100% de cada um dos investimentos privados. Naturalmente que esta minha questão prende-se com outra que eu havia colocado numa intervenção que fiz ontem.

E, já de vez, e já que estamos nessa matéria, para avaliarmos mais uma vez da projecção no ano de 1986 desse programa, sabermos qual é o grau de execução até ao momento, ou o grau de execução previsível, do programa de "apoio à indústria" no ano que ainda decorre.

Igualmente gostava de perguntar ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria se não reconhece que, sem prejuízo da legislação especial existente que regula a atribuição de subsídios a diversas actividades económicas (e não só actividades económicas) se não se impõe - num quadro que se aproxima de necessidade de clarificação total dos apoios e dos incentivos - a criação de uma lei-quadro de subsídios e incentivos financeiros (fiscais ou outros) que discipline toda essa matéria e toda a relação entre o investidor e o apoio que o Estado - ou a Região neste caso - lhe deve.

Finalmente, gostava de perguntar ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria se não entenderá útil que, na corresponsabilização que os habitantes desta Região e os deputados desta Câmara devem ter face às atitudes de planeamento, se não seria útil talvez esclarecer até que nível se situa a margem de risco (e, se possível, contabilizá-la financeiramente) do projecto geotérmico, em função do contrato de consórcio que está a ser feito e que está a ser terminado, ou seja, conhecendo-se as bases por que se divide esse projecto e tendo em conta que ele poderá, a todo o momento, ser interrompido, até aonde é que a Região, ou até quanto a Região, poderá eventualmente perder do seu Orçamento nesse projecto se, como ninguém desejaria, esse projecto não obtiver os resultados necessários para o seu prosseguimento, por exemplo, ao fim da sua 3ª fase.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para prestar os esclarecimentos.

**Secretário Regional do Comércio e Indústria** (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César:

Vou ter que ser muito rápido, porque já ocupei demasiado tempo, mas procurarei responder rapidamente às suas perguntas.

No que respeita à revisão do sistema de incentivos financeiros, sistema, digamos, de subsídio directo, eu diria que, de facto, toda essa área está ainda em estudo e o Gabinete de Promoção ao Investimento, como afirmei há bocado, vai ter um papel muito importante a desempenhar nessa definição, bem como numa definição conjunta de todos os incentivos financeiros.

As percentagens a atribuir serão definidas, evidentemente, em legislação a propôr a esta Câmara, em função da utilidade, em função do grau até da própria participação no produto e nos efeitos reprodutores. É evidente que, em minha opinião, não deve ser fixo e determinado

mas, sim, em função dos seus resultados.

Quanto à execução de 85, poderei dizer que, no conjunto do programa de "apoio aos investimentos", se prevê que a execução ande, até ao fim do ano, à ordem dos 60% de todos os projectos, assim como também se prevê uma execução global da mesma ordem (65 a 70%) no programa de "apoio às unidades existentes".

Quanto ao programa geotérmico, os valores são da ordem dos 32,6 milhões de dólares. A fase de risco está na 1ª fase - a tal fase de reescalonamento que é o que é o ponto que está em dúvida - mas prevê-se que será da ordem dos 30 a 40% deste valor. A proposta que vinha e que está agora a ser discutida é que, nessa fase de risco, os valores seriam da ordem dos 50%. Com esse reescalonamento pretende-se que volte à posição inicial (dos 30 a 40%), competindo à Região 51% desse valor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário do Comércio e Indústria:

Eu também não me alongarei, atendendo a que percebo que, por razões regimentais, o Sr. Secretário também não me poderá responder por muito tempo, mas as suas respostas permitem-me concluir (e é a minha opinião)que com um grau de execução da ordem dos 60 a 65%, com um aumento mais ou menos nessa ordem da dotação para o investimento, eu não percebo por que razões é que foi aumentada essa dotação. Ou seja: se efectivamente ela não é gasta e se o seu aumento é manifesto, se a única base em que ela poderia ser aumentada era na expectativa da reformulação desses incentivos e se o Governo não pode, neste momento, esclarecer como serão esses incentivos, não percebo com que base é que o Governo pôde estabelecer essa nova dotação orçamental.

Em relação às suas afirmações quanto ao programa geotérmico, poderei concluir que estará possivelmente em causa a possibilidade de a Região perder 7 milhões de dólares no projecto geotérmico?!

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos, pedindo que efectivamente estejam nos seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos dentro de 30 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17,20 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Dou a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história do planeamento, no sector agrícola, da Trindade dos Governos Regionais (o Mota Amaral 1, o Mota Amaral 2 e o actual Mota Amaral 3)...

**Presidente do Governo Regional** (Mota Amaral): E espere pelo 4º!

(Risos da Câmara)

**O Orador:...** pode resumir-se numa tríade de características básicas e definidoras.

Primeira característica: Indefinição crónica e reformulação frequente e intempestiva de objectivos. Com a agravante de os novos substituirem os antigos, não porque estes tenham sido atingidos, mas pela vantagem táctica e circunstancial de variar a "ementa".

Esta característica, como é óbvio, tem a ver com a fase de formulação dos objectivos dos planos.

Segunda característica: Imprecisão de objectivos e de medidas de política.

Esta 2ª característica tem a ver com a quantificação dos objectivos e das medidas e com o seu escalonamento ou faseamento lógico e cronológico, em ordem à avaliação, tão precisa e rigorosa quanto possível, dos efeitos induzidos pelas medidas propostas para a consecução dos objectivos ou metas.

Terceira característica: Acções concretas sem relação directa com os objectivos ou as medidas de política.

A consequência desta última característica são os desvios permanentes e sistemáticos entre o que se planeia e o que se executa. Entre os rótulos do Plano e os conteúdos dos relatórios de execução.

Ao contrário do que se pensa, em matéria agrícola, não tivemos, até hoje nos Açores três Governos. Tivemos exactamente o dobro. Um Governo na Assembleia, outro na Secretaria. Um Governo para fazer planos, outro para levar a cabo uma prática política que nada tem a ver com o plano. Um que entra pela porta da Assembleia com um plano, outro que regressa pela janela com um relatório. A semelhança entre os dois coincide numa só coisa, na melhor das hipóteses, nas verbas despendidas.

Dito por outras palavras, com o Governo Regional, no sector agrícola, nunca se sabe **para onde** se caminha, nunca se sabe **por onde** se caminha, nunca se sabe **como** se caminha. O Governo Regional tem sido, até hoje, um mau teórico, entendendo por teórico aquele que propõe finalidades ou metas a atingir; tem sido um mau técnico, entendendo por técnico aquele que elabora instrumentos conceituais ou práticos, para a consecução dos objectivos; tem sido um mau executante, entendendo por executante aquele que se encarrega de desenvolver acções no sentido de concretizar, no tempo e na realidade social, aqueles objectivos através daqueles instrumentos ou medidas técnico-políticas.

Postas estas asserções, em jeito de tese a ser provada, passemos à sua necessária demonstração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É possível que alguns dos presentes se lembrem ainda de uma sigla de três letras que, em 1984, correu os Açores de lés a lés, deu parangonas e artigos dos jornais, deu tempo de Governo na Televisão em vésperas de eleições, movimentou políticos, técnicos e empresários. Enfim, provocou quase tanta efervescência como o Cometa Halley em séculos passados.

Era isto mesmo. Ou foi isto mesmo. Foi o P.I.R - Plano Industrial da Região.

Como não podia deixar de ser, a agro-pecuária, as agro-indústrias mereceram algumas páginas de análise e algumas fichas relativas a metas e a acções a empreender neste domínio. Vejamos só o que nele se preconizava quanto à indústria de lacticínios, tendo por base as metas de produção então consideradas previsíveis ou desejáveis.

A páginas 19, dizia-se o seguinte:

"Quanto à agro-pecuária (bovinicultura) prevê-se que se atinja praticamente a saturação das grandes áreas de pastagem". E acrescentava-se: "Contudo, espera-se atingir um acréscimo significativo na produção de leite e carne à custa das melhorias na genética animal e nas pastagens, conforme uma tendência que começa a verificar-se na Terceira e no Faial e, nitidamente, em S. Miguel".

Na página 49, era-se ainda mais preciso quanto ao crescimento previsível da produção leiteira, dizendo-se:

"Prevê-se a possibilidade da produção leiteira crescer mais de 40 milhões de litros anuais na próxima década, no conjunto das Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, dos quais cerca de 30% na primeira. A Ilha de S. Jorge tem também grandes possibilidades de um acréscimo na ordem dos 5 a 6 milhões de litros anuais".

Quanto às restantes ilhas, referia-se que o crescimento da produção leiteira poderia ser significativo, em termos percentuais, mas sem significado em volume real.

Na página 62, pormenorizavam-se, ainda mais, estas potencialidades de acréscimo da produção de leite, referenciando-se ilha por ilha, em milhões/ano. Assim, previa-se que ela passasse:

em Santa Maria de 0.8/1
em S. Miguel de 170/190
na Terceira de 80/90
na Graciosa de 0.4/0.5
em S. Jorge de 25/30
no Pico de 7/10
no Faial de 13/17
nas Flores de 4/5
no Corvo de 0.3/0.4

O total seria de 300 a 340 milhões de litros de leite/ano.

Convém não esquecer que estes números não são retirados de um estudo meramente técnico que discuta perspectivas ou potencialidades exclusivamente académicas ou de conteúdo puramente teórico. Trata-se do esboço de perspectivas inseridas no Plano Industrial da Região que pretendia fornecer dados eficazes para as estratégias empresariais em actividades tais como, alimentos compostos para animais, abate, transformação de carnes de bovino e curtumes.

É precisamente por esta razão que se apontam para metas mais imediatas quanto ao volume de leite a industrializar.

Prevê-se a industrialização imediata de 275 milhões de litros de leite/ano com as finalidades seguintes:

Consumo interno em natureza... 25 milhões
Produção de dietéticos... 45 milhões
Produção de queijos diversos e manteiga ... 175 milhões
Outras produções... 35 milhões

É também por esta finalidade prática do PIR que se recomenda a outros departamentos governamentais (à Agricultura e Pescas, provavelmente) para (cito) "programar a montante acções tendentes a:

- produzir a médio/longo prazo mais 25 a 30% de leite pela saturação das áreas de pastagem de S. Miguel e elevação do índice de produção de leite na Terceira e S. Jorge;

- melhorar a relação da produção de leite em S. Jorge, ou seja, pela alteração entre o mínimo e o máximo da produção mensal ao longo do ano;

É ainda por esta razão, que se preconizam linhas de acção muito concretas e precisas, como sejam, contrariar a exportação de gado vivo e de leite em pó, rever toda a problemática da produção industrial dos derivados do leite, transformando o máximo do leite em queijo, minimizando a produção do leite em pó, utilizando-o no fabrico local de queijo ou outros produtos.

Todos reconheceremos, sem dificuldade, que estas opções são muito mais claras, muito mais dignas de um plano do que a meia dúzia de linhas, com muita literatura e não menos vacuidade que o Plano/86 dedica ao tema na sua página 80, que passo a citar:

"Finalmente, no campo das agro-industriais, onde assume relevo a indústria de lacticínios e a actividade de abate e transformação sobretudo de bovinos, a adesão às Comunidades obriga a rever alguns dos objectivos tradicionais da indústria açoriana e a restabelecer adequados critérios de incentivos para novas soluções com consequente apetrechamento que, sem limitar a iniciativa privada, assegurem o progresso e o desenvolvimento do ponto de vista sectorial".

Temos de reconhecer que este naco de prosa

é o modelo perfeito do anti-plano. Nem informa, nem orienta, nem tem qualquer reflexo ou sequência ao nível dos programas do sector.

Bem sabemos que é mais uma "oração" para a CEE ouvir. Como muitas outras que neste Plano abundam. O que é muito duvidoso é que "Padres Nossos" como este nos levem ao céu da CEE. E já que mencionei a referência do Plano/86, à actividade de transformação de carnes, acrescente-se aquela que o PIR receitava. Assim dizia: "Falta de apoio adequado ao arranque desta indústria, mais importante em medidas de caráter legislativo e regulamentador (definição e prática da actividade) do que na área do financiamento". Sabemos que a opção do Plano/86 é pela área do financiamento.

Mas, voltando ao PIR, foi ele aqui chamado para tentar demonstrar a indefinição de objectivos e a sua reformulação intempestiva no sector agrícola.

Como acabamos de ver, o PIR aponta claramente para acréscimos da produção de leite na ordem dos 25 a 30%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É possível que alguns dos presente se recordem que, quase exactamente há um ano atrás, aprovámos nesta Assembleia - aprovou o PSD—um programa de Governo.

Neste, talvez pela sua proximidade temporal com o PIR, ainda se mantém a insistência no aumento da produção, propondo-se como objectivo (cito) "assegurar a obtenção de acréscimos significativos no valor acrescentado gerado pelos sistemas produtivos predominantemente orientados para os "mercados externos" com especial relevo para o leite e carne".

Escassos meses passados, porém esta perspectiva produtivista do PIR e do Programa do Governo, era radicalmente alterada. O Plano a Médio Prazo 85/88, iria claramente secundarizá-la ou mesmo negá-la. O aumento de produção passava a ser preconizado apenas para produções toriamente complementares: os suínos, os equídeos, a apicultura, etc. É verdade que ainda se fala em "incrementar os quantitativos de produção leiteira de acordo com as potencialidades de cada ilha" mas, quanto à produção global da Região, o objectivo passará a ser o de travá-la nos 3%. Ipsis verbis: "não ultrapassar a meta de crescimento de 3% da produção leiteira".

Se compararmos com os acréscimos de 25 a 30% previstos no PIR, não pode deixar de surpreender esta inversão radical de perspectivas. E é caso para perguntar em que medidas estão a ser afectadas, por estes propósitos de contenção artificial da produção leiteira, aquelas ilhas para as quais o PIR apontava urgência de especiais medidas de aumento da produção. De modo especial, os casos da Terceira e S. Jorge. A primeira delas com uma produção média de 2663 litros/hectare e uma relação de 0,97/hectares por vaca, e S. Jorge com uma produção de 968 litros/hectare e uma relação de 2,5 ha/vaca, contra os valores de, respectivamente, 4545 l/hectare e 0,87 ha/vaca em S. Miguel.

Tais medidas não se vislumbraram, nem no PMP, nem no Plano/85, nem no actual Plano/86.

O mais curioso é que, martelando-se insistentemente nos ganhos de produtividade para as diferentes culturas agrícolas e para a pecuária, tanto no PMP, como nos Planos 85 e 86, seria de esperar que, neste último, nas páginas dedicadas aos aspectos económicos e aos objectivos do sector agrícola, se referenciassem alguns dados pelo menos estimados, com os quais se conseguisse perspectivar algo neste aspecto. Pelo contrário, fala-se das culturas, por exemplo, da batata, do tremoço, da fava e do ananás, mas apenas para mencionar a área semeada e os quantitativos físicos de exportação. E quanto ao milho, diz-se, muito elucidativamente, que "a produtividade desta cultura, apesar de baixa comparativamente à dos países de agricultura moderna, consegue, no entanto, duplicar a do Continente". E mais uma vez a aplicação de um critério de referência que o Governo Regional muito preza: "desde que num determinado aspecto ou sector económico ou social alguém esteja pior do que nós, isto significa, para o Governo Regional, que estamos bem nos devemos dar por satisfeitos".

Menos satisfeito deve estar o Governo Regional com aquilo que as estatísticas, que imprimiu no Plano/86, revelam para as culturas industriais. O Governo Regional pretendeu aumentos de produtividade, considerando secundários os aumentos de produção. As culturas industriais conseguem, na generalidade, aumentos de produção, embora oscilantes de ano para ano, e quebras de produtividade progressivas e regulares. A confirmação está na página 26 do Plano/86.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que fica dito, poderá ter tido o defeito de ter sido longo e com um percurso lógico algo sinuoso por pretender apanhar pontas várias das meadas do PIR, do PMP e dos Planos 85 e 86, mas julgo suficientemente probatório das indefinições e inflexões de objectivos e de marcha no sector agrícola.

Mas existe uma outra técnica utilizada pelo Governo Regional para dar a impressão que atingiu objectivos que, na realidade, apenas esqueceu ou deixou cair. Porque se deixa de falar neles, dá-se a impressão falsa de terem sido atingidos.

Citemos um caso mais notório. Em 1980, aprova-se nesta Assembleia um programa de Governo que, entre outras coisas, no sector agrícola,

pretendia "Identificação das ilhas com aptidão destacada para a produção bovina de carne..." e "identificação das ilhas com propensão leiteira... (...)".

O programa do actual Governo considerou o assunto arrumado, não lhe fazendo qualquer referência de carácter genérico. O PMP 85/88, também. Igualmente os Planos 85 e 86.

Tudo isto servia para eleitor pensar e deputado concluir que o assunto tinha sido satisfatoriamente resolvido no período do PMP 81/84.

Falsa conclusão. O PIR, em 1984, continua repetidamente a queixar-se de "uma indefinição na prática (o calcanhar de Aquiles deste Governo é sempre a prática) quanto às estratégias de desenvolvimento pecuário (binário leite/carne .

Algum mal - intencionado até poderá pensar que esta queixa do PIR tenha sido soprada pelos gestores da Pró-Pico. Mas creio que não! Mais ainda. Aponta-se, no PIR, entre as acções a empreender, neste aspecto, a cargo do Governo:

"- definir o binário leite/carne: por ilhas, por raças, por exploração".

Mesmo correndo o risco de ser indiscreto, atrevo-me a perguntar:

- Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, já definiu, ou mandou alguém definir tudo isto?

Mas se, por acaso, se considerar que o PIR foi apenas um nado-morto que é de mau gosto estar a desenterrar, creio justificar-se a pergunta seguinte:

- Onde se encontram no PMP 85/88, ou nos Planos 85/86, ou na execução do Plano/85, as medidas que signifiquem a concretização das seguintes promessas do programa do actual Governo Regional:

- "Promover um desenvolvimento agrícola efectivo e sustentado das ilhas económica e socialmente mais desfavorecidas;

- Programa de padronização por ilhas, ou no âmbito de todo o arquipélago, dos equipamentos das explorações - construções, cercas, bebedouros, silos, máquinas agrícolas, etc, tendo em vista a racionalização dos meios de equipamento;

- Racionalização do sistema de recolha de leite na base de um acordo a levar a cabo entre as unidades industriais, as associações de agricultores e o Governo;

- E ainda, entre as infraestruturas agrícolas, a electrificação".

Algumas destas medidas, ainda tiveram lugar no PMP 85/88, outras nem isto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algo se me impõe acrescentar sobre a 3ª das características apontada no início desta intervenção - os desvios na execução. A este respeito, este Governo criou o mito da cabal execução dos programas. Há que começar a desmontá-lo.

No sector agrícola, os Planos 85 e 86, na linha do PMP 85/88, têm um único programa inovador. É o programa 29, de modernização das estruturas agrícolas. Inovação mais formal do que real, sublinhe-se, pois o seu conteúdo, embora com outra arrumação, já vem do anterior PMP. Os restantes 7 programas, incluindo o de desenvolvimento agro-pecuário da Ilha do Pico, já foram todos herdados do PMP 81/84 e são apenas programas de gestão corrente dos Serviços Agrícolas oficiais.

Dotá-los financeiramente, mantê-los em funcionamento, apoiar com eles a produção agrícola e protegê-la, são tarefas perfeitamente equivalentes à gestão dos serviços técnicos e administrativos de qualquer outro departamento governamental.

O programa 29, visa, nos seus propósitos expressos no PMP, a melhoria da organização da produção e o reforço do associativismo, o acesso dos jovens agricultores aos meios de produção e o adequado ordenamento agrário.

A sua dotação para 85 foi de 158.900 contos.

O relatório de execução do 1º quadrimestre do corrente ano, aí está, para nos mostrar o que se conseguiu fazer com ele - com ele programa e com eles 158 mil contos.

Sumariamente foi o seguinte: Do projecto de incentivos financeiros, dotado com 90 mil contos, despenderam-se 1.073 contos, para apoio à cultura da beterraba e do chá, e ainda (pasme-se!) para "a realização de trabalhos em caminhos de penetração na zona da Achada das Furnas com a colaboração da Junta de Freguesia da Maia". E é de pasmar porque o programa 30, dotado com 504 mil contos, dos quais se despendermos no quadrimestre cerca de 50 mil, é precisamente para a construção de caminhos de penetração.

Do projecto "Organização da Produção e Jovens Agricultores", despenderam-se 1.060 contos em associações de agricultores de 4 ilhas. A dotação do projecto é de 11 mil contos. Em estatísticas de produção gastaram-se 92 contos de uma dotação de 3.900 contos. Na investigação no sector agro-pecuário 827 contos gastos de um projecto dotado com 30 mil contos.

O único projecto que se afigura com uma execução aceitável para o período em questão é o de extensão rural. Pelo menos pelo número de acções desenvolvidas: 6 cursos de economia doméstica, 2 de contabilidade e acções várias de divulgação. Quanto à eficácia podemos avaliá-la pelo número de participantes: cerca de 150 alunos e cerca de 500 agricultores em todo o arquipélago. Despenderam-se cerca de 1.500 contos de um total de 14 mil.

Dos 10 mil contos para o projecto de ordenamento agrário, onde se previam estudos preliminares de emparcelamento e fixação dos índices

de aproveitamento, nada se dispendeu, pelos vistos, as "noites de LOA Cheia"...

(Risos do PS)

... foram apenas para o Parlamento e não chegaram à Secretaria da Agricultura e Pescas.

Julgo que estes factos e estes números falam por si. Não me parece que ninguém consiga pô-los a falar a favor da capacidade de execução da Secretaria da Agricultura e Pescas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foi quase uma tradição deste Parlamento, cultivada pelos deputados da maioria, fazer-se uma análise de cada um dos programas de um sector ou da aplicação de programas de vários sectores a uma determinada ilha. Esta tradição tem vindo progressivamente a cair em desuso entre os deputados da maioria. Compreensivelmente. Raros conseguiam sair-se, já não digo convincentemente, mas ao menos airosamente, do dilema de conciliar a sua atitude de concordância com os programas com a insatisfação pessoal ou com a insatisfação pressentida no seu círculo em relação ao mesmo programa.

É na linha desta tradição, embora sem pretender retomar nem me sentir angustiado por qualquer dilema, que me proponho fazer algumas observações, nuns casos, e levantar algumas questões noutros, em relação aos programas do Plano/86, no sector agrícola.

O Programa 29, diz respeito à "modernização das estruturas agrícolas".

Em 85 foi dotado com 158 mil contos e em 86 com mais 20 mil contos. Todos os projectos têm aumentos que absorvem esses 20 mil contos, mas nota-se que há dois que não recebem nenhum aumento: o projecto das "Estatísticas de Produção" e a "Investigação no sector Agro-Pecuário". É apenas uma anotação, que ganha algum significado ao reconhecermos as limitações escandalosas das estatísticas regionais. Idem, idem aspas para a investigação no sector.

Em relação ao projecto 29.1 - Organização de produtores e jovens agricultores - em 85 previam-se 11 mil contos para dois tipos de acções:

- Legislativa - definição de critérios para a concessão de auxílios financeiros às organizações de produtores - já vimos que foram concedidos alguns auxílios, mas nada sabemos sobre os critérios. Pergunta-se: Foram definidos?

- Formação de dirigentes de cooperativas e de jovens agricultores. Que acções foram feitas?

Para 1986, mantêm-se os tipos de acção legislativa e de formação, mas substitui-se a formação de dirigentes de cooperativas pela formação de dirigentes de organizações de produtores. Porquê? Será mesmo um desperdício manter as duas modalidades de formação em dois anos seguidos?

Fala-se ainda na regulamentação de apoios a conceder aos jovens agricultores. Significa isto que o Governo não pensa fazer passar por esta Assembleia legislação sobre os jovens agricultores? Se nos lembrarmos, a aprovação feita na LOA permite uma coisa ou outra. Eu pergunto: O que é que o Governo pensa fazer a esse respeito?

Diz-se ainda "na continuação do que vem sendo feito, incentivar a constituição de organizações de produtores". Quanto se gastou dos 11 mil contos de 85, nesses incentivos, e com que organizações?

Em relação ao projecto seguinte - "Ordenamento Agrário" - em 85 estiveram previstos 10 mil contos, para elaboração dos índices de aproveitamento e emparcelamento. Gastou-se alguma desta verba? Em quê?

- Pode-se ou não saber já alguma coisa sobre o que serão os famigerados e ultra-secretos índices de aproveitamento?

Fala-se em ordenamento agrário, mas não se refere a peça fundamental deste ordenamento, que é o ordenamento territorial. Ou seja: o diagnóstico e o levantamento das potencialidades de cada ilha e lugar.

Em relação às "Estatísticas de Produção", pode-se ainda perguntar:

- Porque é que elas continuam no Plano?

- Quando se possuirão estatísticas actualizadas sobre as estruturas das explorações agrícolas dos Açores?

- Quais são os diversos inquéritos estatísticos a fazer dentro das normas da CEE?

Em relação aos "Incentivos financeiros" gostaria de perguntar o seguinte:

- Que percentagem de Produto Agrícola Regional representam, ou passarão a representar, ou até aonde pretendem ir as ajudas regionais à agricultura? Em Portugal Continental sabemos que representavam, em 82, 7,7% do Produto Agrícola Bruto; na Espanha 3,3%. Nos Açores, quanto é que virão a representar?

- Que articulação há entre a ordenação agrária e os subsídios à motomecanização, às salas de ordenha, etc.? Estão as duas coisas articuladas ou não?

Em relação à "Investigação", em 85 deveriam ter-se despendido 30 mil contos em 3 acções - Cartografia dos solos, maneio de explorações leiteiras e estudos de investigação de encabeçamento, conservação de forragens e outros.

- Qual a proporção do dispêndio em cada uma destas acções? Que proporção se prevê para 86?

O projecto 29.6 sobre "Extensão", é um projecto verdadeiramente milagreiro. É um verdadeiro "Abre-te Sésamo". Eu tinha aqui indicação para ler a página 105 do Anexo - não a leio porque

não a trouxe comigo. No entanto, pergunto:

- Que relação têm estas acções com a racionalização dos circuitos de comercialização?

- Em 85, quanto dos 14 mil contos então previstos foram gastos em visitas guiadas?

Em relação ao programa 30 sobre "Infraestruturas", há algumas questões que me parecem pertinentes. A primeira pergunta é a seguinte:

- Porque é que desapareceu a electrificação que estava prevista, no programa das infraestruturas, no PMP 85/88?

Ainda também na sua relação com o ordenamento agrário e com o emparcelamento, os programas de "caminhos para exploração", feitos desligadamente deste ordenamento agrário, como parece que estão a ser feitos, tendem a consolidar uma determinada estrutura fundiária. Pergunto:

- Que participação é que têm a produção organizada e as autarquias na elaboração destes projectos?

Para 85, em relação a este mesmo Projecto 30.1, com 400 mil contos previa-se:

- Rompimento de 61 Kms de caminhos
- Macadamização de 62 kms de caminhos
- Revestimento betuminoso de 14 Kms de caminhos
- Conservação e reparação de 94 Kms de caminhos

Para 86, apenas com mais 4 mil contos, prevê-se:

- Rompimento de 71 Kms de caminhos - mais 10 Kms do que em 85
- Macadamização de 71 Kms de caminhos - mais 9 Kms do que em 85
- Revestimento betuminoso de 25 Kms de caminhos - mais 11Kms do que em 85
- Conservação e reparação de 120 Kms de caminhos - mais 26 Kms do que em 85.

Não parece muita fartura para tão pouca diferença? Ou excessiva diferença nos efeitos para tão pequena diferença nas causas?

Na rede viária florestal, vai suceder precisamente o contrário:

Os mesmos 60 mil contos de 85, em 86 vão render:

menos 3,3 Kms de rompimento de caminhos

menos 0,5 Kms de macadamização de caminhos

menos 1,5 kms de revestimento betuminoso de caminhos

menos 11,5 Kms na reparação e conservação de caminhos.

Deverá concluir-se que se vai adquirir muito mais material de transporte, muito mais máquinas e muito mais equipamento para os serviços oficiais? Será isso mesmo?

Em relação ao projecto 30.3, relativo ao "Abastecimento de água", há que repetir a mesma pergunta, feita em relação aos caminhos de penetração, quer quanto à participação da produção organizada e das autarquias nos critérios, quer à sua ligação com o ordenamento agrário. E a esse respeito espera-se que o artigo da LOA que prevê o levantamento dos recursos hídricos para a agricultura, ajude a Secretaria da Agricultura e Pescas a rever este programa de forma a que não repita o que quase sistematicamente vem acontecendo com os tanques bebedouros que é: ou serem de dimensões insuficientes, ou então estarem quase todo o ano sem água. Mas, com os mesmos 20 mil contos de 85, vamos ter menos tanques bebedouros (menos 130 m3), os mesmos 3.000m de canalizações, mas que vão permitir a captação de água em 5 nascentes em vez das 3 de 85.

Pergunto: - Quais foram as 3 de 85?

- Quais serão as 5 de 86?

Em relação ao Projecto 30.4 eu não ouvi, mas alguém deve ter pedido "bis". E deve ter pedido porque, para além da conservação, reparação de edifícios e mais garagens e armazéns, promete-se:

- pela 2ª vez a reconstrução dos serviços florestais na Terceira;

- pela 2ª vez a construção dos serviços veterinários do Pico.

Promete-se ainda a continuação da construção dos serviços na Graciosa, cuja conclusão já tinha sido prometida em 85.

Em relação ao Programa 31 - "Desenvolvimento da Agro-Pecuária da Ilha do Pico" - não posso deixar de sublinhar a riqueza informativa que, dado o modo como está redigido este programa, proporciona aos Deputados. Justifico:

No Plano 85, sabíamos que 90 mil contos seriam aplicados na recuperação de 250 ha de incultos, em 400 ha de pastagem e em 10 km de caminhos de penetração.

No Plano 86, ficamos a saber que 90 mil contos serão aplicados na recuperação de 250ha de incultos, em 400ha de pastagem e em 10 km de caminhos de penetração - não repito 87 e 88 porque ainda não conheço.

Ou seja, em 85, o programa 31, nada disse. Em 86, disse nada. Sr. Secretário, afinal o que há a dizer sobre o programa agro-pecuário do Pico em relação a 85 e em relação a 86? O que nos diz o relatório quadrimestral de execução de 85 é que se despenderam cerca de 17 mil contos com 2 viaturas, 2 edifícios e com material de topografia.

Em relação aos Programas 32 a 35, apenas desejo apontar algumas diferenças ou sublinhar algumas repetições de 85 para 86.

- No Projecto 32.1, fala-se em "libertar áreas ocupadas com pastagens e com aptidão para outras culturas". O que é que aconteceu em 85 que tenha permitido avançar para este objectivo em 86? Ele não constava do Plano 85.

No projecto 32.3 deixou de falar-se em "Aumentar a área coberta, destinada à produção fora da época normal". Porquê?

- No Projecto 33.1, em 85 falava-se em "elaboração de legislação adequada às importações e exportações". Em 86, volta a falar-se. Não chegou a ser elaborada em 85?

- As estações de quarentena em S. Miguel e Terceira, falava-se nelas e previa-se a sua instalação em 85. Voltam a ser referidas em 86. Estão ou não instaladas?

- Desejava também saber alguma coisa sobre a evolução das campanhas contra a brucelose, a tuberculose e mamites, nomeadamente a campanha contra a brucelose que parece ter caído em total descrédito entre os lavradores.

Os Projectos 36.3 e 36.4, em 85 quantificavam as acções a desenvolver. No Plano 86, suprimiu-se esta informação. Porquê? Não é um retrocesso? Mormente, se considerarmos que o primeiro, o do melhoramento silvo-pastoril, respeita ao aproveitamento de zonas de sector público.

Em relação ao Programa 32, no seu conjunto, para a "Produção Agrícola", a política de auto-suficiência alimentar parece ser contrariada por este programa: As culturas tradicionais, por exemplo, não parecem ter nenhum lugar nesta política. Dir-se-ia até que há muita experimentação e pouco fomento. O mesmo se podia repetir para os Projectos 32.2 e 32.3. A preocupação dominante é o ensaio e a demonstração e não o fomento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecei esta intervenção com as críticas. Nem de boa, nem de má vontade. Apenas críticas. Quem diz a alguém que tem na sua posse uma nota falsa e que, portanto, não a deve utilizar, não fica, por isso, obrigado a compensá-lo com uma nota verdadeira de valor equivalente.

Acabei com algumas perguntas. Que também foram apenas isto. Nem de boa, nem de má vontade.

Para umas e outras, a boa vontade que eu próprio lhes possa abribuir, não as valorizará. A má vontade que outros me atribuam, também não as desvalorizará.

Disse.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

**Deputado Mário Maciel** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do Plano do Governo Regional dos Açores para 1986 inclui no programa 21 (designado Urbanismo e Ambiente) um projecto respeitante ao ambiente, precisamente o 21.2. A existência de um projecto desse tipo, só por si, é louvável.

No entanto, e com acções práticas de política ambiental, urge provar que o progresso social e económico que manifestamente se está a imprimir à Região naturalmente bela dos Açores, não é incompatível com a preservação dos seus ecossistemas e inerentes componentesbióticos.

O progresso, por muito que isso custe a alguns sectores empresariais não significa só cimento, máquinas e asfalto. Significa isso, mas também, com igual importância, um cuidado esmerado para com a natureza.

O pensamento ecológico tem de ser, nalguns casos, compatibilizado com o pensamento político e económico. Caso contrário, o nosso meio ambiente natural que ainda possui índices qualitativos invejáveis no Mundo inteiro, corre o risco de ser sacrificado aos Deuses da Economia no altar dourado do lucro fácil.

Como biólogo e cidadão comum,ficaria pesaroso se constatasse que o progresso dos Açores, que é uma obra permanente e necessária, tivesse sido feito à custa do depauperamento desta ainda rica natureza no seio da qual nascemos.

Mas como se pode defender a natureza?

Através da implementação das seguintes medidas que consideramos fundamentais:

1- Protegendo sem contemplações áreas naturais cuja preservação é um imperativo e que não sejam necessariamente reservas;

2- Repondo o equilíbrio ecológico em áreas que, por qualquer razão, foram molestadas e, depois, quantas vezes esquecidas;

3- Aplicando dentro das cidades açorianas e demais aglomerados populacionais importantes uma política de criação de espaços verdes, sabida que é a sua importância para a purificação do ar atmosférico poluído, e por razões científicas que me escuso de citar;

4- Criando parques de campismo para disciplinar o uso da natureza,evitando assim (permitam-me o termo) o "emporcamento" de algumas zonas naturais, quando não a sua própria destruição parcial;

5- Incluindo no curriculo académico da Universidade dos Açores uma cadeira de frequência obrigatória de Ecologia Insular virada para o estudo da especialidade ecológica do nosso arquipélago e de outros e que é manifestamente diferente da Ecologia de um Continente. A Universidade dos Açores sem jamais perder o seu rigor e universalidade deve aperfeiçoar a sua preocupação no plano científico, que já existe, em relação à situação ambiental dos Açores por forma a surgirem reflexões autorizadas nessa matéria.

6- Divulgando, designadamente através de processos de comunicação social, acções de sensibilização da opinião pública para assuntos ambientais e em moldes simples e pedagógicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Investir na qualidade do meio-ambiente é

garantir uma vivência mais salutar ao indivíduo entendido como organismo.

Não tenhamos qualquer pejo em investir nessa área até porque ainda estamos a tempo de tomarmos medidas meramente preventivas antes de sermos obrigados a tomarmos medidas de emergência.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado Decq Mota** (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Tive oportunidade de,nesta Assembleia, recentemente, afirmar que em geral se reconhece à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais um grau de eficácia que será um tanto notório, especialmente quando a eficácia de muitos serviços públicos deixa muito a desejar.

Se é justo registar essa eficácia na condução de serviços é necessário, também, reflectir sbre o conteúdo das políticas que são realizadas.

Em termos muito breves, não queria deixar de dizer ser nossa convicção que, essencialmente por razões de orientação política, vem-se assistindo a uma progressiva desumanização na política de saúde.

É dito que as medidas de política a executar, no âmbito do Plano, no sector da saúde, terão de se referenciar pelo princípio, segundo o qual "todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover".

Efectivamente, nos termos constitucionais, todos têm direito à protecção da saúde e compete ao Estado criar as condições necessárias para que esse direito se efective.

Após o 25 de Abril, muito foi feito, em todo o País nesse sentido, ao ponto de se poder dizer, com segurança, que ninguém aceitaria como possível hoje qualquer situação, em termos de serviço de saúde, como a que existia anteriormente. Pode dizer-se mesmo, que nenhum governante, fosse quem fosse, se atreveria a repor esquemas como aqueles que existiam em muitos pontos do País e, em especial, nesta Região.

Efectivamente avançou-se, como não podia deixar de ser, na cobertura médica, na diversificação dos cuidados a prestar, na melhoria das condições de diagnóstico, na definição e na prática das evacuações quando necessárias e em vários outros aspectos.

Avançou-se também, como não podia deixar de ser, na construção de hospitais e centros de saúde, no equipamento das unidades existentes, na política de fixação e formação de pessoal de saúde,etc... Mas é preciso não esquecer haver ainda muitos passos que têm de ser dados.

Ter-se-á avançado, de forma mais decidida e mais autónoma nos últimos 4 ou 5 anos. Conseguiram-se com todas essas medidas, resultados concretos no combate à doença. Tal era inevitável, pois no tempo do fascismo as carências eram tão grandes que se pode falar mesmo de **situações de ruptura.**

No que toca à **prevenção da doença** os avanços são, na nossa opinião, muito mais lentos, as carências são ainda gritantes e pensamos mesmo, que a maior parte dos serviços, mesmo quando tem essa competência legalmente definida, não avançam decididamente no sentido da **medicina preventiva.** Razões ligadas à organização e à filosofia dos próprios serviços estão na base desta limitação.

Mas para além e apesar de tudo isto, há ideia, repito, que já é hoje muito geral, de haver uma desumanização acentuada e crescente nos serviços de saúde, enquanto unidades promotoras de um direito essencial.

Neste aspecto tem que se referir antes de mais a questão das taxas moderadoras, apresentadas originàriamente como taxas que se destinavam a **moderar** a procura, e especialmente nos casos em que essa procura não era necessária, tiveram como efeito, e todos o sabiam, de introduzir um **preço para o utente** em serviços que são **um direito** desses utentes.

Muitas vezes é dito que o valor dessas taxas está muito aquém do custo real dos serviços prestados. Não custa a crer que assim seja, mas a isso há que dizer duas coisas:

A primeira é que se essas taxas se situam **aquém** do custo dos serviços, situam-se cada vez mais **além** das possibilidades de largas faixas da população que não estão isentas delas;

A segunda é que o próprio conceito de **moderação por via económica** na utilização dos serviços de saúde é incompatível com o direito constitucional que assiste aos cidadãos de dispôrem do serviço de saúde.

A necessária moderação na utilização desses serviços tem que ser conseguida pela educação e pelo esclarecimento e não pela imposição de taxas que acabam por ter um papel selectivo, não em função da doença, mas sim em função da bolsa - e isso é inaceitável.

Por outro lado o custo dos medicamentos, mesmo só na parte que compete aos utentes, é verdadeiramente escandaloso, na maior parte dos casos. E de pouco serve aumentar a percentagem de participação dos serviços nos medicamentos se paralelamente se aumentam os preços totais de forma enorme, como recentemente sucedeu.

Hoje, recorrer aos serviços de saúde não é barato.

Hoje comprar remédios é outra vez extremamente oneroso e quase impossível para alguns.

Por tudo isto pensamos que a par de todas as medidas previstas é urgente repensar certas

linhas de orientação que levem a um fácil acesso dos utentes aos serviços de saúde, como é direito de todos os cidadãos.

Pensamos, por outro lado, ser necessário um muito maior empenho, utilizando os grandes meios de comunicação social e outras formas de difusão e discussão de ideias, no sentido de esclarecer todo o público sobre questões básicas mas que têm uma ligação estreita com o nível sanitário, com o aumento da probabilidade de prevenção da doença e com a racionalização do uso dos meios curativos existentes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Tivemos ocasião, ontem, de ouvir alguns comentários do Sr. Secretário Regional sobre situações de pobreza e mesmo sobre um caso de pobreza extrema, recentemente muito bem trazido à opinião pública pela RTP-Açores.

Gostaria de dizer, antes de mais, que parte da filosofia dispendida pelo Sr. Secretário sobre o assunto não é por nós aceitável.

O facto de um Orgão de Comunicação Social ter ventilado uma situação como aquela do Nordeste teve o duplo condão de forçar a adopção de medidas indispensáveis, e de, principalmente, obrigar todos os responsáveis e todos os cidadãos a uma reflexão sobre o assunto.

O Sr. Secretário trouxe a esta Assembleia o resultado das suas reflexões, e, na nossa opinião, inventou substancialmente as questões transformando em essencial aquilo que o não é, e deixando o essencial diluído num vago e pouco preciso conceito de co-responsabilização colectiva.

O essencial, na análise das grandes discrepâncias e diferenças sociais existentes, é forçosamente, a consideração da realidade económica, social, política e cultural da sociedade onde essas discrepâncias e diferenças existem e se desenvolvem.

E não restam dúvidas, que como resultado de uma política que não tem como objectivo a erradicação das injustiças, essas injustiças sempre presentes tendem novamente a assumir expressões mais evidentes, frequentes e extremas.

Pôr de lado esta questão como fez o Sr. Secretário e sublinhar de tal modo a responsabilidade individual, ao ponto de usar expressões como a "comodidade da "pobreza" e outras ideias do género é, pelo menos, leviano e de mau gosto.

A pobreza, a indigência e a miséria voltam a ter hoje expressões notórias nesta Região e muito especialmente na ilha de S. Miguel. Tal não se deve essencialmente nem ao não funcionamento dos Serviços Sociais, nem a qualquer desejo mórbido de alguém em viver em condições infra-humanas, deve-se sim, no essencial e antes de mais, a uma política globalmente errada e que não tem como centro das suas preocupações a resolução concreta dos problemas concretos dos cidadãos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecei esta intervenção por reconhecer certa eficácia à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Levantei em seguida a questão de uma certa desumanização na política de saúde.

Gostaria de concluir dizendo que, com o enquadramento teórico, em termos de concepções sociais que o Sr. Secretário nos mostrou, não se pode esperar que a referida capacidade de trabalhar com eficácia produza ela própria uma política social progressiva, justa e humana.

As técnicas são necessárias, os conhecimentos de gestão dos meios e de organização são indispensáveis; a racionalização dos recursos financeiros, humanos e técnicos é imprescindível - mas tudo isto tem que ser colocado ao serviço de uma preocupação essencial - a melhoria das condições de vida dos cidadãos a começar pela resolução das injustiças mais gritantes.

**A eficácia que se reconhece está envolvida por e ao serviço de um conservadorismo que não serve as necessidades dos dias de hoje.**

Por último, gostaria de referir uma importante afirmação que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais aqui proferiu e que diz respeito à emigração:

Referiu-se o Sr. Secretário ao "Direito inalienável e inatacável de emigrar". Gostaria de afirmar que se esse direito é legítimo não pode deixar de se considerar como uma obrigação criarem-se condições, o que ainda não acontece, para ser exercido em plenitude e por todos os que o desejem "o direito inalienável e inaceitável de todos os cidadãos viverem na sua terra".

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais pede a palavra para?...

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (Costa Neves): Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Decq Mota:

Só um esclarecimento de teor muito geral e para confirmar o meu posicionamento em relação a estas questões.

Eu respeito a posição do Sr. Deputado, sei que ele respeita a minha e tem dado amplas provas disso. Gostaria de dizer que, assim como ele considera o meu posicionamento perante estas questões, um posicionamento pouco humano e não tendente a resolver estas questões, eu considero também o posicionamento político do partido

a que o Sr. Deputado pertence como o paradigma máximo da desumanização e da não consideração do ser humano como ser humano.

É aí que nós estamos efectivamente separados: no fundamento da nossa acção. Daí que não seja de estranhar que partamos de campos mais ou menos opostos, que possamos conciliar e concordar na resolução de algumas medidas concretas, mas que, em termos de fundamento e daquilo que nos move, elas sejam sempre, e serão sempre, diferentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado Decq Mota** (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Eu não vou nem quero entrar em nenhuma discussão do tipo ideológico. Queria só afirmar, também para esclarecer a minha posição geral sobre esta questão como o Sr. Secretário o fez, o seguinte:

Uma das realidades maiores deste século é a inversão de valores, em termos ideológicos, que é feita.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

**Deputado Álvaro Monjardino** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Inscrevi-me inicialmente para participar neste debate com duas intervenções distintas - uma relativa à Proposta do Plano, outra relativa à Proposta do Orçamento agora em discussão.

As regras regimentais permitem juntar numa só as duas intervenções, embora em partes distintas.

Referirei apenas alguns aspectos pontuais.

Uns e outros, contudo, acabam por ter que ver com questões gerais de fundo: seja com o estilo e a eficácia da Administração, seja com a condução da política regional no que toca a direitos de natureza financeira, e à anunciada reforma fiscal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na Proposta do Plano, o Programa 58 (Portos comerciais e protecção da orla marítima) mostra-se dotado, para 1986, com 1.560.000 contos.

Este programa desdobra-se em 11 projectos, de que o maior é o 58.3, denominado "Porto da Praia da Vitória", com uma dotação de 800.000 contos.

No Anexo ao Plano, este projecto aparece descrito, para 1986, de maneira que carece esclarecimentos.

Ali se diz que é pretendido a "construção de um molhe de abrigo com 1.280m de comprimento, cais acostável de 500m, com cotas aproximadas de - 10m e - 12m, acessos e actividades anexas".

Porém, como "acção a desenvolver" indica-se, apenas, a "continuação do lançamento do enrocamento".

É esta acção que parece não corresponder à pretensão acima referida.

Na verdade, o que está em curso, e ficará concluído em 1986, é a empreitada de construção do molhe Sul do porto da Praia da Vitória.

Trata-se, como é sabido, **daquele molhe de abrigo com 1.280m de extensão.**

Se assim é, como entendemos a acção a desenvolver consistirá **em mais do que a continuação do lançamento do enrocamento. Será - pelo menos - a conclusão do enrocamento, e de toda a empreitada de construção do molhe Sul.**

Contudo, como também se tem assinalado, o molhe Sul da Praia da Vitória vai criar uma área quase totalmente abrigada, **mas não será o porto** porquanto - sendo um simples molhe de protecção, galgável pelo mar - não comporta cais acostável, nem quaisquer outras obras, terrestres ou marítimas.

Este cais implica, evidentemente, um **projecto autónomo**, assente na definição de prioridades quanto às áreas e actividades a desenvolver no novo porto.

Julgamos que tal projecto não está ainda elaborado; o que cria o risco de, **concluído o molhe, se entrar numa fase de solução de continuidade**, com uma obra **terminada**, outra **por iniciar**, e a entrada em uso do porto **dilatada no tempo.**

Parece-nos, e tem sido apontado reiteradamente, até em reuniões públicas, que o encadeamento de medidas atinentes à efectiva construção do novo porto precisa de ser urgente e claramente definido e articulado, de maneira a possuirmos um **cronograma de acções** que ali se desenvolverão sem interrupção, sob pena de custos adicionais, desmobilização de estaleiros e retardamento no potencial retorno dos capitais investidos.

É, em suma, uma exigência de boa administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um porto como o da Praia da Vitória, que se diz vocacionado para navegação comercial e pesca internacional, precisa de ser conhecido, em tempo útil, pelo mercado utilizador, em paralelo com o seu programa de acções, de maneira a saber-se **quando entrará em uso, e em que medida.**

Não temos conhecimento de medidas tomadas pelo Governo Regional - dono da obra e administrador do porto - em ordem a que este conhecimento seja sistematicamente difundido por potenciais interessados.

Não há razão, nem política nem administrativa, para este aparente acanhamento.

Em nosso entender, **aquelas definições, esta promoção,** bem como **a construção das obras interiores do porto** não podem deixar de iniciar-se em 1986, e muito antes do termo desse ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Porto da Praia da Vitória constitui uma das obras de infraestrutura mais importantes e de maior alcance a que a Região se abalançou, e cujo interesse incontroversamente e sem subterfúgios, diz respeito a toda ela.

O especial condicionalismo geo-estratégico dos Açores suscita, porém, uma recomendação complementar relativamente a este porto. Trata-se da consideração do seu uso para fins militares.

Tenho vindo a defender há vários anos que o aproveitamento da Região para fins estratégico-militares internacionais é inevitável, o que desde logo legitima contrapartidas a utilizar no financiamento do seu progresso. Isto já se conseguiu em boa parte, e tem levado à arrecadação de verbas muito expressivas, com iniludível peso no orçamento regional.

O Porto da Praia da Vitória já existia **antes** do projecto a que nos vimos a referir. O seu molhe Norte, com cais próprio, está feito há cerca de 30 anos, e foi construído com meios pecuniários estrangeiros, para apoio à base aérea que lhe fica ao lado.

Os trabalhos ora em curso contam, aliás com a existência deste molhe, por sinal carente de uma ampliação defensiva.

Mas esta realidade supõe previsíveis desenvolvimentos que poderão levar a outro tipo de uso, ainda militar, mas transcendendo já o simples suporte portuário da base área.

Esses desenvolvimentos implicarão, eventualmente, a utilização da parte nova do porto. Mas podem ainda requerer muito mais.

Um programa de acções para a utilização integral do porto da Praia da Vitória tem de tomar em conta essas **necessidades adicionais.** As respectivas obras terão, com certeza, **outras fontes de financiamento** que não as regionais, as nacionais ou as europeias. Mas nem por isso **podem deixar de ser consideradas** no planeamento da expansão, e no simples ordenamento interno do porto.

É legítimo perguntar-se - e faço-o sem qualquer remoque pessoal ao meu velho amigo Tomaz Duarte - se a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo pode, com as suas estruturas actuais, dar conta deste recado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta imbricação do desenvolvimento regional na conjuntura internacional é um dos elementos mais característicos e iniludíveis da História e da vida dos Açores.

Não vamos repisar no assunto, por demais falado e repetido.

Anotaremos, contudo, que esta realidade exige de nós muito mais do que o registo triunfalista das frases de algum embaixador, ou de algum presidente.

Exige uma consideração prática que também não se pode ficar pela negociação de contrapartidas para usos há muito existentes, nem pela satisfeita contabilização das mesmas.

Exige contactos para conhecimento do futuro próximo e a médio prazo, e uma adequação do nosso planeamento a esse futuro, cujo motor se situa bem fora desta Região.

É isto que faz única a especificidade política regional. Por isso muitos a não entendem. E outros com ela até se sentem incomodados.

Mas a medalha tem uma face exigente: a do planeamento e da execução atempada e responsável, atendendo a factores que nos transcendem, mas que não temos o direito, ou sequer a faculdade, de ignorar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa breve segunda parte, dedicada à proposta de Orçamento para 1986, irei restringir as minhas observações a alguns pontos relativos às receitas regionais e aos propósitos de reforma fiscal.

Pela primeira vez aparece neste Orçamento uma previsão de financiamento comunitário do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (Feder). 2.162.000 contos contribuirão, parcialmente, para as obras do Porto da Praia da Vitória (880.000 contos) e de Santa Maria (498.000 contos) bem como do aeroporto de Ponta Delgada (784.000 contos).

Este facto tem um profundo significado que cumpre assinalar.

Significa que projectos regionais foram aceites e julgados válidos, **em determinada medida,** a nível europeu; e, nessa medida, **parcialmente comparticipados.**

O conhecimento, por esta Assembleia Regional - e, afinal, por toda a nossa comunidade - de **tal medida,** apresenta o maior interesse para uma **avaliação, em termos de credibilidade externa,** dos projectos em curso. Tal conhecimento representará um importante **factor de objectividade** que nem sempre tem existido em opções feitas pelos nossos órgãos de Governo próprio.

As receitas provenientes da contrapartida de acordos internacionais directamente respeitantes à Região (7.430.000 contos) aparecem este ano numa percentagem inferior à que já atingiram no total do Orçamento: passam a 22% do total das receitas o qual, no seu conjunto,

cresce mais.

Assinala-se a informação dada no relatório da proposta orçamental no sentido de a ajuda financeira dos Estados Unidos a Portugal (US$ 218 milhões) se traduzir em apenas US$ 40 milhões para o desenvolvimento da Região.

Este é um velho problema, que não creio dever considerar-se encerrado. O Congresso dos Estados Unidos vota anualmente ajudas financeiras a Portugal, as quais incluem substancialmente auxílio militar, empréstimos em condições favoráveis para fins habitacionais e outros, a verba em numerário para esta Região, a ainda o financiamento à Fundação Luso-Americana.

Duvidamos que o Congresso dos Estados Unidos tenha votado a totalidade daquela verba **declaradamente** como contrapartida das concessões dos Açores. Não duvidamos porém de que os Acordos das Lajes pesem decisivamente naquele montante global. Por isso, e uma vez que o artigo 84º do nosso Estatuto não se acha esgotado nas suas virtualidades, limitamo-nos a recordar que é o Estado Português quem deve o "quantum satis" para financiar o que falta no nosso Orçamento.

Uma pequena parte do Plano - 500.000 contos - está destinada à reparação de imóveis de interesse cultural afectados pelo Sismo de 1-1-80.

A maior parte desses imóveis situar-se-á dentro da Zona Classificada da Cidade de Angra do Heroísmo.

Constitui, uma **obrigação internacional** do Estado Português financiar a protecção, a conservação e a valorização daquela zona classificada, por força da Convenção para a Defesa do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, aprovado pelo Decreto 49/79, de 6 de Julho, e do seu artigo 4º.

Esta situação, nova de dois anos - pois decorre da classificação internacional da Zona Central daquela cidade - poderá justificar um **programa autónomo** a financiar pelo Estado Português (sem prejuízo das competências regionais no âmbito da Cultura), completamente para além das obrigações estatutárias que sobre ele impendem.

O velho problema dos **custos da insularidade**, por esta Assembleia levantado, como proposta de lei, em Janeiro de 1981, voltou ao Parlamento português o Verão passado, e por iniciativa alheia, ocasionando a apresentação, por este nosso órgão legislativo, de uma nova proposta de lei.

Dissolvida a Assembleia da República, e eleita uma outra, parece-me ser a altura de ir tomando posições claras no sentido de renovar aquela nossa iniciativa legislativa.

Seria inadmissível que esta Assembleia se quedasse **mais uma vez** à espera de que um deputado alheio à Região desenterrasse do esquecimento - de lá e de cá - um instrumento de activação política (não meramente negocial) do artigo 80º do Estatuto da Região.

Com os instrumentos, estatutários e convencionais, que temos em vigor, é **inaceitável que o Estado se negue a completar a dotação orçamental prevista de 9.606.000 contos** - valor sensivelmente orçado para 1982, aliás -.

Esta verba aparece, assim, a garantir um financiamento **por exclusão de partes.** Porque os acordos internacionais não trouxeram mais à Região, mas trouxeram ao País. Porque os custos da insularidade nunca passaram de uma verba quase simbólica, muito inferior à realidade. Porque as obrigações externas nunca foram cumpridas a título de compromissos relativamente ao património cultural. Se tudo isso fosse considerado, na medida correcta, provavelmente nem teríamos necessidade desse financiamento complementar.

Seja como for, uma certeza fica: recorrer aos empréstimos, a expensas da Região - nunca mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antes de concluir, duas palavras (ainda e apenas) sobre o que na proposta do Orçamento se diz, quanto à adaptação do sistema fiscal à realidade dos Açores.

Creio ser a primeira vez que claramente se preconiza, a nível governamental:

a) uma metodologia de prudência;

b) um objectivo substancial limitado à correcção das desigualdades que agravam os contribuintes da Região - na esteira, aliás, do que a seu tempo se conseguiu para o Imposto sobre o Valor Acrescentado -.

Isto fica muito longe de certas expectativas que de alguma maneira se criaram quando a reforma fiscal não era mais que um título, um slogan, uma bandeira. E por ficar longe disso, fica mais perto dos propósitos realistas e, por isso, fecundos.

A simples reflexão terá levado aos objectivos que agora se anunciam. Ainda bem. Recordando o que disse aqui há alguns meses, é sinal de que o campo do tesouro começou a ser revolvido, e os benefícios da sua lavra começaram a aparecer à luz do dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD, do Governo e do CDS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

**Secretário Regional dos Transportes e Turismo** (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes da minha intervenção darei resposta ao Sr. Deputado Álvaro Monjardino. O tempo é limitado, de maneira que, por muito e agradável que fosse falar no importante problema que levantou - o Porto da Praia da vitória -, a

resposta será necessariamente breve.

Em Fevereiro deste ano foi encomendado o projecto para a chamada 2ª fase, compreendendo a zona comercial e o seu cais acostável. Tal projecto devia ter sido entregue na 2ª quinzena de Outubro deste ano, mas, apesar das nossas insistências, só será na primeira semana do próximo mês de Dezembro.

Entretanto, por não poder arrancar o previsto estaleiro naval que se situa no âmbito da iniciativa privada, foi pedida uma alternativa para o arranjo do interior do Porto da Praia da Vitória, que se encontra também em acabamento.

De qualquer forma, espera-se que a chamada 2ª fase do Porto da Praia da Vitória seja posta a concurso ainda no 1º semestre de 1986.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Encontra-se em debate o Plano para 1986.

Antes de entrarmos a apresentar e de algum modo a justificar a parte que de mais perto nos toca, permitam-nos algumas advertências.

A primeira é que não o entendemos como uma parcela aritmeticamente emergente do Plano a Médio Prazo; a segunda, que não podemos considerar isoladamente sem se atender às acções que o precederem e às metas futuras para que aponta.

Artificialmente separado e quantificado no tempo, ele representa na verdade um troço de uma cadeia contínua de realizações que não se medem por anos económicos nem se atingem rigorosamente por quantitativos predeterminados.

Por conveniência metodológica, agrupado em Programas e Projectos para cumprimento das Políticas Governamentais, a sua execução não se compadece com critérios de estrita rigidez.

Enquanto umas acabam por ultrapassar o volume de obra previsto, outras ficam aquém do desejável.

Daí que se recorra a justificáveis e nem sempre compreendidas transferências de verbas.

As inscritas nas várias rubricas do Plano são estimativas com um maior ou menor grau de aproximação e exequibilidade.

É principalmente à luz desta advertência, que gostaríamos de pôr em relevo os empreendimentos mais salientes para o período do próximo ano.

No seu conjunto representam uma percentagem bastante elevada do investimento global. Temos a noção dessa responsabilidade, acrescida da contingência na concretização de muitos deles, condicionados por factores incontroláveis.

E não só nos trabalhos que o mar desfaz, como nos imponderáveis surgidos no decorrer dos levados a efeito em terra por mais sondagens que os antecedam.

Não há inovações no rol de melhoramentos a efectivar. Todos cabem no mesmo quadro classificativo anteriormente adoptado.

Só que ao abrigo de uma estratégia preorientada se privilegiaram certos projectos, visando áreas conjunturalmente mais oportunas, estruturalmente mais carecidas ou de efeitos económico-sociais mais reprodutivos.

Não se podem abandonar os antigos nem retardar os novos, o que não impede que se imprima um ritmo mais acelerado àqueles que, pela sua precedência no ciclo do desenvolvimento, mereçam um tratamento especial.

Há obras a lançar, a continuar, a ultimar. Todas foram contempladas, umas poucas aparecem reforçadas.

É o caso do "Apoio ao transporte marítimo".

Há um ano atrás anunciámos nesta mesma Assembleia, como uma aposta forte do Governo, a entrada ao serviço da empresa "TRANSINSULAR" com a declaração de que "continuar a acompanhar o delicado processo de instalação da nova transportadora" seria "a prioridade mais destacada dentre o elenco de objectivos" a que nos propúnhamos. Os factos confirmaram que valeu a pena.

Mais que despender os dinheiros do Plano, governar será desenvolver diligências que assegurem a sua eficácia, mesmo que pugnadas em campos estranhos à nossa tutela, tal o caso das comunicações com o exterior, encargo tradicional do Estado. Não nos podemos é esquecer, em quaisquer circunstâncias, que mais de 80% dos nossos produtos de exportação são remetidos para o continente português e que igualmente de lá nos vem muito do essencial para o consumo, a construção, a indústria, os serviços...

Mas, se garantir essa circulação não só em tempo útil mas também em requerida especificidade como o transporte de gado vivo, é fundamental para a nossa economia, não menos imperativa se nos apresenta a problemática das ligações inter-ilhas para satisfação integral da nossa Região.

E essa terá de ser, se não exclusiva, pelo menos predominante preocupação do Executivo local.

Referimo-nos ao transporte de passageiros, mormente no Grupo Central, e ao de cargas no escoamento de limitados excedentes que não permitem acesso aos mercados exteriores, mas cuja colocação interna contribui significativamente para o equilíbrio dos orçamentos particulares.

No dia 11 do vizinho mês de Dezembro será lançada ao mar, no Estaleiro de S. Jacinto em Aveiro, a primeira embarcação de passageiros que servirá, numa primeira fase, este conjunto de três ilhas mais chegadas - Faial/Pico/S. Jorge.

Uma segunda unidade será encomendada em 1986, bem como um ou dois navios de cabotagem para viajar sob o regime dos ultrapassados iates.

Para o efeito, estão consignados no Plano 250 mil contos.

Outro capítulo que mereceu um notório acréscimo de dotação foi o do "Apoio financeiro a empreendimentos de imediata relevância turística".

Já nesta Sessão se deu conta do aumento quase espectacular verificado nas receitas provenientes do Turismo num curto espaço de tempo. É um sector em que o Governo põe muitas das suas melhores expectativas.

Há que aproveitar o efeito multiplicador de cada cama oferecida na criação de novos postos de trabalho induzidos, no combate ao desemprego, que é um objectivo bem declarado do Governo neste Plano de 1986.

Sem prejuízo de pedidos de ajuda de menor vulto, que sempre têm sido atendidos, reservou-se como fomento da iniciativa hoteleira privada um montante da ordem dos 100 mil contos.

Com efeito, na cidade de Ponta Delgada, vai erigir-se mais um hotel de quatro estrelas com a capacidade de 260 camas.

As outras verbas, numericamente falando, traduzem um fluir normal de acções conhecidas que se pretendem, no entanto, implementar com critérios mais selectivos e procedimentos mais aperfeiçoados, ensinamentos que o tempo nos vai trazendo.

Por exemplo, nos transportes terrestres foi possível, mediante um tarifário mais consentâneo com os custos reais e com determinadas medidas de economicidade, desintervencionar as empresas, resultando uma poupança de fundos que vai reverter mais intensamente para a renovação do material rolante e para a segurança na estrada, batalha a intensificar com exigências de prevenção rodoviária para se evitarem tantas mortes desnecessárias...

A remodelação da frota da SATA será iniciada em 1986. Os benefícios daí resultantes são por demais conhecidos.

Estruturas paraturísticas serão incrementadas e também a formação profissional. A defesa do património natural e arquitectónico será objecto de intervenções cautelares.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Plano de 1986 não pretende nem está vocacionado para resolver todos os assuntos dos sectores que estão afectos à Secretaria dos Transportes e Turismo, mas constitui um decisivo passo em frente para a progressiva consecução dos mesmos.

De resto, as necessidades são bem conhecidas, mais ou menos todos as sentem e reclamam.

Difícil, é dimensionar as soluções à escala correcta, situá-las nos locais mais indicados, dar-lhes a prioridade relacionada, reservar-lhes um equitativo e suficiente suporte financeiro.

O Plano de 1986, poderá não cobrir todas as nossas aspirações mas é a resposta possível, a cujo desempenho nos dedicaremos devotadamente para o bem estar e progresso da nossa Comunidade Regional.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Paiva.

**Deputado João Vasco Paiva** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há menos de um ano, já no decurso do corrente, aqui estivemos a debater o Plano de Médio Prazo e Plano Anual.

Então constatava-se um atraso no que concerne à data da apresentação de tais propostas que as circunstâncias plenamente justificavam dada a coincidência das eleições regionais com o período de apresentação do Plano e Orçamento Regionais.

E se a circunstância que referi poderia ter ocasionado o empurrar para diante relativamente à apresentação do Plano para 1986, esse facto não se constata e é indiciador de que, a capacidade organizativa do Governo, experimenta uma evolução persistentemente positiva e promissora de uma leveza de funcionamento que torna a Administração mais eficaz e naturalmente menos arreigada a teias burocráticas.

Com o sinal, a que nenhum de nós pode ficar indiferente, cresce a esperança de melhores serviços, menos burocracia e mais capacidade de dar resposta às solicitações crescentes e sempre mais exigentes **dos cidadãos.**

Não poderia deixar de haver uma clara correspondência entre a capacidade da Administração com outros fenómenos que o exigem e incentivam os responsáveis na busca de respostas qualitativamente mais apuradas.

Tendo deixado, de há cinco anos a esta parte, de ter uma população com forte incidência no grupo etário acima dos 65 anos, verificando-se um incremento na faixa etária que compõe a população activa, é positivo verificar que as medidas que têm vindo a ser adoptadas são conducentes à fixação da população e ao chamamento à participação feminina no estrato activo da população.

Com efeito veem-se agora os frutos de uma política de incentivo ao investimento com retoma moderada mas progressiva da confiança por parte do sector empresarial da Região.

Uma das áreas da actividade do Governo e a que o Plano e Orçamento propostos dão cabal resposta, situa-se ao nível da Formação Profissional.

Senhor Presidente, Senhor Presidente e Membros do Governo, Senhores Deputados:

Quando ocupei um lugar na extinta Junta Regional dos Açores como membro integrante do Gabinete do Vogal dos Assuntos Sociais Trabalho e Emigração, fui chamado a trabalhar no sentido de que se pusesse a funcionar o Centro de Formação Profissional das Capelas.

Naquela altura o projecto existia e havia uma boa parte executada em termos de infraestrutura. Decorreram exactamente 10 anos sobre o período a que me reporto e é grato ver como evoluíu a actividade de Formação Profissional na Região, para o que terá decisivamente contribuído a visão correcta quanto aos critérios de ampliação e adequação a novas exigências, das infraestruturas então existentes que em relação às que hoje existem não passam de mera recordação, embora o tempo decorrido seja extremamente curto.

Poderia pensar-se que a existência de tal centro de formação, fisicamente estático inibiria o Governo de se lançar em acções que decorram fora daquelas instalações. Poderia mesmo pensar-se que só à Secretaria Regional do Trabalho caberiam responsabilidades nesta área.

Tal não acontece e é grato registar que a Secretaria Regional do Trabalho encara a descentralização de acções de Formação Profissional, nomeadamente nos sectores de restauro, sapataria e agro-pecuária, a que acrescem acções levadas a cabo sob a égide da Secretaria Regional da Administração Pública, dirigidas a agentes da Administração e a bombeiros, acções executadas pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria ou por esta Secretaria apoiadas, mesmo no aspecto financeiro de apoio a entidades terceiras, acções patrocinadas pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e outras.

Trata-se este tema, Formação Profissional, de matéria sensível cuja importância justificou já diversas intervenções e menções nesta Câmara, como foi o caso da intervenção da minha colega de bancada Filomena Paixão que tão bem soube pôr em destaque o quanto é importante o "investimento" na Formação Profissional, no caso referido, na área destinada aos agentes da Administração Regional e Autárquica. Também pondo em destaque o valor da matéria a que decidi também referir-me, outro colega de bancada Manuel de Melo, traçou o quadro do impacto da Formação Profissional nos meios socio-profissionais e mesmo da comunidade em geral em que vão depois inserir-se os indivíduos que frequentaram cursos de formação.

A chegada à Europa das Comunidades não foi o motor para o desenvolvimento de programas de formação, quando muito é o combustível com maior número de octanas que melhora o rendimento do motor que já vinha trabalhando em regime economicamente certo.

Se a evolução tecnológica para certos espíritos retrógrados funciona como um papão, porque geradora de desemprego, também a Formação Profissional é em regra descurada ou insipientemente ensaiada pela mesma razão, para aqueles a quem a dignificação da pessoa humana, também pelo exercício de uma qualquer profissão ou actividade, é algo vago ou mesmo vazio de conteúdo.

Em nosso entender a dotação de 169.5 mil contos para os programas de acções de formação diversas e para os que se realizam a partir do Centro de Formação Profissional dos Açores, repartindo-se respectivamente nos montantes de 87.5 mil contos e 82 mil contos é bem a prova que para a gestão Social-Democrata não há papões nesta matéria.

O incremento das disponibilidades em postos de trabalho para os novos profissionais é quase um dado adquirido à partida. A percentagem de colocações já verificadas e as que se prevêem no futuro são um elemento apaziguador e a sua verificação explica-se com simplicidade.

Efectivamente, os agentes económicos, potenciais empregadores, cada vez se confrontam com a necessidade de desenvolver e melhorar as suas actividades como forma de enfrentar a concorrência e as dificuldades que escalas inadequadas geram, quebrando a economicidade das explorações. A resposta é fazer crescer ou reconverter e para isso só com profissionais devidamente preparados. Crescer sem empolar quadros ou reconverter recorrendo à melhoria qualitativa da força do trabalho.

O que se disse em relação aos empresários aplicar-se-á, de igual modo, aos que optem por desenvolver a actividade por conta própria ou em regime de profissão livre.

O tempo da supressão das carências de pessoal por admissão de novos trabalhadores de idêntica formação, em que só o aspecto quantitativo era tido em conta, tende cada vez mais para o seu termo. O tempo é de viragem. A supressão das carências de pessoal cada vez mais tenderá para ser alcançada por admissões que contemplem preferencialmente os aspectos qualitativos da força do trabalho a anexar à existente, sem que isso possa constituir elemento de perturbação ou choque entre profissionais do mesmo ofício com preparações diversas.

Senhor Presidente, Senhor Presidente e Membros do Governo, Senhores Deputados:

Aproximo-me do termo desta intervenção em que não quis deixar de dar um pequeno contributo ao debate do Plano para 1986 sobre uma matéria que reporto ser uma em que é muito importante

investir.

O Governo assim o entendeu e em boa hora.

Também por este contributo positivo da proposta, ela merece credibilidade e apoio.

Porque a política proposta é mais um sinal de crescendo e desenvolvimento não necessito de dizer como outro o fez, sem sucesso, **vamos a isso.**

Nós já vamos em frente de há dez anos a esta parte e prosseguiremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD e do Governo).

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

**Deputado Manuel Goulart** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Passados que foram 8 meses da discussão do Plano a Médio Prazo 85/88 e Plano e Orçamento para o corrente ano, mais uma vez esta Assembleia está a discutir um plano e orçamento anuais.

Agora, como nessa ocasião, fazêmo-lo com seriedade, sentido das realidades e consciência do que julgamos ser o interesse regional.

Criticaremos o que na nossa óptica julgarmos criticável, formularemos as questões que acharmos pertinentes e apresentaremos as soluções que julgarmos necessárias, embora convictos de que para este plano - tal como aconteceu com os anteriores - isso de nada servirá, porque, como disse o meu camarada Carlos César "este Plano veio à Assembleia para ser aprovado, não para ser apreciado" com as críticas ou sugestões que os Deputados deste Parlamento entendam fazer. Venham elas donde vierem.

Ao analisarmos a proposta do Plano para 1986, chegamos à conclusão que - uma vez mais - muitas das medidas essenciais e necessárias para o efectivo desenvolvimento destas "ilhas de bruma" perdidas no Atlântico e para a melhoria da qualidade de vida de quem aqui vive, não são contempladas.

Como em anos anteriores, em muitos sectores, não vislumbramos, nesta proposta de Plano, as medidas concretas para alguns dos objectivos apontados, repetindo-se intenções e programas de planos anteriores, que não se concretizaram.

O desenvolvimento - como aqui já o dissemos noutra ocasião - deve implicar igualdade de oportunidades, no acesso ao ensino, à saúde, à formação profissional, ao emprego, à segurança social, aos bens essenciais, à habitação condigna, etc.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretários Regionais:

Sendo a habitação um dos sectores em que a Região apresenta graves carências, verificamos que ainda não foram criados os mecanismos que permitam que todos os habitantes da Região tenham acesso a uma habitação condizente com a sua condição de humanos.

Consideramos importante o programa de auto-construção, mas só por si não resolve o sonho - quantas vezes tornado necessidade - de ter casa própria.

Quando da discussão do PMP 85/88 o Senhor Secretário Regional do Equipamento Social reconheceu que, passo a citar:

"Quanto à auto-construção existe ainda muita burocracia asfixiante que terá de ser ultrapassada rapidamente, para se evitar que um programa com tamanha aceitação, venha a penalizar quem a ele recorre" - citei.

E, reportando-se ainda à construção de casa própria, afirmou volto a citar: "temos que procurar soluções que permitam ajudar aqueles que, não necessitando de apoio do Governo, têm dificuldade em conseguir terrenos disponíveis, nas suas localidades de trabalho" - citei.

Não sabemos se a "burocracia asfixiante" foi realmente ultrapassada. Esta, uma questão que colocamos. Quanto às soluções para conseguir terrenos, não as descortinamos neste plano.

Continuamos a pensar que uma das formas de resolver o problema habitacional das pessoas de fracos recursos financeiros é a construção de habitação social. Não em grandes bairros que poderiam correr o risco de se transformarem em "gettos", mas em pequenos aglomerados distribuídos por várias localidades de forma a se possibilitar a essas pessoas a sua integração na sociedade.

Para que se acabem nesta Região com situações semelhantes à que nos foi apresentada recentemente pela RTP no telejornal, é necessário que, apesar duma possível irresponsabilidade - fruto de educação deficiente e falta de cultura, que na maior parte dos casos não pode ser imputada à própria pessoa, mas ao regime em que vivíamos e a uma sociedade egoísta - dizia eu, apesar da irresponsabilidade, essas pessoas não podem deixar de ser consideradas humanas e os seus filhos não devem, não podem, ser castigados por essa irresponsabilidade dos seus progenitores.

Se não é justo que a pessoas destas sejam dadas as mesmas oportunidades que a um casal que com muito sacrifício e poupança conseguiu realizar o sonho de ter casa própria, não será menor injustiça - dentro dos nossos princípios cristãos e de solidariedade humana - não proporcionar um tecto a quem muitas vezes é vítima dos erros da sociedade.

No projecto 20.3.1 - Apoio à recuperação de *habitação degradada - Recuperações e ampliações*, não julgamos possível atingir o objectivo proposto de "Reparação de **600 habitações** em todas as ilhas" com a dotação de 100 mil contos (média de 166 contos), a não ser que as obras de recuperação se limitem a pouco mais que a

caiação e retelho dessas casas.

Julgamos que seria mais acertado - com esta verba - contemplar menor número de habitações para que ficassem realmente recuperadas e se procedesse às beneficiações e ampliações julgadas mais convenientes para cada caso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretários Regionais:

Embora os problemas de ensino já tenham sido tratados com bastante acuidade e competência pelo meu camarada Francisco Sousa, terei que deixar aqui algumas preocupações e perguntas sobre este sector.

No projecto 1.6 - Aquisição de Terrenos- entre as acções a desenvolver encontra-se a "aquisição de terrenos na Horta para implantar 1 escola com 8 salas de aulas. Estranhando que ainda só se preveja a aquisição dos terrenos em 1986 e não a construção da escola, perguntava, - porque já ouvi várias versões sobre o assunto - se já está definitivamente definida a sua localização.

Deixo aqui o meu apoio às pertinentes considerações tecidas pela Assembleia Municipal da Horta nas sugestões apresentadas para a elaboração do plano, com especial destaque para a necessidade que se impõe, que julgamos urgente, da "criação do ensino técnico-profissional". Que este seja a opção alternativa ao ensino superior e que dê formação técnica e científica ao futuro dos jovens, por forma a que eles com mais facilidade se possam integrar no mundo do trabalho, de acordo com as opções de formação que previamente fizeram, devendo esse ensino técnico-profissional corresponder às necessidades locais em matéria de trabalho tecnicamente qualificado.

Não quero ainda deixar passar em claro o alerta feito pela referida Assembleia Municipal nas sugestões que referi, e nas quais participei como autarca, para a necessidade de se começar a pensar na hipótese da construção duma nova Escola Preparatória na Horta, por a existente, para além de não possuir balneários que possam ser utilizados pelos alunos nas aulas de Educação Física, já ter esgotado a sua capacidade, ficando o actual edifício para a Escola Secundária da Horta, que também luta com falta de espaço e necessitará de o conseguir quando for implementado o ensino técnico-profissional atrás referido.

Com a conclusão da escola primária do Pasteleiro, a que se refere o projecto 1.5, segundo julgo saber, ficarão desocupadas as escolas da Rua Capelo Ivens e do Bairro das Angústias. Quanto à primeira destas escolas penso que já está destinada a sede da Filarmónica "União Faialense", vindo assim colmatar uma necessidade e realizar o sonho duma agremiação cultural com 90 anos de vida. Deixaria aqui a pergunta quanto à Escola do Bairro das Angústias. Será que esta não deveria ser aproveitada para lá se instalar a pré-escola, uma vez que alí próximo está em crescimento uma nova zona habitacional?

Com o projecto 4.2 . Residências de estudantes, "pretende-se continuar a acção vinda do ano anterior".

Pensamos que com a justa criação do ensino complementar na ilha do Pico, a residência para estudantes deixou de ter a importância que lhe era reconhecida há alguns anos atrás.

Em face disto, e independentemente da necessidade das obras de recuperação do Palacete de Sant'Ana, pergunto porque não é tomada em conta a sugestão da Assembleia Municipal da Horta no sentido de se integrar no complexo escolar o edifício denominado "Fredónia" transferindo para o Palacete de Sant'Ana o "Lar das Criancinhas da Horta" que ali funciona com creche e jardim de infância.

Congratulo-me com o facto de ver consagrado no projecto 7.1 o prosseguimento do restauro da Igreja Matriz da Horta e início do restauro das igrejas do Carmo e S. Francisco na Horta, preocupação por mim aqui deixada em Novembro de 83, quando da discussão do Plano para 1984.

Queria aproveitar a ocasião para alertar o Governo para a necessidade de não se deixar perder o edifício do "Teatro Faialense".

Urge que este edifício - único no género nos Açores - seja recuperado, quer pela sua arquitectura e esplêndidas condições acústicas, quer pela sua tradição e ainda por ser a única sala de teatro e cinema na cidade da Horta.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Antes de terminar, não posso deixar de falar - ainda mais uma vez - no Pavilhão Gimnodesportivo da Horta.

Já hoje foram aqui referidas as razões anómalas que levaram à sua paralização.

Uma vez que foi anunciado pelo Senhor Secretário Regional do Equipamento Social que o assunto seria resolvido na próxima reunião do Governo, eu perguntava somente se já foi realizado o concurso para a nova adjudicação da obra e quando se prevê a sua conclusão, uma vez que o respectivo projecto não se encontra no Plano para 1986.

Ainda a nossa estranheza por não encontrarmos no plano qualquer referência à construção de infraestruturas de apoio turístico à Praia de Porto-Pim, uma vez que no corrente ano já ali foram iniciadas obras que necessitam ser concluídas.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que fizessem o favor de chegar aqui à Mesa para podermos programar os nossos traba-

lhos.

(Pausa)

Pedia aos Srs. Deputados que se sentassem porque vamos ter que fazer uma votação.

Srs. Deputados, estamos a chegar à nossa hora regimental. A Mesa, ouvidos os partidos, apresenta uma proposta no sentido de recomeçarmos os nossos trabalhos às 22,00 horas. Não ultrapassaríamos a meia noite, nem faríamos hoje a votação, nem sequer a parte das declarações finais. Tudo isso ficaria para amanhã. Recomeçaríamos às 22,00 horas só com as intervenções dos Srs. Deputados que já estão inscritos.

Assim, os Srs. Deputados que concordam que os trabalhos recomecem às 22,00 horas façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, então bom jantar e até às 22,00 horas!

(Eram 20,00 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 22,00 horas)

Dou a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano é sem sombra de dúvida, um documento base e orientador para a administração regional e para a iniciativa privada. Mais: ele fornece claros indicativos para que se possa avaliar, quanto cada parcela poderá auferir e qual o impacto que as obras para aí definidas, terão na comunidade que vão servir.

Conscientes que num ano não se podem realizar todas as obras contidas no PMP, algumas há que, retardadas no tempo, podem distorcer um pouco a filosofia de fundo que temos procurado, com objectividade, aplicar a esta Região.

Tem o Governo e o Partido que o suporta, sabido dentro das condicionantes da insularidade e perante heranças recebidas em 25 de Abril criar uma Região para todos e não, como era hábito, uma Região dividida a três.

Se tal actuação é fruto de podermos viver em liberdade e democracia, é e deve ser, cumprir a filosofia política da Social Democracia, e o conceito de justiça social que lhe está subjacente.

As obras, quer físicas, sociais ou culturais têm, devem ter, por fim, repor nos Açores, na sociedade em que vivemos, os verdadeiros valores da justiça social.

Nos Açores, não aceitamos por um lado Terreiros do Paço, e, por outro, Nordestes Transmontanos perdidos na bruma do esquecimento.

Nos Açores praticamos a política governamental de quem conhece a realidade específica de cada uma das nossas ilhas; a política de cumprir a quota parte que ao Governo cabe no desenvolvimento regional. Para além desse objectivo temos de nos situar nós também e de, na prática do dia a dia também, corrermos a nossa parte do risco e benefício que é o desenvolvimento regional.

Os Açorianos já demonstraram, quer na sua terra em condições mais adversas, das que hoje se lhes apresentam, quer em países para onde emigraram, a sua capacidade de trabalho e a dinâmica necessária ao êxito das suas iniciativas. Por tal exemplo, e porque temos a certeza que a quota parte do povo açoriano será realizada, esta surge-nos realista e objectiva.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os Açores são hoje uma nova realidade, bem diferente para melhor, com outras perspectivas de ser possível criar riqueza, para se desfazerem injustiças sociais que ainda perduram em algumas das nossas ilhas.

Todos nós vamos ganhando a consciência política de que o progresso de todas e cada uma das ilhas dos Açores, tem de ser devidamente objectivo e consciente. Felizmente há, da parte do Governo, abertura para que o verdadeiro equilíbrio regional, a verdadeira identidade de ilha, seja a realidade em que todos nós Sociais-Democratas nos empenhamos.

A implementação do ensino complementar em ilhas, onde o mesmo ainda não existe, é um dado adquirido e positivo para a identidade ilha e unidade regional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de deixar aqui também algumas considerações acerca deste Plano para 1986 e no tocante ao círculo eleitoral pelo qual fui eleito.

Se bem que S. Jorge apenas seja contemplado com 2,2% ou seja 357,36 milhares de contos da verba desagregada no Plano para 1986, espero, por uma questão de justiça social, que da verba não desagregada se possa corrigir essa situação, repondo algumas pequenas injustiças que urge implementar.

É, quanto a mim, importante, que existam essas verbas não desagregadas, não como "Saco Azul", mas sim como "Saco Verde", beneficiando todos, quando algumas acções se puderem implementar, que não eram tão prementes, ou que ainda não se encontravam devidamente delineadas aquando da elaboração do PMP ou do Plano Anual.

Ao trazer aqui observações, que exigem por parte do Governo uma resolução breve, não esqueço que algumas questões levantadas aquando da discussão do Plano para 1985 se encontram em fase de resolução - recordaria por exemplo o Centro

de Saúde da Calheta e o parque de contentores do Porto das Velas - razão essa que me leva a colocar, hoje e nesta Casa, outras carências, cuja solução não pode ser prolongada no tempo.

Começaria por falar da construção da Escola Primária da Fajã dos Vimes. Se existem problemas com a aquisição dos terrenos, onde já deveria estar implantada essa Escola Primária, que se escolham outros e se caminhe decisivamente para a construção da referida escola. Não podemos é prolongar, por mais tempo, essa obra tão necessária, para que as crianças daquela localidade possam usufruir dum edifício capaz de lhes proporcionar o mínimo de conforto e bem estar necessário para uma boa aprendizagem.

Na área da Administração Regional espero que a Lei Orgânica da Secretaria Regional do Equipamento Social, seja aprovada o mais rápido possível, para que a descentralização de decisões venha beneficiar todas as ilhas, e não como actualmente em que o poder de decisão das secções de Obras Públicas, no caso concreto de S. Jorge, é tão diminuto que as respostas aos problemas se perdem na troca de ofícios e geram situações que levam as populações a pensar, erradamente, que alguma grande estrada Regional é feita em prejuízo de melhoramentos tão carecidos das estradas regionais de ilhas com pouco poder de decisão, a nível de Serviços.

No referente ao Porto da Calheta, não sei se o deva incluir no projecto 38.1 - Construção, Melhoramento e Equipamento dos Portos de Pesca talvez aí, ou no Programa nº 58 - Portos Comerciais e Protecção da Orla Marítima. O que urge resolver, é uma situação que é grave, pelo mau estado em que o actual porto se encontra, e pela necessidade urgente de ali se realizarem obras que possibilitem, aos chamados "Iates do Pico" e às traineiras na época da pesca, ali descarregarem o pescado com o mínimo de segurança. É que não pretendemos ficar fora da chamada "rota do atum". Temos uma fábrica que funciona, que poderá trabalhar mais activamente, mas tal passa também pelo arranjo do respectivo porto, e a economia da ilha e da Região só terá a ganhar com o arranjo do porto referido.

Porque falo de Portos e de Pescas, congratulo-me com a intervenção do Sr. Deputado do PS Manuel Serpa, que reconhece o quanto de positivo se tem feito no sector. Simplesmente, lhe diria Sr. Deputado, das próximas traineiras construídas pelo Governo Regional, que espero que alguma seja entregue a pescadores de S. Jorge, bem como alguma das embarcações de pesca artesanal, porque naquela ilha também existem pescadores qualificados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Ninguém duvida, hoje, do valor que representa para a economia regional o sector agrícola.

Ainda recentemente nesta Casa, se debateu um documento tão importante para o sector. Foi uma análise profunda e coerente como uma aposta séria que o Governo realiza nesse sector. Menos não seria de esperar, para uma área tão importante, e na qual todos os agricultores Açorianos depositam uma esperança, cada vez mais forte e firme.

Nesse sector, aguardamos com expectativa os resultados dos estudos a serem realizados pela Universidade dos Açores e técnicos irlandeses e relativos ao chamado projecto de melhoramento das pastagens da Serra do Topo. É uma acção que apostamos como fundamental para o desenvolvimento agrícola naquela zona da ilha.

Mas para os jorgenses, na área da agricultura dois projectos têm de receber da parte do Governo o apoio claro, inequívoco e no mais curto espaço de tempo, são eles: A Casa de Matança e a Câmara de Cura para o Queijo de S. Jorge.

Quanto à Casa de Matança, consideramos insuficiente a verba contida no Plano para 1986. Esta obra é tão importante e não será possível um desenvolvimento capaz do sector agro-pecuário se a mesma não for realizada.

Mas para que a higiene e sanidade pública sejam uma realidade palpável é necessário que os actuais matadouros ofereçam o mínimo de condições de trabalho e higiene. Gostaríamos de não voltar a trazer este assunto a esta Casa, tão "velhinho" ele é.

Quanto à Câmara de Cura para o Queijo de S. Jorge, dada a dimensão que tal obra terá, se a união das Cooperativas for a realidade que nos parece próxima, terá de ter o apoio do Governo, mesmo que tenha de ser um projecto a submeter à aprovação da CEE para beneficiar dos respectivos fundos comunitários.

Termino, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com a certeza de que este debate resultará positivo para esta Região e para que o progresso e a justiça social sejam cada vez mais os dados adquiridos.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes da minha intervenção que tinha preparado para esta Assembleia, gostaria de responder a algumas das perguntas que me foram feitas por alguns deputados, até agora, no decurso dos nossos trabalhos.

Começaria por responder ao Sr. Deputado do Partido Socialista de Santa Maria, José Resendes, acerca de algumas críticas que fez em relação ao sector agrícola - "as medidas tomadas não são suficientes"; "medidas relacionadas com

a política de desenvolvimento "; "fixação antecipada de preços" - enfim, algumas questões deste estilo: "seguro agrícola", "rede de frio" "seguro de colheitas", "estagnação da nossa agricultura", "não consegue produzir mais de metade do que comemos".

Não sei a que é que se referia o Sr. Deputado do Partido Socialista porque, de facto, em relação à agricultura tomada no seu todo na Região Autónoma dos Açores, ela consegue realmente produzir muito mais do que aquilo que a afirmação do Sr. Deputado contém.

Quanto à fixação antecipada de preços, embora a esmagadora maioria dos produtos agrícolas na Região tenha preços antecipados, gostaria de esclarecer que, em relação à Política Agrícola Comum, a partir de 1 de Janeiro de 1986 entramos num esquema substancialmente diferente onde os preços administrativos não são de facto considerados.

Aliás, em relação a Santa Maria, e tentando demonstrar que ao fim e ao cabo a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas algo vai fazendo, bastaria verificar, por exemplo, o programa da recuperação dos erosionados, onde dezenas de milhares de contos têm sido gastos, e agora o novo projecto com a nova importação de ovinos provenientes da Inglaterra, dando um novo fôlego àquele projecto na Ilha de Santa Maria.

Em relação ao Sr. Deputado Decq Mota, evidentemente que estamos colocados em sectores opostos, não só em relação à sua apreciação - não perde uma oportunidade para falar da LOA e da "inequívoca posição capitalista" do Secretário Regional da Agricultura e Pescas (convenhamos que por aí não erra muito) - mas, em relação à concentração da propriedade baixa da produtividade, aí foi uma longa conversa porque, de facto, o aumento da produtividade agrícola está relacionado com o redimensionamento da exploração.

Quanto à sua observação - que eu poria entre aspas - ao "financiamento de certa iniciativa privada", nós tentamos realmente financiar aquela que nos parece mais capaz de arrancar o sector para um maior e mais acelerado crescimento e desenvolvimento económico. Aliás, esta minha observação da célebre Lei de Orientação Agrícola, dirige-se um pouco a si e, até um pouco, a críticas de outros deputados, mais concretamente da bancada Socialista: a LOA não é só esse problema! É muito mais do que isso e eu espero poder vir a demonstrá-lo!

Sr. Deputado Manuel Serpa do Partido Socialista: creia-me, Sr. Deputado, e aceite isto linearmente, que é gratificante ouvir as palavras que ouvi de V. Exa.! Nem sempre tem acontecido que, corajosamente, um deputado da oposição ao menos reconheça que alguma coisa de bem se vai fazendo. Os meus agradecimentos pessoais, sem que isso signifique mais nada do que aquilo que eu linearmente pretendo dizer.

Em relação às críticas que faz ao sector, tem efectivamente razão em duas delas. É necessário reiniciar no campo da educação do sector ao nível do secundário e do preparatório, uma experiência que já tinha sido feita aqui na Horta e que tem de ser feita ao nível de toda a Região. Aí concordo plenamente consigo.

Quanto à Escola de Pescas, tenho algumas dúvidas, não no sentido de formação, mas no sentido de estrutura física. Aliás, no decorrer da minha intervenção de fundo sobre esta matéria, explicarei quais são as minhas linhas de política, mas no ramo final dessa formação, sobretudo no que diz respeito a contramestres, mestres e mestres do alto, tenho algumas dúvidas se, no momento actual, a relação investimento/benefício poderá justificar uma Escola de Pescas tal e qual como ela é entendida, neste caso concreto, na Região.

Não concordo que os estudos científicos estejam aquém das necessidades da pesca. Já tive a oportunidade de afirmar que - e nós temos que dividir as nossas pescas em duas áreas substancialmente distintas: os tunídeos e o peixe de fundo - mas na área dos tunídeos, neste momento - e falo com a tanquilidade que me assiste neste aspecto porque é da responsabilidade do Departamento de Oceanografia e Pescas conduzir esta investigação e eu sou, digamos, o financiador dessa investigação apenas - começamos a atingir uma posição internacional de relevo, aliás demonstrada na última reunião do ICAT a que eu estive presente, chefiando a delegação portuguesa, realizada em Palma de Maiorca.

Quanto à questão do peixe de fundo, não se põe o problema dos stocks tal e qual como ele é entendido nos países que possuem plataforma continental. Nos Açores não há um stock das diferentes espécies de fundo; há diversos stocks conforme os bancos onde elas são pescadas, e o DOP segue muito de perto esta situação.

Por último, também vou assumir aqui a coragem de concordar plenamente consigo em relação ao cachalote. Nós somos vítimas de países como a Rússia, o Japão, a Noruega que matam, de facto, estas espécies. Não é o nosso caso: nós somos vítimas, realmente, de um complexo internacional que se move à nossa volta!

Eu tenho mostrado total disponibilidade de apoio à actividade. "Malgré tout" - como dizem os franceses - eu não posso vencer determinado tipo de situações que nem sequer têm nada a ver com a realidade das pescas nos Açores. E quando me refiro ao cachalote, também me quero referir aqui, e já agora utilizando a sua coragem e a minha, em relação ao problema do golfinho, que foi mal legislado, que não tem nada a ver com a nossa realidade, que não tem nada a ver com aquilo que se faz nos mares dos Açores em

relação a essa espécie.

Em relação ao "chicharro", nós temos sido frontalmente contrários à industrialização da pesca do chicharro - e isto diz respeito ao problema do isco para o atum.

Quanto à "cavala", há hipóteses de capturas que, industrialmente, têm um significado, mas (atenção!) as tecnologias de pesca utilizadas nas capturas desta espécie têm muito a ver com as mesmas tecnologias da captura do chicharro. Aliás, isto está demonstrado tecnicamente porque, os três dispositivos de concentração nos mares da Região numa experiência conduzida pela Direcção Regional de Pescas, vêm demonstrar que a concentração do chicharro corresponde à concentração do bonito e, daí, que as outras capturas efectuadas no final da época se verificaram precisamente nesse dispositivo de concentração de pescado.

A aproveitamento da contra-safra tem muito a ver com aquilo que se faz nas novas traineiras, concretamente os "Pérolas", que, neste momento, um deles está a ser apetrechado para a continuação na contra-safra, com esquemas automáticos de pesca já demonstrados na Região com os mesmos rendimentos, quer no espadarte, quer no peixe de fundo, que se encontram ao nível da frota espanhola.

E por último, enfim, o meu maior adversário nas lides parlamentares - o Sr. Deputado Dionísio de Sousa - com as suas intervenções sempre demolidoras, rebuscadas ao íntimo do pormenor. O Sr, de facto, é um deputado que, tenho de reconhecer, trabalha muito nessas matérias.

Permita-me que explique e diga algumas coisas em relação a algumas observações levantadas. Eu não pretendo, Sr. Deputado, e já sou suficientemente conhecido nesta Assembleia ao fim de 5 anos de responsável pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, nem ser o mais eficaz, nem o mais eficiente. Tenho uma Secretaria Regional com mais de 1000 funcionários, todos eles merecem o meu apoio, o meu suporte e tenho procurado transformar a Secretaria numa estrutura executora que seja capaz de responder às necessidades da agricultura açoriana e tenho também os meus problemas. Lido provavelmente com o sector mais complexo da Região (segundo as estatísticas oficiais 30% da população activa), como seja: a micronização da propriedade agrícola, o problema do emparcelamento, tudo isto que tem a ver com a nossa situação agro-silvo-pecuária.

Não é fácil lidar com isto quando, aqui há 10 anos, esta Secretaria, esta "máquina" herdada em muitos dos seus aspectos das ex-Juntas Gerais, plantava criptomérias, vacinava vacas e desinfectava pomares. Não é fácil dizer a este conjunto de funcionários, de técnicos, de agentes executores de uma política, que agora tudo isto é diferente! Há um Governo Regional, há uma autonomia, há uma responsabilidade por uma política de desenvolvimento. Eu próprio luto com dificuldades dentro da "minha casa", eu próprio tenho assistido ao esforço que estes mais de 1000 funcionários fazem no sentido de serem um pouco melhores, e é provavelmente a Secretaria que tem um maior peso nesta matéria.

Eu não pretendo ser o mais eficaz, mas tenho a certeza absoluta de que, ao fim destes anos, somos melhores do que eramos anteriormente!

O Plano, Sr. Deputado, é construído na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas depois de um enquadramento político que é dado pelo próprio Secretário e pelo próprio programa do partido: é construído de baixo para cima e não de cima para baixo! O Plano, com todos os seus defeitos e com todas as incoerências que o Sr. Deputado por vezes aponta (e com alguma razão) não é mais do que o fruto do trabalho que, ao nível de ilha, é feito por três distintos serviços com funcionários que pretendem, mais do que servir-se a si próprios, servir a agricultura açoriana.

Ainda há muitos pormenores a corrigir. É nessa aposta que nós estamos, de facto, metidos. Se este Plano, se esta execução não corresponde muitas vezes à vontade do Secretário, eu quero assumir aqui publicamente a responsabilidade por esse facto e não quero responsabilizar nenhum dos funcionários na mais remota ilha desta Região, nem que seja a Ilha do Corvo. Se eles não foram capazes, é porque o Secretário talvez não tenha conseguido transmitir-lhes a força, a mímica que eles necessitavam, mas eles fazem o seu melhor para conseguir para a agricultura açoriana, que representa 30% da população activa, algo que signifique viver-se melhor dessa agricultura nos Açores. Esta era a minha segunda resposta.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado - e isto é uma coisa que talvez nem tivesse necessidade de lhe dizer até porque o Sr. tem o pleno direito e poder para o fazer - mas eu não o convido, **eu peço-lhe,** Sr. Deputado, encarecidamente, a si e a todos os deputados aqui presentes, inclusivamente em conjunto da sua bancada, que visitem os serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas **quando** quiserem, **como** quiserem e **onde** quiserem. O Sr. até vive numa ilha que é sede de uma Direcção Regional: a Direcção Regional de Agricultura. O Sr. vá lá, visite o que se está a fazer, vá a todas as ilhas **como quiser** e **quando quiser**, repito, aponte os erros que encontrar, mas seja capaz também de ver algo que porvavelmente não é fruto da demagogia que eu transmita todos os dias aos meios de comunicação social, mas que estou amplamente convencido de que é um trabalho de fundo que, pela primeira vez, se vem fazendo nesta Região e que há-de ter, a médio prazo, os seus frutos.

Pessoalmente, Sr. Deputado, estou convencido que estou no caminho certo e daqui, desculpe lá, ninguém me arreda enquanto cá estiver! Mas peço ao Sr. Deputado que visite os serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e veja com os seus próprios olhos aquilo que se está fazendo. Aliás, não era preciso dizer-lhe isto porque o Sr. tem o direito de o fazer.

As suas críticas, tomadas à letra, são de que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas é "a mais ineficaz" estrutura desta Região, é "a mais incapaz" de pôr em prática seja o que for. Enfim, em termos estritamente políticos responder-lhe-ia que não estou de acordo consigo. O Sr. começou por fazer umas relações entre o PIR e aquilo que se passa na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Eu gostaria de chamar a atenção de que não fui o responsável pelo PIR. O PIR não era uma proposta do anterior Plano de Médio Prazo. Foi uma reunião extremamente *interessante sob o ponto de vista de discutirem*-se problemas que dizem respeito a esta Região e reuniu os mais variados sectores da indústria nessa altura. A proposta do PIR continha, de facto, a conceptualização e a objectivação de objectivos que nós próprios, da Agricultura e Pescas, discutimos abertamente lá e demonstrámos que alguns dos objectivos que a própria agro-indústria propunha não eram possíveis de atingir com aquela celeridade. Foi um plano que teve um grande mérito, mas que viu a indústria, na Região, ao contrário. Eu vejo a Região, no sector da agro-indústria, partindo da base para a indústria. Portanto, para mim, o sector primário da Região tem que ser visto da base para a transformação e nunca da transformação para a base. Daí talvez que me permita esta crítica ao PIR - respeitando até a posição do Sr. Deputado Natalino Viveiros que naquela altura era o responsável pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria - mas a grande crítica ao PIR poderá ser feita da seguinte maneira: o PIR foi objectivado como visto da indústria para o sector primário e nós respondemos que deve ser visto ao contrário.

Aliás, os objectivos dos 3% de crescimento anual, em termos de produção de leite, tem a ver com uma estratégia política relacionada com a integração europeia. Creio que já tive a oportunidade de lhe explicar isso uma vez.

Quanto às suas críticas, não vou responder em pormenor a alguns dos problemas levantados, sobretudo aqueles que se relacionam com as estatísticas do 1º quadrimestre de execução. Esperemos pelos novos relatórios de execução para vermos como as coisas assumem um aspecto substancialmente diferente.

Contudo, há 3 aspectos que, sem responder ponto por ponto, pergunta por pergunta, gostaria de lhe dizer o seguinte:

O Plano de Médio Prazo aponta de facto, orienta (sem que a Lei de Orientação Agrícola ainda existisse) para a diversificação e a selectividade de produção inter-ilhas. Aliás, o sistema de crédito implementado vem nesse sentido e a definição do binómio leite/carne já é hoje uma realidade porque já estão identificadas as raças que melhor nos servem nessa matéria e até os cruzamentos a fazer-se entre si.

E chamo-lhe a atenção, e gostaria muito, que o Sr. Deputado tivesse a oportunidade de visitar os projectos de investigação - que já não são só projectos de investigação porque já há conclusões na prática nessa matéria - relacionados com a nossa cooperação com os irlandeses onde, na Ilha do Faial, na das Flores, na Ilha do Pico, na Ilha Terceira e em S. Miguel começam a surgir resultados concludentes acerca do melhor aproveitamento das nossas culturas, do melhor aproveitamento dos solos, da melhor eficiência na utilização de pastagens, quer apenas no leite, quer apenas na carne, quer no que diz respeito ao binómio leite/carne.

Se o Sr. Deputado ficar cá no fim de semana, eu próprio gostaria de o levar a uma experiência que está a ser aqui conduzida no Faial onde, pela primeira vez, neste país, se fazem ensaios de produção de carne à custa de silagem de erva, já conduzida com parâmetros que obedecem a critérios científicos perfeitamente correctos.

Isto não é uma questão que se mostre todos os dias! Não é a construção de uma escola, não é a construção de um porto, não é a construção de um aeroporto! É um trabalho que exige muita metodologia técnica, muita metodologia científica onde, muitas vezes até, os próprios resultados pela negativa nos demonstram o que não devemos fazer. De facto, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas enfrenta este drama, esta contradição: não pode expressar diariamente grandes obras porque, muitas delas, significam um trabalho que nunca no tempo do fascismo foi executado nesta Região e que, pela primeira vez, está a ser executado. E, Sr. Deputado, não há tecnologias que se possam transmitir e trazer de um país para o outro, de uma região para outra porque elas têm que ser sempre testadas nas realidades concretas desta Região. O que se pode trazer é a filosofia da investigação; o que se pode trazer é o tratamento estatístico dela própria mas, se ela não for executada nas nossas próprias condições, é impossível obter conclusões claras e concretas nesta matéria.

Queria dizer-lhe que têm sido feitas, no decurso dos últimos 2 anos, visitas de agricultores. Ainda este ano mais de 100 agricultores do Pico visitaram as nossas

experiências. Aqui no Faial cerca de 65 agricultores visitaram comigo as experiências que estão a ser feitas e (repare!) estas experiências têm uma adesão plena da lavoura porque, na incapacidade financeira de poder comprar animais para executar essas experiências, é a própria lavoura que oferece e que entrega esses animais para que estas experiências sejam executadas. Eu tenho uma grande esperança nos resultados que hão-de vir para a Região com estas coisas.

Ora, isto tem sido feito com a reciclagem do pessoal técnico que já existia, com a tecnologia dos irlandeses (é verdade que sim), com a tecnologia dos ingleses no caso do projecto que envolve o "milk marketing board" mas, provavelmente, serão os futuros a colher os frutos deste trabalho. Mas eu prefiro sofrer as suas críticas agora do que ser criticado daqui a 5 anos porque agora este trabalho não foi feito. É por isso que as verbas que aparecem na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, para investigação, não parecem muito exageradas, mas são, de facto, as suficientes e, por outro lado, há um sector de investigação, executado pelo Departamento da Terra Chã na Ilha Terceira, onde nós apenas financiamos os projectos e onde as infraestruturas e o pessoal técnico é pago pela própria Universidade.

**Presidente:** Desculpe-me interrompê-lo, Sr. Secretário. Eu pedia ao Sr. Secretário Regional do Trabalho, por uma questão de mantermos a ordem dos lugares que são ocupados pelo Governo e pelos Srs. Deputados, que efectivamente não estivesse a conversar com um jornalista num lugar que ele não pode ocupar.

; Muito obrigado. Faz favor de continuar, Sr. Secretário!

**O Orador:** Responderei também, na minha intervenção, acerca do problema da legislação dos jovens agricultores e do associativismo agrícola.

Quanto aos incentivos às organizações de produtores, é um programa que tem sido cumprido de acordo com aquilo que eu julgo que é possível e todas as associações de agricultores, até hoje, têm sido objecto dos apoios que elas próprias têm pedido, não só para a implementação interna dos seus serviços administrativos, como o apoio a viagens de agricultores ao estrangeiro nesta matéria.

Já lhe disse qual é a minha opinião acerca de uma pergunta que, em termos genéricos, se relacionava com a investigação, cartografia, maneio e encabeçamentos - foi respondida com aquilo que há pouco lhe disse.

O Sr. Deputado levantou também o problema da electrificação e das águas. Este problema não está abandonado. Em relação à questão das águas, por exemplo, fui obrigado a perceber que tinha que voltar um pouco ao princípio. Foram feitos dois grupos de trabalho que elaboraram dois relatórios - um para S. Miguel, outro para a Terceira - tendo como objectivo prioritário o estudo das bacias leiteiras e o abastecimento de água dessas bacias leiteiras, não para abeberamento de animais, mas no sentido da qualidade do leite e, portanto, duma higiene da produção.

Esses relatórios foram entregues e, neste momento, há uma cooperação com a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola. Essa missão estará, para a semana, na Terceira e em S. Miguel no sentido de saber que projectos podem ser levados a cabo para o abastecimento de água porque, entre água e electrificação, a água é prioritária.

**Presidente:** Desculpe, Sr. Secretário, eu não tenho absolutamente nada que ver com a ocupação que o Governo faz do tempo que tem disponível mas, em todo o caso, gostaria de lembrar a V. Exa. que só nas respostas preliminares gastou 25 minutos. Há mais 2 Srs. Secretários inscritos e o Governo tem, neste momento, cerca de 1,30 hora de tempo global.

**O orador:** O Sr. Presidente descontou esse tempo da sua intervenção?

(Risos da Câmara)

**Presidente:** Descontei sim, Sr. Secretário.

**O Orador:** Muito obrigado.

Deixei para último lugar o chamado "projecto do Pico". Aliás, eu já tinha tido a oportunidade de responder, em parte, ao Sr. Deputado. O projecto arrancou efectivamente, em relação aos serviços prestados ao agricultor privado, no dia 12 de Agosto deste ano. Anteriormente, o projecto ocupou-se das obras de construção das instalações oficinais da sua sede. Convido o Sr. Deputado a visitar a sede do projecto no Pico que é, de facto, qualquer coisa de extremamente interessante que se está a fazer na Região em termos de projecto integrado voltado para a agricultura. Desculpe lá, este convite não é para si, mas para todos aqueles que o queiram fazer, para todos os Orgãos de Comunicação Social porque, de facto, é algo que, pela primeira vez na Região, é a conceptualização de um projecto integrado, tendo como objectivo final o "output" carne.

O projecto teve um trabalho de base extremamente grande porque se importaram mais de 100 mil contos de maquinaria e de equipamento. Tudo isto foi feito com "a prata da casa" e nas obras de construção das instalações oficinais, está lá para toda a gente ver, um trabalho de grande mérito.

Ora bem, o projecto arrancou a 12 de Agosto deste ano e, neste momento, existem inscritos 164 prédios pertencentes a 80 beneficiários - cá temos um problema de emparcelamento extrema-

mente interessante a tratar na Ilha do Pico. Esses 164 prédios correspondem a um melhoramento de 1.046 hectares e arroteias em 941 hectares.

A área trabalhada este ano corresponde a 63 hectares de arroteias e a 10 hectares de melhoramento com 6 beneficiários concretos onde, num deles, foi aberto 1,5 Km de caminhos de penetração - e isto tendo o programa arrancado efectivamente a 12 de Agosto. Portanto, eu estou convencido que, em termos de execução, não haverá falta de inscritos e, na verdade, o ano de 1986 poderá ser o ano de grande expansão do próprio projecto.

Todos os deputados que queiram visitar o projecto e visitar os 6 agricultores que já foram objecto desta obra, poderão fazê-lo quando e como quiserem.

Tenho certeza que não respondi a tudo, mas não poderei ser acusado de falta de esforço.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Speding, no seu livro "The Biology of Agriculture Systems" afirmou: "ao definir-se a agricultura como uma actividade económica, fonte de equilíbrio e de estabilidade do tecido social e de promoção sócio-cultural do agricultor, enquadramo-la através de dois conceitos essenciais: a obtenção de um produto e o uso de uma riqueza potencial".

O homem, manipulador dos complexos sistemas biológicos de produção com que se identifica a actividade agrícola, deverá procurar a sua integração no conceito de empresa, economicamente viável e, por isso, socialmente útil.

O conceito, profundamente reaccionário do "coitadinho do agricultor", deu lugar a um conceito moderno, económico, social, valorizador da actividade humana, ao conceito da agricultura como actividade criadora de riqueza para quem a exerce, e para quem se destinam os produtos, definidos estes como alimentos destinados ao homem e animais, e ainda de matérias-primas para a indústria.

A mesma conceptualização se encontra no artigo 39 do Tratado de Roma (25 de Março de 1957), no que se refere à política agrícola comum:

1. Aumentar a produtividade, promovendo a progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e optimizando a utilização dos factores de produção, em particular o trabalho. Indica-se assim a necessidade de especializar a agricultura em função da optimização dos recursos naturais.

2. Assegurar a comunidade agrícola a qualidade de vida, particularmente através do aumento de salários de todos os que trabalham no sector.

3. Estabilizar os mercados

4. Garantir o abastecimento

5. Assegurar preços razoáveis ao consumidor

Prosseguir estes objectivos, é uma luta diária, procurando eliminar as contradições e, sobretudo, equacionar as medidas de política que, no médio prazo, possam garantir o progresso da agricultura como actividade (repita-se) eminentemente económica, justificando a "qualidade de vida" a que deve ter acesso o agricultor.

Os objectivos fundamentais da política agrícola comum visam essencialmente a longo prazo, e apenas nesta base é possível compatibilizar alguns deles, à medida que o desenvolvimento tecnológico se processar, a capacidade concorrencial aumentar e a dimensão global do sector se reduzir.

Conflitos internos das políticas agrícolas surgem com frequência, dependendo a sua gravidade de um vasto conjunto de factores de entre os quais se poderão salientar: os instrumentos de implementação adoptados; situações externas imprevistas ou imperfeitamente planeadas; pressões de financiamento; opções de natureza política; e, naturalmente, o grau de compromisso entre o curto e o médio prazos, que os responsáveis pela implementação da política agrícola (quiserem) ou conseguirem atingir.

Também não podemos deixar de afirmar que conhecemos perfeitamente os grandes problemas ainda existentes e que são, também, as grandes críticas à política agrícola comum: as exigências orçamentais; a persistência de disparidades de rendimentos, quer entre subsectores agrícolas, quer entre as diferentes regiões, neste caso ilhas; quer ainda as disparidades entre a agricultura e os sectores não agrícolas.

Por último, a necessidade de encarar a política de preços com a maior prudência, sob pena de perdermos as nossas vantagens comparativas em termos de concorrência com o exterior. Não inventei, pois, as contradições que estão subjacentes, muitas vezes, a políticas agrícolas. É o caso da Política Agrícola Comum equacionada em 1957.

Não estamos pois aqui a esconder nada, estamos sim apostados numa linguagem de verdade, procurando saber concretamente onde estão os problemas para, corajosamente, procurar as soluções, e, com objectividade, pô-las em prática.

Tem sido assim no mundo livre onde por opção decidimos viver, e onde, **por imperativo de cada vez melhor servir**, devemos procurar as melhores soluções para os nossos problemas. Problemas que, por serem "os nossos", terão de obrigatoriamente ser resolvidos com as "nossas soluções", mesmo quando isso significa a inteligente adaptação de esquemas já adoptados noutras latitudes.

Por isso, colocando a integração europeia problemas complexos e de difícil solução, também é verdade que a política agrícola comum contém um sistema de medidas necessárias à resolução correcta dos problemas que se colocam à agricultura da nossa Região.

Com a mesma convicção com que sempre o temos afirmado, acreditamos que o caminho a percorrer é o adequado, que as condições negociadas são favoráveis, que as facilidades que podemos obter para atenuar os problemas são reais, e que a agricultura e os agricultores dos Açores possuem potencialidades a explorar, que deverão contribuir fortemente para o sucesso que desejamos.

Assim, as disponibilidades possíveis de serem imediatamente mobilizáveis para o desenvolvimento agrícola, devem ter em consideração os seguintes aspectos:

- Melhoria das tecnologias tradicionais;
- Ajustamento dos sistemas culturais à capacidade produtiva do solo;
- Melhoria e disseminação de técnicas que protejam sanitariamente as plantas e os animais;
- Utilização de recursos subutilizados;
- Estimulação e orientação das actividades de investigação e desenvolvimento, organizando e seleccionando as áreas de maior impacto, reduzindo assim o tempo de transmissão das mensagens para o agricultor.

Aproveito aqui a oportunidade para referir que algumas destas questões julgo ter esclarecido e demonstrado nas explicações que antecederam esta minha intervenção onde, aliás, na área da melhoria da protecção das plantas e animais, eu gostaria de afirmar, contrariamente àquilo que é pensado e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa aqui levantou (o caso concreto da brucelose, da tuberculose e outras doenças) que, por exemplo, nos Açores o problema da brucelose é um problema extremamente complexo, mas não pode ser tomado à árvore pela floresta. Quer dizer: neste momento ilhas como o Faial, ilhas como o Pico, etc., contêm praticamente as mais baixas taxas de existência de brucelose que existem na Europa. Concretamente no caso da ilha onde nos encontramos apenas 1,5 % é a percentagem de brucelose. No caso do Pico conseguimos, em 5 anos, baixar de 6% para 1,5%. De tal maneira isto é importante sob o ponto de vista clínico, sob o ponto de vista de uma doença extremamente complexa, que no Faial já nem se vacina contra a brucelose. O problema recentemente levantado, que tem a ver com S. Miguel e com a Terceira, está directamente correlacionado com a intensidade animal. É um problema, de facto, complexo, é um problema do foro clínico complexo, está neste momento detectada, digamos, a grande questão técnica e muito brevemente será posto em prática um novo esquema de combate à doença que, esperamos, com melhores resultados. Aliás, a brucelose é uma doença que não é só uma doença que nos preocupa sob o ponto de vista animal, mas também nos preocupa sob o ponto de vista de transmissibilidade ao próprio homem.

No caso da tuberculose, na Região Autónoma dos Açores praticamente não existe brucelose bovina; no caso do combate às mamites, isso é um combate diário com grande incidência económica nas explorações de gado leiteiro. Mas, chamo a atenção, no caso da brucelose a maior parte das ilhas dos Açores encontram-se efectivamente saneadas, de tal maneira que, em algumas delas, já nem se vacina. A questão concreta que foi levantada é uma questão médica, é uma questão eminentemente médica ligada a um problema de vacinação e de respostas vacinais que veio a detectar-se em S. Miguel e veio a detectar-se na Ilha Terceira, e, desculpe a falta de modéstia que nem é um problema pessoal mas dos serviços veterinários da Ilha de S. Miguel, esse problema foi detectado, pela primeira vez na Europa, na Ilha de S. Miguel, de tal maneira que alertou os serviços de diferentes países para este magno problema que foi levantado. Não é problema administrativo, não é um problema do Governo mas, sim, um problema eminentemente médico! E, felizmente, a questão foi descoberta e não havia alternativa - não é pelo facto de se ter ou não vacinado que a questão se poderia levantar.

Espero muito brevemente, no início de 86, por já em prática uma nova alternativa de combate, apenas nesses casos concretos. O tal descrédito da lavoura face a este problema, é o descrédito, desculpe lá, de qualquer pessoa face à doença - se os tratamentos ou as vacinas são ou não eficazes. Estão inventadas neste mundo dezenas de vacinas contra a gripe. Resta é saber qual delas é efectivamente eficaz. E tenho a certeza que, o médico da sua bancada concordará comigo. Não é verdade, Sr. Doutor? Julgo que sim.

Por último o binómio produzir/distribuir, ou seja vender, é também o cerne da questão. Saibamos nós melhorar as nossas produtividades, aumentando a nossa eficiência, **procurando a melhor dimensão económica das explorações** e do sector de transformação, que o mercado existe. Basta até constatar que o continente português, nosso principal mercado, produz pouco mais de metade dos alimentos que consome.

Produzir alimentos e bens de consumo, a custos de produção baixos, e por isso mais competitivos, é o desafio, tornando estas produções menos exigentes em apoios financeiros, localizando-as em mercados abertos, e promovendo a dignificação de quem faz agricultura. É este o verdadeiro processo da modernização, que deve significar mudança, encarada esta, no entanto, com a prudência que as diferentes situações sócio-económicas das diferentes ilhas exigem.

Definir o enquadramento e proporcionar os meios para que as explorações agrícolas sejam economicamente viáveis, e produzam com competitividade, é viabilizar a agricultura da nossa

Região. É, ao fim e ao cabo, viabilizar a nossa economia.

Senhor Presidente, senhores Deputados:

O conjunto de preocupações aqui apontadas, são fruto do contínuo meditar dos problemas da nossa agricultura, e tem servido para procurar pôr em prática, o que pensamos serem as adequadas medidas de política.

No início deste segundo ano do Plano de Médio Prazo 85/88, convém talvez referir alguns dados muito concretos em relação ao caminho já percorrido, ilustrando com a frieza dos números os resultados que vão sendo conseguidos - e espero demonstrados nos futuros relatórios de execução - sempre com a certeza de que muito mais ainda está por fazer:

| | | |
|---|---|---|
| 1. Infraestruturas (D.R.A.+D.R.R.F.) | 81/84 | 85/88 |
| Rompimento de caminhos | 125 Km | 445 Km |
| Revestimento (Macadame+Betume) | 191 Km | 560 Km |
| Reparações | 660 Km | 720 Km |
| 2. Arborização (D.R.R.F.) | 713 HA | 911 HA |
| Produção de plantas (D.R.R.F.) | 7 000 000 | 17 000 000 |
| 3. Instalação de pastagens (D.R.R.F.) | 265 HA | 376 HA |
| 4. Número de plantas distribuídas a particulares (D.R.R.F.) | 6 000 000 | 12 000 000 |
| 5. Comparticipação na construção de Silos (D.R.A.) | | |
| Número de beneficiários (só até Agosto de 1985) | 124 | 387 |
| 6. Captação de água (D.R.A.) | | |
| Metros de canalização (só até Agosto de 1985) | 31 910 | 4 700 |
| 7. Horticultura (D.R.A.) | 81/84 | 1985 |
| Fornecimento gratuito de plantas (só até Agosto de 1985) | 1 800 000 | 580 000 |
| 8. Construção de estufas (D.R.A.) (só até Agosto de 1985) | 142 | 36 |
| 9. Motomecanização (Processos) | 1 460 (83.000 c. de subsídios) | 848 (60.000 c. de subsídios até Agosto) |

Estes números reflectem algumas realidades concretas no que diz respeito à acção da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Por outro lado, são francamente animadores os resultados que na generalidade do sector produtivo agro-silvo-pecuário têm sido alcançados nos últimos anos.

Estes factos devem-se também ao sistema de crédito em vigor. Aliás, eu gostaria de dizer que este sistema de crédito foi adaptado já à realidade produtiva de ilha. Quem tenha o cuidado de se debruçar sobre o sistema de crédito que foi implementado nos Açores irá verificar - e isto também é verdade que é inovador e tem tido uma reacção negativa da lavoura mas é necessário também que tenha uma função educativa dela própria - que esse sistema é diversificado, seleccionando as produções por ilha. Daí que sejam privilegiadas as produções das ilhas, onde, de facto, se demonstra uma maior aptidão para a produção de leite, contrariamente às ilhas onde se considera uma maior propensão edafo-climática e social para a produção de carne.

Essas linhas de crédito que estão sujeitas a bonificação - e chamo a atenção de que o único lugar, e não estou aqui a comparar os Açores com o Continente mas, sim, um sistema de crédito e é do orçamento da Região que saem as bonificações em alguns casos e, no curto prazo, onde existem ainda bonificações é nos Açores - mas, dizia, as linhas de crédito bonificado, embora com algumas restrições, contemplam no caso do investimento:

- Aquisição de prédios rústicos, melhoramentos fundiários e construções;
- Culturas arvenses, hortícolas, industriais e tropicais e floricultura ao ar livre;
- Culturas arbustivas e culturas arbóreas não florestais;
- Instalação de estufas ou abrigos;
- Produção animal, com alimentação à base de forragem;
- Produção animal intensiva (avicultura e suinicultura);
- Instalações ou equipamento para transformação, melhoramento ou conservação de produtos agrícolas, silvícolas ou pecuárias, no âmbito de unidades agro-pecuárias.

Também foram criados alguns instrumentos de política que viram até esgotadas as verbas do Plano e para os quais foi necessário fazer as chamadas transferências:

**Presidente:** Desculpe Sr. Secretário, mas é só para preveni-lo de que falta uma hora do tempo do Governo.

**O Orador:** Muito obrigado. Eu tentarei ocupar essa hora.

(Risos da Câmara)

**O Orador:** - Atribuição de subsídios não reembolsáveis para o fomento da motomecanização (Decreto Legislativo Regional nº 21/84/A);

- Concessão de subsídios a fundo perdido para a aquisição de reprodutores no domínio da capricultura de leite. (Portaria 7/83);

- Concessão de subsídios para a construção e aquisição de estufas e abrigos. (Portaria

92/83);

- Apoio financeiro não reembolsável para o aumento do revestimento florestal da Região. (Decreto Legislativo Regional 4/82/A);

- Concessão de subsídios a fundo perdido para utilização de milho híbrido na cultura do milho. (Portaria 7/85);

- Concessão de subsídios apoiando o sector forrageiro, nomeadamente a construção de silos.

Reuniões recentes efectuadas com o sector agro-industrial da Região, privado e cooperativo, sobretudo na área sensível do leite e lacticínios, foram de molde a sensibilizar os agentes económicos envolvidos para as tarefas futuras, e serviram também para conhecer o seu franco empenhamento nas soluções dos nossos problemas.

Convém pois referir que, o Plano para 1986, que aqui se apresenta, é a confirmação das acções que vêm sendo desenvolvidas, com as correcções que sempre se vão mostrando necessárias.

Contudo, e não me canso de o afirmar, é necessário que se efectuem alterações que decorrem da integração europeia, e da aplicação à Região sobretudo dos Regulamentos 355/77, 797/85 e do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa).

Só agora é possível iniciar esse processo de adaptação, **que considero ser a maior prioridade dentro das actividades da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e, ao mesmo tempo, o maior desafio à nossa capacidade de execução.** Será pela capacidade de adaptar esses regulamentos à Região que vai depender o sucesso futuro desta agricultura.

A aplicação à Região destes dispositivos, altamente selectivos, com as devidas adaptações, deverá proporcionar à agricultura açoriana um significativo reforço, repito, para o seu crescimento e desenvolvimento económico.

Convém aqui referir, que, no quadro legislativo proposto para 86 e que já vinha antecipadamente anunciado no Plano de Médio Prazo, já se encontram na posse das associações de agricultores da Região para parecer, **as propostas legislativas** (que serão posteriormente apresentadas a esta Assembleia Regional) **relacionadas com o "jovem agricultor" e o "associativismo agrícola".**

Termino, afirmando, que o quadro futuro da evolução da agricultura açoriana será, de facto, fortemente influenciado pela integração europeia. Esse quadro exige da produção, e das suas variadas formas de associação, um grande esforço de adaptação às novas regras comunitárias.

É esta uma condição essencial e indispensável ao sucesso da integração, **já que as organizações da produção desempenham no seio da CEE um papel insubstituível.**

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

No sector das pescas as acções desenvolvidas tanto no período de vigência do anterior Plano de Médio Prazo, como no actual, têm incidido fundamentalmente em **4 áreas distintas, mas complementares umas das outras:**

- Formação Profissional
- Reconversão da Frota Pesqueira
- Infraestruturas Portuárias
- Investigação e Apoio à Produção do Pescado

Na primeira destas áreas, cujos objectivos principais estão relacionados com a valorização dos profissionais de pesca, por forma a poderem acompanhar a evolução técnica a imprimir ao sector bem como a motivação dos jovens para a profissionalização e sua dignificação, diversas têm sido as acções efectuadas desde o início desta década.

Assim, mediante a celebração de um protocolo com a Escola Profissional de Pescas de Lisboa, é possível que todos os anos alunos da Região frequentem os cursos aí ministrados.

Até ao presente, ascende a 36 o número de pescadores da Região que naquela escola obtiveram aprovação nos cursos de **contramestre pescador; mestre costeiro e mestre do alto.** A título de curiosidade salienta-se que dos 4 marítimos que a nível nacional possuem aquele curso, 2 são Açorianos e exercem a sua actividade presentemente na Região.

Presentemente está a decorrer o curso de contra-mestre pescador, estando matriculados 5 pescadores da Região.

Para o início do próximo ano está já marcada a realização de mais um curso de mestre costeiro, em que participarão 2 pescadores dos Açores, sendo um da Ilha de S. Miguel e outro do Pico.

Posso afirmar que, no curto prazo, existirão profissionais açorianos suficientes, devidamente habilitados para garantirem a mestrança das embarcações de pesca que operam nos nossos mares.

Saliento que, através de legislação aprovada em 1983, se encontra instituído um esquema de compensações económicas, que permite aos marítimos da Região deslocarem-se para efectuar os seus cursos, deixando garantida a subsistência dos seus familiares. Ninguém, nos Açores, irá frequentar um curso destes sem que o seu agregado familiar fique com a sua subsistência **integralmente** garantida, às vezes até a níveis superiores daquilo que é possível pescar na época de Inverno.

Na Região, têm sido realizados cursos de arrais de pesca local em diversas ilhas, com uma frequência total de 315 marítimos.

Só na ilha do Pico, no decorrer deste ano, obtiveram aquela carta 178 indivíduos. Presentemente, está a ser ministrado um curso na Ilha Graciosa com a participação de 27 pescadores.

Para além deste curso funcionar permanentemente nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, está prevista a sua realização no próximo ano

nas ilhas de S. Jorge e Flores e naquelas cujo números de candidatos assim o justifique.

No Centro de Formação dos Açores foram levados a efeito este ano cursos de formação para motoristas marítimos e está já marcada a realização de mais um com início no mês de Janeiro próximo.

Também no Centro de Formação Profissional dos Açores, durante esta semana, **decorre o 1º curso sobre técnicas de frio a bordo,** através de um equipamento simulador ao que se encontra instalado nas novas embarcações de pesca. **Semelhante curso está igualmente previsto para o próximo ano.**

No âmbito da reestruturação da frota de pesca as medidas postas em prática têm tido como objectivo aumentar a nossa frota de pesca, quer em número, quer em qualidade, tendo em vista o aumento das capturas de pescado e uma racional e eficiente ocupação da nossa ZEE, sobretudo na chamada contra-safra.

A acção da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas não se limitou apenas à concessão de apoios financeiros a empresas privadas para a construção de novas embarcações, adjudicando ela própria a construção de novas unidades, para posterior entrega aos mestres pescadores da Região que mais se tenham distinguido.

Até ao presente foram já concedidos apoios à construção de 8 embarcações, 2 das quais construídas pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e já entregues a mestres pescadores. Aliás, um deles, de acordo com o programa estabelecido, já iniciou o pagamento da embarcação que lhe foi cedida. O total destes investimentos ultrapassa os **600 mil contos**, isto a preços do ano de construção.

Foi graças à execução destas medidas, que se tornou possível revitalizar a construção naval nos estaleiros de Santo Amaro do Pico, tendo proporcionado a criação de 30 novos postos de trabalho a garantindo a sua ocupação até ao final da década.

Estas embarcações representam uma significativa melhoria em relação à frota já existente, nomeadamente no que se refere ao equipamento de navegação e detecção de pescado, sistema de conservação de pescado a bordo, condições de habitabilidade e maior autonomia.

No período de vigência do Plano de 1986 está previsto o início da construção de 8 unidades, 3 das quais da responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e parcialmente financiadas pela CEE, ainda no âmbito das ajudas de pré-adesão.

Estes projectos de investimento atingem um montante da ordem dos 850 mil contos.

Está prevista igualmente a construção/aquisição de duas embarcações com 18 metros de comprimento.

Na designada pesca artesanal têm sido concedidos diversos apoios financeiros destinados à construção, aquisição e reparação de embarcações, bem como à aquisição e instalação de equipamento de pesca e de radiocomunicação, navegação e detecção de pescado.

Beneficiaram já deste apoio 206 pescadores, num total de 114 mil contos.

Nestes valores está incluída a aquisição de 2 novas embarcações com cerca de 12 metros de comprimento, uma delas já em actividade há algum tempo, e que se destinam a substituir os conhecidos barcos de boca aberta.

Em 1986 serão construídas nos estaleiros de Santo Amaro do Pico, 2 unidades semelhantes àquelas, e proceder-se-á à aquisição de mais uma em fibra de vidro, esta para um pescador de S. Miguel.

Em termos de infraestruturas e equipamento portuário, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas apresenta, como principal objectivo para o próximo ano, a conclusão das obras nos diversos portos de pesca da Região, à excepção de Ponta Delgada, bem como dotar todos os portos onde seja exercida a actividade da pesca com os meios adequados à alagem das embarcações e a uma rápida e eficiente descarga do pescado.

As obras já executadas e em curso, assim como as previstas para 1986 atingem no seu conjunto um valor superior a 160 mil contos.

Destas, destaco alguns dos portos da Região que, oportunamente, poderei indicar se assim for necessário.

Para a descarga de pescado, nomeadamente do atum, foram adquiridas durante este ano, gruas para diversos portos da Região e que têm desempenhado um papel extremamente importante na operacionalidade desses mesmos portos.

Está também prevista para 1986 a aquisição de equipamento, destinado à alagem das novas embarcações em melhores condições de operacionalidade e segurança, já que estas novas embarcações, pela sua dimensão, não se compadecem com os meios actualmente existentes.

A construção, no decurso do próximo ano, **do entreposto frigorífico da Horta,** recentemente adjudicado, **e a entrada em funcionamento do da Madalena em 1987**, evitará, não só a paralização da frota do atum nas épocas de maiores capturas, como também permitirá às unidades conserveiras laborarem durante maior período de tempo. O valor global destes investimentos é superior a 400.000 contos e um deles financiado pelas acções de pré-adesão.

No campo da investigação, serão acelerados os trabalhos nos diferentes projectos a cargo do Departamento de Oceanografia e Pescas, para a avaliação dos recursos da nossa fauna marinha, dando prioridade às espécies de maior valor económico, com vista a uma adequada gestão dos mesmos recursos e ao planeamento do sector.

A determinação de parâmetros oceanográficos, e os estudos de adaptação de novas e modernas técnicas de captura do pescado e de diversificação das espécies de elevado valor comercial, e ainda pouco exploradas na Região, são outros dos objectivos a alcançar no domínio da investigação nas pescas.

Por fim, serão feitos esforços no sentido de promover a organização dos produtores, nos moldes previstos pela CEE, com vista à adaptação dos mecanismos resultantes da adesão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que aqui está não é nem de perto nem de longe a ambição de tudo fazer ou de tudo ter feito. É a preocupação de que aquilo que estamos fazendo corresponde a uma vontade muito séria e muito convicta de que estamos no caminho certo e de que, também à laia de resposta às perguntas que venham a seguir, muito mais do que isto ainda há por fazer e de que muito mais do que isto ainda há por afinar e que é necessário pôr a máquina da Secretaria cada vez mais a funcionar melhor. Aliás, uma das coisas que lhe prometo, Sr. Deputado, é distribuir aos meus funcionários a sua intervenção para que eles percebam as críticas de que aqui são vítimas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Edouard Saouma, Director Geral da FAO, no prefácio de um obra notável que é, "Agricultura: o caminho para o ano 2.000", afirmou:

"No ano 2.000 uma população mundial de mais de 6 biliões deverá requerer um acréscimo da produção agrícola 50 a 60% superior à do ano de 1980. A procura de bens alimentares nos países desenvolvidos duplicará. É essencial, nos próximos anos, de tomar muitas das decisões que determinarão a situação alimentar mundial na década de 90". (Saouma escrevia isto em 1981).

Mais adiante afirmava ainda:

"Os problemas da pobreza, contudo, não podem ser resolvidos exclusivamente dentro do sector agrícola, uma vez que este sector não pode nunca proporcionar os rendimentos e o emprego suficientes.

A importância das ligações da agricultura com o todo da economia não podem nunca ser subestimadas. Desenvolvimento agrícola e industrialização são mutuamente complementares e mutuamente se reforçam".

No conjunto desta grandiosidade de problemas, somos, como muito bem diz o povo, "uma gota de água no oceano". Que essa "gota de água" contribua de forma positiva e determinante para o bem estar do povo açoriano é o desafio da nossa geração.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Decq Mota** (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Segui com muita atenção a sua intervenção e gostaria de lhe colocar 2 ou 3 questões relativas às pescas.

Em primeiro lugar, em forma de introdução, gostaria de dizer que sabe o Sr. Secretário ser minha opinião que uma das razões - já o disse nesta Assembleia mais de uma vez - que penso haver para que a política de renovação da frota, começada há bem pouco tempo, tenha tido algum êxito, reside exactamente no facto de, sendo inspirada na política económica do Governo Regional, ter uma aplicação mais flexível do que em relação a outros sectores. Eu apoio essa flexibilidade e penso que será útil, para o sector das pescas, que continue a haver.

O Sr. Secretário falou no problema dos stocks. Eu gostava de pôr aqui uma questão, que reflecte uma preocupação que pessoalmente tenho e que penso que é partilhada por muitas pessoas, especialmente por profissionais da pesca na Região.

O Sr. Secretário referiu que a questão dos stocks aqui na Região tem que ser vista (se bem percebi) num sentido plural, ou seja, que não há um stock mas, sim, vários stocks conforme os pesqueiros existentes - não é uma plataforma continental única e seguida e, portanto, tem que ser vista nessa perspectiva.

Numa perspectiva perfeitamente empírica, muitas vezes é dito, como o Sr. Secretário sabe e como todos nós sabemos e por vezes esse assunto é ventilado, que o esforço de pesca que tem havido nos últimos anos estaria a fazer diminuir algumas áreas de pesca. Isto é um problema complicado que não é de forma nenhuma, digamos, susceptível de com ele se brincar, porque é realmente um problema que preocupa muita gente, inclusive a pessoa a quem o Sr. Secretário do Equipamento Social se está a referir, e, como sempre, aliás, eu estou a trabalhar aqui numa perspectiva séria e, não, a procurar achincalhar coisa nenhuma nem ninguém. Estou a colocar um problema, penso que de forma correcta, é uma preocupação, e agradecia que houvesse correspondência de todas as pessoas principalmente de um Membro do Governo.

A questão concreta que queria colocar ao Sr. Secretário é a seguinte:

- Está-se ou não a caminhar para que possa haver segurança em saber se o esforço de pesca está a ser o aceitável em todas as áreas? Por outras palavras, eu temo que possa haver certas zonas, especialmente da costa, em que o esforço de pesca esteja a ser demasiado forte. Se for esse o caso, seria racional haver medidas de defesa temporária no sentido de garantir uma existência temporal maior e a reprodução desses

stocks.

Não estou a fazer nenhuma afirmação! Estou a pôr uma dúvida que muita gente põe. A minha preocupação é saber se, do ponto de vista científico, se está a avançar de forma suficientemente segura, para poder haver um juízo fundamentado sobre esta matéria, porque isto joga com algumas questões da actualidade mas joga, principalmente, com questões do futuro - e com questões de futuro que podem vir a ser muito complicadas para a Região e para nós todos. Portanto, em relação aos stocks era efectivamente este problema que eu queria apresentar ao Sr. Secretário.

Uma questão que o Sr. Secretário não referiu - é óbvio que também não tem tempo de referir tudo e a sua intervenção foi muito longa...

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (Adolfo Lima): Já fui acusado de ser demasiado longo!...

**O Orador:** Com certeza. Mas, como ia dizendo, uma questão que não referiu e que penso que há necessidade de ser tratada e que também já abordei aqui numa outra ocasião, tem a ver com a comercialização. O esforço de pesca tem aumentado, as capturas têm aumentado muito. É evidente que esse aumento das capturas, em termos de colocação do pescado, não é preocupante, uma vez que nós estamos inseridos num país que importa quase tanto do que captura e, portanto, nós na Região, que somos excedentários nessas capturas, podemos, havendo uma boa articulação, havendo um bom esquema de colocação e havendo um sistema de comercialização aceitável e com as infraestruturas necessárias, ter a garantia da colocação daquilo que capturamos em outras partes do território ou do país.

Agora, a questão que se me põe é esta:

Efectivamente, o aumento de capturas tem sido rápido (e é bom que assim seja!) e temo que, em termos de escoamento, nem sempre possa haver a melhor capacidade de resposta no que respeita a transportes - é óbvio que aqui há depois as questões da exportação, refrigerado ou congelado (convém mais exportar refrigerado, etc,) - e, portanto, não esteja a haver a possibilidade de acompanhar este processo no que respeita à comercialização.

Por outro lado, há também o papel de alguns comerciantes nesta área. Há, por exemplo, a pré-selecção que é feita das espécies que se compra. Há certas ilhas, como todos sabemos, onde só se compra para mandar para o Continente determinadas espécies e não se compram outras que têm colocação no Continente também. Há, portanto, toda uma série de situações que penso que mereceriam algum tratamento a favor da consolidação, ou da possibilidade de ser consolidado este aumento de capturas e este esforço que está a ser feito porque, se a parte da comercialização começa a falhar, também a parte das capturas acabará por ir falhando e não se tirarão, de todo este investimento e de todo este esforço, as contrapartidas que efectivamente se desejam tirar.

Um outro problema que o Sr. Secretário referiu (e é o último) diz respeito - mas eu gostaria de fazer uma observação ou duas exactamente por saber que está também nas suas preocupações - diz respeito aos portos.

Eu tenho uma ideia - e vou procurar dar um exemplo para explicar a minha ideia:

O Porto da Madalena do Pico, quando foi pensado, foi essencialmente pensado, julgo eu, como porto para o tráfego local, para movimentação de passageiros e de cargas, pensando-se que havia ali perto uma fábrica de peixe mas não se pensando que a frota dessa empresa iria ter a expansão que está a ter e que vai ter nos próximos tempos. Portanto, é uma boa estrutura que lá está, mas levanta questões de ordenamento daquele espaço, levanta questões de aproveitamento racional da bacia do porto, mas também levanta questões das áreas circundantes.

Este Porto da Horta, por exemplo, também daqui a dias será pequeno em termos de área de varagem para as embarcações que, presumivelmente, armem aqui neste porto para a actividade da pesca.

Dou estes dois exemplos mas poderia dar outros. Penso que estas questões devem começar a ser equacionadas, ou têm forçosamente que começar a ser equacionadas, para que este processo de desenvolvimento não tenha nenhum tampão físico ou estrutural em qualquer local que possa, digamos, dificultar este desenvolvimento.

Eu deixo aqui esta preocupação porque me parece que é justa. Sei que o Sr. Secretário pensa nela, mas que algumas delas obrigam a medidas que levam anos a executar mas que, precisamente por levarem anos a executar, não podem levar muito tempo a ser resolvidas.

Eu gostaria de terminar apenas com um comentário já doutro tipo porque, alguns dos apartes e explicações dadas pelos Srs. Secretários a respeito de intervenções ou de comentários meus anteriores, podem parecer que o Deputado do PCP defende para a agricultura o imobilismo. Essa questão é falsa! Estamos contra é um realizamento que visa a criação de um grupo restrito de grandes propriedades; o que estamos contra é a marginalização efectiva dos pequenos e médios agricultores.

Eu tinha necessidade de declarar aqui isto no sentido de manter uma posição que tenho procurado defender aqui de forma clara.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para responder às perguntas que lhe foram formuladas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas**

(Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito brevemente. Eu não respondo à 4ª questão.

Em relação aos stocks, direi que a sua questão é extremamente importante, estamos a caminho de poder definir junto às costas, eventualmente num período muito breve, eventuais zonas de protecção. Isto tem a ver com aquilo que eu afirmei que, contrariamente àquilo que se julga nos Açores, não há um stock de peixe das diferentes espécies de fundo, mas há, sim, variadíssimos stocks de peixe de fundo, já que eles não emigrando de banco para banco, de "bico de pedra" para "bico de pedra" - e isto é uma linguagem muito conhecida dos pescadores - há necessidade de, a curto prazo, e os estudos vão nesse sentido, se protegerem algumas dessas áreas.

Aliás, isso é vulgar acontecer em zonas como as nossas. Simplesmente, aquilo que o DOP faz e os inquéritos junto dos pescadores nessa matéria, começam a ser no sentido de proteger algumas coisas. Isto não tem nada a ver (atenção Sr. Deputado!) com alguns movimentos de "não pescadores profissionais" no sentido de proteger algumas situações que não têm nada a ver com a pesca profissional. Eu estou aqui para defender a pesca profissional e não a pesca desportiva ou a pesca "part-time".

Quanto à comercialização, direi que o problema da comercialização é um problema grave. O problema das espécies só tem valor quando exportadas em fresco, perdem substancialmente o seu valor quando exportadas congeladas, e as nossas espécies são altamente valorizadas pelo facto da sua extrema apetência nos mercados distintos. Eu lembro que vamos entrar na época onde o goraz, por exemplo, valendo 1.000$00 à lota nos Açores, chega a ser vendido por 2.000$00 num mercado distinto, que é a Espanha.

Isto é um valor acrescentado numa produção espectacular. Simplesmente, isto não se compadece com estruturas que afunilem o nível da comercialização/portos! Eu julgo que as estruturas de frio que estão, neste momento, em projecção poderão obviar esse problema pela concentração da oferta e pela viabilização de maiores hipóteses de escoamento.

Quanto aos portos, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado que Madalena/Horta, Horta/Madalena são complementares entre si. Madalena será, no futuro, o parque das embarcações, digamos assim, porque Horta não tem essa possibilidade já que Horta será a zona de descarga de pescado para concentração no futuro frigorífico, e o ordenamento do Porto da Madalena está feito já nesse sentido, uma vez que é possível recuperar portos que tiveram, à partida, um objectivo nitidamente comercial e que não serviam no sector das pescas.

Foi possível fazer essa inversão, e eu hoje estou, não direi totalmente tranquilo, mas perfeitamente tranquilizado em relação a esta matéria. Mas há que encarar o Pico e Faial, nesta matéria das pescas, numa complementaridade absoluta - descargas no Verão serão sempre feitas no Pico, descargas no Inverno terão que ser feitas obrigatoriamente no porto que oferece maior abrigo, que é o Porto da Horta. Mas tal e qual como um pescador que sai da Piedade e passa 4 meses no Porto da Horta sem visitar a família pescando o atum (e chamo a atenção para esta odisseia que é de facto importante e um exemplo para todos os pescadores da Região) também é possível que, na contra-safra, o mesmo se faça.

Contudo, Madalena será realmente o grande parque de embarcações desta zona de pescas que é a Horta e Pico.

Julgo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que respondi às suas preocupações.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**Deputado Borges de Carvalho** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

É necessário programar para encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar a acção dos agentes económicos.

Pertence ao poder público escolher e, mesmo impôr, os objectivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para os conseguir, e é a ele que compete estimular todas as forças conjugadas nesta acção comum.

Todo e qualquer programa não tem razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, **por si próprio,** ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. Dizer desenvolvimento, é, com efeito, preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento económico. Programar implica uma maior participação nas responsabilidades e nas decisões.

Mas para que tal participação seja possível e real é necessário facultar a todos os cidadãos o acesso a uma educação condigna de forma a obterem uma forte personalidade de acordo com as exigências prementes do nosso tempo.

Mas a qualquer pessoa será difícil chegar o sentido de responsabilidade, se as condições de vida lhe não permitirem tomar consciência da sua dignidade.

Nesta caminhada de fazer participar e responsabilizar é extremamente importante a denominada acção social.

Para que esta seja profícua pensamos que é indispensável actuar de forma a que numa primeira fase haja um estudo da situação; numa segunda

fase a apreciação da mesma à luz dos princípios de dignidade e igualdade e, numa terceira, exame e determinação do que se pode e deve fazer para alterar significativamente aquela situação.

Pensamos que não é possível fazer participar e responsabilizar enquanto o cidadão comum não tiver ao seu alcance com facilidade a defesa dos seus direitos dos actos da administração.

No fundo entendemos que enquanto não estiver institucionalizada a possibilidade de responsabilizar todo e qualquer agente da administração, dificilmente se fará participar.

Esta institucionalização exige que se passe da consagração na lei dos direitos dos cidadãos e se crie um ambiente social, uma mentalidade social, que os mesmos devem e podem ser exercidos. E para que isto esteja ao alcance da nossa sociedade é necessário que se aceite a punibilidade de todo e qualquer cidadão.

É neste contexto e à luz destes princípios que, em nossa opinião, devem ser analisados e ponderados alguns problemas sociais da Região, concretamente os que há pouco apareceram na R.T.P. e que já mereceram diverso tratamento nesta Assembleia.

Sobre esta, apenas, desejaria deixar esta reflexão-preocupação:

Só agora tomaram consciência daquela e doutras realidades existentes em determinadas parcelas da nossa Região? Se assim é, o que fizeram durante 10 anos e o que fazem?

Se se tivessem estabelecido prioridades correctas e realistas no decurso dos anos transactos tais situações ainda existiriam na forma gritante que ora surgem?

Para que haja responsabilidade torna-se indispensável que exista fiscalização e inspecção. E isto porque não há dúvida de que a possibilidade de qualquer acto ser observado e avaliado por outrém, obriga quem o pratica a executá-lo com cuidado.

A ausência de tal responsabilidade abre as portas da facilidade e inevitavelmente do desleixo.

Sobre este assunto, o que se pensa fazer para que a fiscalização dos actos da administração seja possível e se torne uma realidade?

Qual a acção da inspecção administrativa?

Pensamos ser indispensável para transparência e credibilidade, quer da administração, quer da própria democracia, a existência de meios que permitam fiscalizar e inspeccionar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Achamos oportuno fazer uma curta reflexão da evolução das nossas receitas correntes no que respeita a alguns impostos directos.

Verifica-se que a contribuição industrial aumentou de 1984 para 1985 1,5% e prevê-se um aumento de 26,1%, sendo o aumento de 1984/1986 de 28,1%.

No que respeita ao imposto profissional o aumento de 1984-1985 é da ordem de 20%, de 1985-1986 prevê-se um aumento de 58,8% e entre 1984-1986 - 90,6%.

Quanto ao imposto de capitais constata-se que o aumento de 1984-1985 é da ordem de 29,6%; de 1985-1986 prevê-se um aumento de 30% e entre 1984-1986 - 68,5%.

Relativamente ao imposto complementar verifica-se que o aumento de 1984-1985 foi de 15% e de 1985-1986 prevê-se um aumento de 19,5%, sendo o de 1984-1986 de 37,5%.

No que concerne ao imposto sobre sucessões e doações, o aumento de 1984/1985 foi de 37,9% e o previsível de 1985-1986 é de 90%, sendo o de 1984-1986 de 106,8%.

Relativamente à Sisa o aumento de 1984-1985 foi de 27,7% e o previsível de 1985-1986 é de 65,2%; sendo o de 1984-1986 de 111,1%.

Convirá, ainda, para analisar muito sucintamente a referida evolução das receitas correntes da Região, ter presente os volumes do apoio ao investimento feito na indústria e comércio no ano de 1985 e proposto para o ano de 1986.

Assim verifica-se que, na indústria e no comércio no ano de 1985 o plano regional destinou 440 mil contos, sendo 300 mil para a indústria e 140 mil para o comércio.

O plano para o ano de 1986 destina 700 mil contos, sendo 550 mil para a indústria e 150 mil para o comércio.

Foi este investimento que no ano de 1985 teve como contrapartida um aumento da receita fiscal de cerca de 1,5%.

Parece-nos asim que deveria ser objecto de profunda reflexão o nível de investimento nos referidos sectores e a evolução da receita na contribuição industrial. E isto para não falar nos prejuízos dados à Região neste sector em especial a indústria, nomeadamente no que diz respeito aos prejuízos dados à banca regionalizada, à banca privada que exerce acção na Região e a muitos particulares, nomeadamente à lavoura, que são do domínio e do conhecimento público e desta Câmara e que já foram perfeitamente analisados.

Convém ainda revelar que a receita de impostos directos é praticamente fruto do trabalho e da poupança, sendo certo que esta carga fiscal recai sobre alguns que têm dificuldades em fazer face ao seu dia a dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Outra reflexão-preocupação que pretenderíamos deixar à consideração de todos é a que respeita ao montante das verbas do plano não desagregadas. Tal montante digno de, só por si, justificar um alerta quanto à desagregação espacial, torna-se já susceptível de alguma preocupação quando

tivermos em conta o investimento das empresas públicas regionais.

Parece-nos que, efectivamente, a análise do investimento público deve ser feita em conjunto e complementarmente sob pena de se ficar com uma visão viciada e parcial do desenvolvimento regional.

Isto pode e deve suscitar a seguinte questão: porque motivo e ao abrigo de que princípios devem concentrar-se as sedes das empresas públicas, com os seus órgãos de gestão, os seus conselhos fiscais, os seus serviços administrativos centrais, a uma única ilha da Região?

Como compatibilizar esta situação de facto com o princípio do desenvolvimento equilibrado da Região?

Como compatibilizar tal situação com a regra estatutária da repartição horizontal do executivo, sabido que as empresas públicas fazem para da administração?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O sector cooperativo deve ser considerado de grande relevo no processo de desenvolvimento, digamos mesmo, um sector eleito.

Como se pretende fomentar o cooperativismo, dadas as dificuldades burocráticas para a sua constituição e, uma vez constituída, as exigências de contabilidade?

Qual o apoio técnico que o Governo pensa incentivar para colmatar as dificuldades das cooperativas para elas terem capacidade de sobreviverem?

Pensa inclusivamente promover alguma medida legislativa no sentido de desburocratizar e simplificar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O plano prevê, no que respeita ao projecto geotérmico da Terceira, negociações com entidades governamentais Norte-Americanas com vista à produção de energia eléctrica a partir de recursos geotérmicos.

Sabe-se que o Governo Norte-Americano está interessado em participar na exploração de tais recursos.

Concretamente prevê-se dar algum passo para além da fase negocial?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O plano prevê, no apoio à construção no sector habitacional, a bonificação de juros aos empréstimos das linhas especiais de crédito para a reconstrução motivada pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980.

O Governo admite ou não a alteração da taxa de juro a pagar pelos sinistrados a uma solução satisfatória para situações que ainda se mantêm em suspenso?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo prevê o alargamento e apetrechamento de áreas formativas do Centro Profissional dos Açores.

O Governo continua a apostar no turismo como vector de desenvolvimento e de resposta ao desemprego.

Parece, assim, que tudo indicaria para se encarar como prioritária a formação dos profissionais ligados ao turismo.

A Estalagem da Serreta, apesar de ser sempre contemplada nos planos regionais, a sua viabilidade parece cada vez mais comprometida.

Assim, porque não se utiliza a Estalagem da Serreta como um Centro de formação dos profissionais de Turismo? Se quiserem uma escola hoteleira?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Adesão de Portugal à C.E.E. tem sobre o sector agrícola grande incidência, pelo que há que criar as condições necessárias a uma eficaz utilização dos recursos.

Pensamos revestir grande importância neste sector a formação de todos quantos se encontram ligados ao sector primário.

Neste sentido consideramos de relevo uma série de medidas legislativas necessárias para contribuir para o engrandecimento deste sector.

Sem dúvida que há a destacar o estatuto do jovem agricultor.

Achamos, no entanto, que é necessário em muito curto prazo proceder à revisão do diploma regional que regula as relações jurídicas sobre arrendamento rural.

Sabe-se que esta revisão é importante para estabelecer a confiança, quer para rendeiros, quer para senhorios, quanto aos direitos dos proprietários e dos rendeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos continuar a construir o progresso da nossa Região de forma participada e com responsabilidade, para que o povo dos Açores acredite nas instituições e na democracia.

Disse.

(Aplausos do PSD, do Governo e do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Soares.

**Deputado Ivo Soares** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Possuir o melhor estado de saúde que é capaz de atingir, constitui um dos direitos fundamentais do homem. Tal é também reconhecido pela própria Organização Mundial de Saúde, a qual já há alguns anos dava uma definição de saúde, que apesar de inúmeras análises críticas se vem mantendo, sendo ainda neste momento aceite por todos. Diz aquela organização, e passo a citar: "A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade". Para uma breve análise desta definição vamos dividi-la em duas partes. A primeira incluindo o estado de completo bem

estar físico, mental e social e a segunda que nega a existência de doença ou enfermidade.

A primeira parte sobrepõe, ao estado negativo de ausência de doença, um estado positivo que engloba todos os aspectos físicos, mentais e sociais. Este aspecto positivo deve ser concretizado em esquemas de promoção da saúde, por meios efectivos de vigilância médica e paramédica, assim como pela aplicação de cuidados e conhecimentos de vários domínios como a hereditariedade, a higiene individual e do meio, a educação e os cuidados primários de saúde.

A segunda parte significa que, quando não se conseguindo evitar os estados anormais de doença ou enfermidade, é indispensável tratá-los e dominá-los. Tratar a doença e recuperar a saúde é pois uma tarefa que completa as referidas anteriormente e para a qual são necessários inúmeros serviços especializados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

A situação de saúde das populações não pode apenas ter em conta o número e o tipo de doenças encontradas nos indivíduos que procuram tratamento médico, pois o remédio para a falta de saúde não está apenas no diagnóstico e tratamento médico individual da doença. Este implica uma acção planeada que interessa à comunidade e tem de ser dirigido no sentido de:

- Corrigir os factores nocivos que dependem de efeitos do meio ambiente;
- Encontrar soluções preventivas para as doenças evitáveis e para os problemas sociais que exercem influência no estado de saúde, ou que têm origem, por reflexo, na própria doença;
- Detectar, precocemente, os casos de doença;
- Promover dentro do possível a recuperação dos indivíduos atingidos, assim como a sua reintegração na vida normal.

Os sistemas de saúde, pela sua natureza e finalidade, têm necessidade de empregar e estimular sob forma coordenada medidas de diversa ordem, nomeadamente:

- Medidas higiénicas e médicas apropriadas para a luta contra as doenças;
- Medidas de ordem social que permitam a aplicação eficiente das medidas anteriores e que podem ser realizadas por formas diversas, nomeadamente:
- Modificação das condições que criam a doença, ou que inversamente são criadas pela doença.
- Organização de serviços que permitam aos indivíduos a utilização dos cuidados médicos de que necessitam.
- Auxiliar os indivíduos e grupos para a melhoria ou recuperação da saúde individual.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

A saúde pública e o desenvolvimento económico de uma comunidade são inseparáveis e complementares. A falta de saúde e a pobreza têm uma relação directa: quanto mais pobre mais doente, e quanto mais doente, mais pobre. O desenvolvimento social, cultural e económico e o estado de saúde estão interligados. Deste modo, uma região com um rendimento anual bruto per capita baixo não pode aspirar a ter ao mesmo tempo, serviços de cuidados primários de saúde, hospitais diferenciados e outros serviços de assistência médica e recuperação, semelhantes aos existentes em regiões com um rendimento anual bruto per capita elevado. No entanto, a experiência tem mostrado que é possível e relativamente fácil, organizar os cuidados primários de saúde em escala razoável, dado o seu pequeno custo e as necessidades limitadas em pessoal especializado que estes envolvem para assegurar rapidamente uma protecção sanitária generalizada, com base na comunidade. Simultaneamente, podem desenvolver-se por fases, de acordo com as disponibilidades financeiras e o pessoal técnico especializado que for sendo preparado, os serviços curativos e diferenciados (especialmente os hospitais), pois estes são de organização muito mais dispendiosa e ao mesmo tempo de pequeno rendimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Do que até agora foi dito, uma realidade sobressai: qualquer comunidade só pode ter saúde desde que possua uma rede de cuidados primários de saúde bem organizada. O facto de possuir belos e bem equipados hospitais não chega. Estes são necessários para o diagnóstico, tratamento e reabilitação da doença, mas nunca se deve sobrevalorizá-los, esquecendo a organização dos cuidados primários de saúde. No entanto a construção e inauguração de bonitas construções hospitalares é politicamente muito mais atraente e compensadora, especialmente para quem corta a fita, do que organizar e dinamizar uma rede eficaz de cuidados primários de saúde.

A organização de uma rede de cuidados primários de saúde eficaz envolve um conjunto variado de meios técnicos e humanos que criem um conjunto de normas e meios, organizados sob o ponto de vista legislativo e administrativo, permitindo a aplicação de quatro tipos de medidas fundamentais:

- Medidas médicas ou paramédicas para luta contra doenças infecciosas, doenças crónicas, doenças profissionais, perturbações mentais, acidentes e todas as condições epidemiológicas que sejam prejudiciais à saúde ou causa de morte.
- Medidas de higiene ou saúde do ambiente, para actuar sobre aspectos como:
- A potabilidade das águas de abastecimento.
- Instalações e tratamento de esgotos ou

fossas sanitárias.

- A remoção e tratamento de lixos.

- As condições de habitação, trabalho e recreio.

- O controlo da poluição do ar.

- A vigilância da cadeia alimentar e a própria alimentação.

- Medidas de educação e informação, as quais levem à aquisição de hábitos de higiene pessoal adequados e ainda que o indivíduo adquira conhecimento dos perigos a que a sua saúde está sujeita e dos meios que poderá utilizar para os evitar ou remediar.

- Medidas médicas e sociais que permitam a utilização dos meios de diagnóstico, tratamento, recuperação e combate às doenças.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governos:

O que até aqui disse não constitui qualquer pioneirismo em termos de organização dos cuidados de saúde. Apenas sintetizar princípios fundamentais, aceites e recomendados por aqueles que se debruçam sobre estes aspectos da saúde, incluindo a própria Organização Mundial de Saúde.

O Partido Socialista esteve contra o programa deste Governo, bem como contra o seu Plano de Médio Prazo, por entender que estes não se adequavam, pelo menos numa grande percentagem, a estes princípios básicos, que aceitamos e defendemos. No entanto temos de ser justos; o Plano para 1986 enquadra-se naqueles documentos.

Não posso terminar esta intervenção sem referir alguns aspectos pontuais, todos eles já aqui abordados noutras ocasiões. No entanto estes continuam a aguardar resolução adequada, apesar dos inconvenientes que daí resultam para as populações.

Em primeiro lugar quero trazer novamente a esta Assembleia o problema das juntas médicas. Já aqui o disse e volto a reafirmá-lo: o clínico geral é, como médico de família, o único responsável pela saúde do seu cliente. Apenas a este cabe decidir se o doente necessita ou não de recorrer aos cuidados especializados. Aqui, tenho de fazer uma chamada de atenção para as deslocações dos utentes ao Continente. Sobre este assunto entendo que chegou a hora dos três hospitais diferenciados da Região (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada) assumirem as responsabilidades destas deslocações. Para tal é fundamental que estes hospitais deixem de estar exclusivamente voltados para si próprios, mas que colaborem estreitamente entre si, de forma a que se possam complementar o mais possível. Aguardamos com expectativa a lei orgânica dos hospitais da Região. Finalmente quero novamente protestar contra a deslocação dos utentes da Ilha do Pico à Horta, sempre que têm de ser sujeitos a junta médica. Pergunto: até quando? Será assim tão difícil organizarem-se juntas médicas nesta ilha? Pensamos que não. Pelo contrário, seria extremamente fácil.

Disse o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais na sua intervenção, e passo a citar: "os utentes têm de conhecer os direitos e deveres que têm em Segurança Social". Estamos plenamente de acordo. Só que isto tem de funcionar nos dois sentidos. Assim, quando se recusa um pedido de suplemento de pensão para grandes inválidos, deve informar-se o interessado dos fundamentos de tal decisão. Espero ainda, que os Centros de Prestações Pecuniárias deixem de suspender pensões de invalidez com o fundamento de **constar** naqueles serviços que o utente continua a exercer actividade! Assim não. Façam-se inquéritos para apurar os factos e então sim, suspendam-se pensões se for caso disso. Mas condenar sem julgar, isso não.

Outro problema já aqui por mim tratado, prende-se com a não aplicação integral do Decreto-Lei nº 310/82 na Região. Deste modo, os clínicos gerais colocados em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada continuam sem prestar as 12 horas semanais em serviço de urgência, a que têm direito. Apenas os clínicos gerais da Horta já as realizam. Ficamos a aguardar a definição das condições da articulação dos cuidados primários com os cuidados diferenciados.

Quanto à falta de apoio social nos meios hostis, tinha escrito, antes da intervenção do Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, que não valeria a pena falar, pois a Comunicação Social e até o próprio Conselho de Ilha, da Ilha de S. Miguel, já nos deram razão. Não funciona. No entanto, após a intervenção do Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais tenho de tecer mais algumas considerações sobre a acção social. Em primeiro lugar quero congratular-me pela realização do encontro sobre Segurança Social e pelas suas conclusões. E isto, mais que não seja, pela forma como conseguiu consciencializar o Senhor Secretário para a necessidade de se dar grande importância ao desenvolvimento de um programa de acção social eficaz. Não posso contudo, concordar com algumas considerações, feitas a propósito de uma recente reportagem exibida na RTP Açores. Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, estamos de acordo em que situações daquelas sempre existiram, que felizmente são cada vez em menor escala e finalmente que o facto de se lhe dar uma casa não vai resolver o problema daquela família. Temos, no entanto, de nos congratular pelo facto de estes problemas começarem a ser denunciados pelos órgãos de comunicação social nomeadamente pela RTP Açores. É muito importante que a sociedade tenha conhecimento destes problemas e que reflicta sobre eles.

Tenho no entanto de discordar dos restantes comentários feitos pelo Sr. Secretário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Aquele é um caso típico da falta de apoio social eficaz. A acção social não pode ter nunca uma acção pontual, apagando os incêndios quando estes já lavram, mas sim uma acção concentrada nas suas vertentes fundamentais, evitando e apagando os focos que levam aos incêndios. A comparação daquela família com outra que faz a sua casa com esforço e poupança não é correcta. Primeiro porque, repito, o problema em causa até nem é a falta de habitação. O problema, Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, é realmente estrutural, e a comunidade e os seus governantes, não podem lavar as mãos, dizendo que o indivíduo se encontra comodamente instalado na sua situação de miséria. Não será verdade que aquele até é, muito provavelmente, uma vítima da própria sociedade?

Termino fazendo uma referência à aprovação em Conselho de Governo da lei orgânica dos Centros de Saúde. Não conhecemos ainda o seu texto e, deste modo, não podemos avaliar os seus reflexos na saúde dos Açorianos. Temos esperança que a sua longa gestação pelo menos tenha sido proveitosa.

Mais uma referência em relação ao plano de informatização da saúde nos Açores: Estamos completamente de acordo!

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** O Sr. Secretário dos Assuntos Sociais pede a palavra para prestar esclarecimentos na sequência desta intervenção?

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (Costa Neves): Exactamente, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, e se o Sr. Deputado Ivo Soares me permite, para subscrever uma grande parte da sua intervenção, que me agrada especialmente, porque se nós conseguirmos estar à volta dos mesmos grandes princípios, em termos de abordagem dos termos de saúde, é com certeza mais fácil criar melhores condições de resposta à nossa população.

Em segundo lugar, duas precisões.

A primeira precisão é o dizer que efectivamente considera o encontro da semana passada sobre Segurança Social, em Ponta Delgada, extremamente importante mas, nomeadamente o ponto que refere de dar maior incidência ao trabalho na área da Acção Social, vinha já estabelecido na nossa proposta de Plano para 86, feita pelo menos 3 a 4 meses antes do encontro da Segurança Social, quando se diz:

"Promover acções que, gradualmente, com maior amplitude possibilitem actividades de apoio social à comunidade através de equipes multidisciplinares e intersectoriais, privilegiando assim o contacto próximo com a comunidade".

Portanto, não foi novidade para o Secretário Regional dos Assuntos Sociais o chegar-se àquela conclusão, visto que isso tinha sido proposto com os tais 3 ou 4 meses de antecedência.

Em segundo lugar, é uma precisão talvez também em relação a uma intervenção do Sr. Deputado Decq Mota.

Eu ontem referi aquele caso que para mim é efectivamente exemplar; referi que não pensássemos que era com simples remendos que aqueles casos se resolviam, e acabei por referir que era preciso ir mais longe na análise daquele tipo de casos - que são casos típicos de incultura, que são casos típicos de um grande abandono, em que eu considerei nós termos estado votados durante centenas de anos.

Portanto, não queiram agora dizer que a minha abordagem foi uma abordagem casuística. Isso não é verdade! Eu reconheci que aquilo tinha profundas raízes e que uma das profundas raízes seria de incultura. Os motivos que a isso levaram para cada um de nós será um, e estaremos com certeza desavindos em termos da origem daquele tipo de casos, mas eu reconheci - e pedia-vos que fizessem essa justiça - que tinha raízes muito profundas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim da hora que tínhamos combinado para o nosso trabalho nocturno, de forma que a Mesa vai apresentar uma proposta, depois de ter auscultado os partidos, no sentido dos trabalhos recomeçarem às 10,00 horas da manhã.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** A nossa ordem de trabalhos para amanhã será a seguinte:

- Continuação e conclusão da discussão das Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1986;

- Proposta de alteração ao Plano e Orçamento de 1985;

- Pedido de processo de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o nº2 do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A e subsequente discussão e votação.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 00,25 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - David Santos, João Vasco Paiva, Manuel Valadão, Natalino Viveiros; **PS** - Carlos César, Conceição Bettencourt, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias)

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - João Bernardo Rodrigues, José Leovigildo).

---

**A Redactora de 1ª classe:** Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.